

LIDIANE NUNES DA SILVEIRA

**O PÂNTANO DO CURURU: TRABALHO, OCUPAÇÃO E CONFLITOS DE
TERRA**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-graduação em
Extensão Rural, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S587p
2008

Silveira, Lidiiane Nunes da, 1982-

O Pântano do Cururu : trabalho, ocupação e conflitos de terra / Lidiiane Nunes da Silveira. – Viçosa, MG, 2008. ix, 113f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 100-103.

1. Reforma agrária - Piumhi (MG). 2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piumhi. 3. Trabalhadores rurais - Piumhi (MG). 4. Transposição de águas - Piumhi, Rio. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 333.318151

LIDIANE NUNES DA SILVEIRA

**O PÂNTANO DO CURURU: TRABALHO, OCUPAÇÃO E CONFLITOS DE
TERRA**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-graduação em
Extensão Rural, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.**

APROVADA: 11 de junho de 2008.

**Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Co-orientadora)**

**Prof^a. Sheila Maria Doula
(Co-orientadora)**

Prof^a. Deborah de Magalhães Lima

Prof. Marcelo Miná Dias

**Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)**

Ao meu avô Sinhô, que com seus causos e estórias encantou minha imaginação de menina. Aos meus pais, João e Maria, e à avó Norvina, que muito antes das Ciências Sociais me fizeram compreender as doçuras e tristezas do mundo rural.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas dificuldades e a força necessária para superá-las.

Ao meu pai, por me ensinar o sentido da honestidade e do trabalho. Por haver me proporcionado todas as chances, de maneira incondicional, de estar hoje onde estou.

À minha mãe, por me ensinar a ser perseverante e a superar os momentos difíceis. Pelas diversas vezes que me ouviu ao telefone, com algum problema, alguma dúvida, ou simplesmente, com a imensa vontade de ouvir sua doce voz.

Ao meu orientador José Ambrósio Ferreira Neto, que se revelou um amigo desde o primeiro momento, demonstrando que o trabalho científico é construído com confiança, cumplicidade e parceria. Por ter me proporcionado condições objetivas para cursar o mestrado, por ter sido solícito com minhas dúvidas e inseguranças. Por ter confiado no meu trabalho, respeitado minhas escolhas e preferências. Pela sua honestidade e ética durante seu trabalho de orientação.

Ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa na pessoa de seu corpo docente e funcionários, que através do seu trabalho proporcionaram as condições objetivas para a minha formação no mestrado, assim como a CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, que tanto contribuiu para meu crescimento intelectual e profissional. Exemplo de profissionalismo, ética e dedicação à sociologia e à pesquisa científica. Agradeço por ter acreditado no meu trabalho.

À professora Sheila Maria Doula, por me ensinar a desconstruir verdades, por representar a minha ponte com a antropologia revelando caminhos e possibilidades da minha pesquisa.

À professora France Maria Gontijo Coelho, por ter me ensinado o sentido de se fazer sociologia: a busca pela dignidade humana. E pelas inesquecíveis aulas que sempre tomavam um sentido poético, com uma incrível sensibilidade e uma excelente didática.

Às amigas Márcia e Natália, as primeiras pessoas que conheci em Viçosa e que me mostraram que eu pisava em terra firme. Pela amizade e generosidade quando mal me conheciam. Pelos dias de trabalhos conjuntos, pelas confidências e pelo carinho. Pela leveza que deram aos árduos dias de mestrado.

Aos amigos e amigas do curso de Mestrado, que no cotidiano exaurível de nossas aulas e trabalhos mostraram-me a importância da diversidade e do respeito à opinião do outro. Pelas festas e encontros. Especialmente à Ana Paula pelo apoio, à Vivian pela dedicação, ao Éderson pela fraternidade, ao Mateus pelo carinho, ao José Mário pelas afinidades antropológicas, ao Douglas pelo companheirismo, ao Zênio pela receptividade, ao Jaime pelo aprendizado, ao Álvaro pela atenção.

Às amigas da antiga república: Dani Paim, Sarinha, Gi, Lu e Dani Pinto e às da nova também: Alessandra, Dinamene, Blanca e Silvânia por terem compartilhado momentos felizes, pela confiança, responsabilidade, paciência, compreensão e as divertidas conversas que tornaram o nosso cotidiano tão aprazível.

Aos amigos e amigas de Belo Horizonte e de Piumhi, pelo incansável incentivo e apoio, por acreditarem no meu trabalho e por compreenderem a minha ausência.

Aos meus professores de graduação: a Deborah de Magalhães Lima, minha orientadora durante a produção da monografia no curso de Ciências Sociais na UFMG. A primeira pessoa que acreditou no meu trabalho como pesquisadora e o incentivou incondicionalmente, me revelando possibilidades em relação à pós-graduação. E ao professor Otávio Soares Dulci, um dos grandes responsáveis pela minha formação como cientista social e que tanto me apoiou para que eu ingressasse no mestrado.

À professora Lygia Sigaud pelas valiosíssimas sugestões ao meu trabalho por ocasião da VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Suas idéias e experiências despertaram em mim um novo interesse e um novo olhar sobre as questões relativas ao conflito de terras aqui estudado.

A algumas pessoas especiais, cujo interesse pelo meu trabalho foi extraordinário, disponibilizando-se a me ajudar por meio de contatos que facilitaram minha pesquisa de campo. Ao Paulo Firmino e à equipe do jornal *Alto São Francisco*, à prima Adaguimar, ao Jurandir, à tia Maria Aparecida.

E a todos que me abriram as portas de suas casas e, mesmo diante da desconfiança e das lembranças tristes aceitaram tecer os fios da memória revelando aos poucos sua experiência no Pântano do Cururu.

OBRIGADA!

BIOGRAFIA

Lidiane Nunes da Silveira, filha de João Monteiro da Silveira e Maria Nunes da Silveira, nasceu em 03 de agosto de 1982 no município de Piumhi-MG.

Cursou o Ensino Fundamental na rede pública, estudando os quatro primeiros anos deste na Escola Estadual Coronel Fidélis de Vasconcelos, concluindo os quatro últimos anos na Escola Estadual Professor Francisco de Paula Rebelo Horta, ambos em Piumhi-MG. Cursou os dois primeiros anos do Ensino Médio também na Escola Estadual Professor Francisco de Paula Rebelo Horta, e o último ano no Instituto Perfil de Educação, concluindo-o em dezembro de 2000, em Piumhi- MG.

Em 2001 iniciou o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte-MG, onde se graduou bacharel em agosto de 2005.

Em maio de 2006 ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa-MG, obtendo o título de mestre em 11 de junho de 2008.

Atualmente, é professora substituta no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, na área de Fundamentos da Educação, sendo responsável pelas disciplinas de Antropologia e Educação I, Sociologia da Educação I e Fundamentos da Educação Infantil I.

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| LISTA DE ABREVIATURAS | vi |
| LISTA DE FIGURAS | vii |
| RESUMO | viii |
| ABSTRACT | ix |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. O PÂNTANO DO CURURU | 8 |
| 2.1. <i>O rio dos peixes e o brejo das moscas: breve histórico sobre o povoamento do município de Piumhi</i> | 8 |
| 2.2. <i>O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão: a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Furnas e a transposição do rio Piumhi</i> | 10 |
| 2.3. <i>Prelúdio da luta: a Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi na Fazenda Motas</i> | 16 |
| 2.4. <i>O padre, o político e o camponês: análise da trajetória de vida de três sujeitos para a compreensão do conflito no Pântano</i> | 19 |
| 2.5. <i>Alto São Francisco: uma cronologia da disputa de terras no Pântano a partir dos arquivos do jornal local</i> | 26 |
| 3. <i>“FOI UMA COISA QUE NÃO DEIXOU SAUDADE, NÃO”</i> : REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA LOCAL A PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO | 40 |
| 3.1. <i>Primeiras impressões: o uso da historiografia</i> | 41 |
| 3.2. <i>“Tem muita história, esse Pantano”</i> : O uso da história oral | 44 |
| 3.3. <i>Familiaridade e estranhamento: algumas dificuldades e possibilidades do pesquisador nativo</i> | 47 |
| 3.4. <i>Os silêncios gritantes: o mascaramento da memória social</i> | 52 |
| 4. TRABALHADORES, PARCEIROS E CAMPONESES DO RIO PIUMHI: A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA RURAL PARA A COMPREENSÃO DAS CATEGORIAS SOCIAIS PRESENTES NO PÂNTANO | 58 |
| 4.1. <i>Os parceiros e a cultura caipira</i> | 58 |
| 4.2. <i>“O Pântano foi feito no braço do homem pobre”</i> : o trabalho na terra e o tempo da fatura | 62 |
| 4.2.1. <i>Campesinato: o trabalho na roça e a posse da terra</i> | 66 |
| 4.3. <i>As categorias sociais a partir da relação de dependência com o proprietário</i> | 70 |
| 5. O TRABALHO COMO FORMA DE OCUPAÇÃO DA TERRA: A TERRA É TRABALHO | 81 |
| 5.1. <i>Ocupação por meio do trabalho: os horizontes de possibilidades</i> | 81 |
| 5.2. <i>Ajutório: mutirão e ocupação, reciprocidade e comunidade</i> | 89 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 100 |
| 8. ANEXOS | 104 |

LISTA DE ABREVIATURAS

SUPRA – Superintendência de Política Agrária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
DVS – Departamento de Vigilância Social
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ATAMG – Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
UMES – União Mineira dos Estudantes Secundários
UNE – União Nacional dos Estudantes
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural
PSD – Partido Social Democrático
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
AP – Ação Popular
FAREM – Federação das Associações Rurais do Estado de Minas
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| FIGURA 1 – Traçado original do rio Piumhi | 12 |
| FIGURA 2 – Traçado atual do rio Piumhi | 13 |
| FIGURA 3 – Ajutório do senhor “Zé Cocão” | 89 |

RESUMO

SILVEIRA, Lidiane Nunes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2008.

O Pântano do Cururu: trabalho, ocupação e conflitos de terra. Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-orientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula.

Esta dissertação tem como objetivo analisar uma forma peculiar de ocupação da terra realizada por trabalhadores rurais. O que caracteriza esta ocupação de terra de maneira específica é a sua implementação a partir do trabalho de parceria, que consistiu em transformar o mato em terra, a terra em trabalho, a partir de uma perspectiva de trabalho camponês. A influência de diferentes fatores permitiu que a terra então ocupada oferecesse aos parceiros distintos horizontes de possibilidades. Para alguns, significou o trabalho e o vínculo com a terra. Para outros, a esperança de tornar-se dono da terra. O modo de vida dos parceiros também se caracterizava pelos laços de dependência com os grandes proprietários de terra da região. Estes questionaram a ocupação da terra pelos parceiros e a sua tentativa de romper com os laços de dependência, lutando pela posse dessa terra, considerada então devoluta. Instaurou-se assim um conflito que marca a *sociogênese* dos conflitos por terra no Brasil, e em Minas Gerais especificamente. Canais institucionalizados de luta marcaram a disputa por estas terras através da criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi aliado ao trabalho de base do Partido Comunista Brasileiro, além do apoio de setores da Igreja Católica e da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O contexto social analisado é o interior de Minas Gerais, na região Centro-Oeste, onde no início da década de 1960 foi construída a Usina Hidrelétrica de Furnas. Como parte das obras de infra-estrutura desta usina, foi realizada a transposição do rio Piumhi e a drenagem de um pantanal. As terras que então emergiram do Pântano foram ocupadas por parceiros da região, especificamente do município de Piumhi, através do trabalho na terra. Como o processo de ocupação e disputa pela terra ocorreu em 1960, a metodologia utilizada para apreender tal processo se baseou na historiografia e na história oral.

ABSTRACT

SILVEIRA, Lidiane Nunes da, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June of 2008.
The Cururu's Swamp: work, occupation and conflict of land. Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Sheila Maria Doula.

This thesis aims to analyze a peculiar form of land occupation made by the rural workers. This occupation is specifically characterized by its implementation as a partnership work, which turned the unused into productive land and this land into work, from a perspective of working peasant. The influence of different factors allowed that this occupied land offers different horizons of possibilities to partners. For some, meant the work and the link land. For others, hope to become the land owners. The partners livelihood is also characterized by dependency ties with regional major land owners. They questioned the land occupation by the partners and their attempt to break dependency links, fighting for the possession of this public land. It was deployed a conflict, marking the *sociogênese* of the Brazilian lands conflicts and those specifically in Minas Gerais State. Institutionalized channels marked the dispute for these lands through the creation of the Autonomous Workers Trade from Piumhi allied to the work basis of the Brazilian Communist Party, besides the support of Catholic Church sectors and the Superintendency of Agrarian Policy (SUPRA). The analysed social context is the West-central region of the Minas Gerais State, where in the early 1960, was built Furnas hydroelectric power. As part of the plant infrastructure works, the Piumhi river transposition and the swamp drainage were made. The land that emerged in the region were occupied by partners, specifically from the Piumhi city, by the land work. As the occupation process and land dispute occurred in 1960, the methodology used to understand this process was based on oral history and historiography.

1. INTRODUÇÃO

*Há uma idade em que se ensina o que se sabe,
mas vem em seguida uma outra em que se ensina o que
não se sabe, isso é pesquisar.*

(Carlos Rodrigues Brandão)

A ocupação de terras devolutas através do trabalho de parceria no meio rural é discutida neste estudo como uma condição social que gerou um horizonte de possibilidades com diferentes perspectivas dentre uma categoria de trabalhadores considerados como parceiros. Para alguns significou a possibilidade de trabalho, sobrevivência, apropriação da natureza, acesso a terra; para outros a chance de questionar relações sociais instituídas e transformar sua condição social, tornando-se donos da terra.

Este objeto de estudo tem como referência empírica a relação de parceria e a ocupação de terras ocorridas no final dos anos 1950 e início de 1960, na região conhecida como Pântano do Cururu, no município de Piumhi, Minas Gerais. Caracterizadamente uma região de grandes propriedades de terras, marcada também pela presença de agregados, parceiros e camponeses até 1955, a partir desta data o Pântano sofreu uma profunda transformação na sua paisagem e na sua configuração social. As mudanças na região ocorreram a partir da intervenção do Estado com a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, na bacia do rio Grande, no final da década de 1950. O rio Piumhi era um dos tributários da bacia do rio Grande e a região do Pântano era caracterizada pela existência de um imenso alagadiço em torno daquele rio. Porém, a construção daquela usina exigiu como obra de infra-estrutura a transposição do rio Piumhi para a bacia do rio São Francisco e a drenagem do pantanal, evitando a inundação de cidades vizinhas, como Capitólio (MOREIRA FILHO; BUCKUP, 2005). As terras que então emergiram do vasto pantanal foram ocupadas pela população vizinha: parceiros, camponeses, trabalhadores rurais moradores da área urbana e grandes proprietários. O processo de ocupação foi possibilitado por acordos de trabalho fundados no regime de parceria ou “meia” para a exploração das terras do Pântano entre camponeses ou agregados e proprietários vizinhos à área.

Para alguns parceiros a ocupação das terras propiciou um reforço das relações sociais tradicionalmente engendradas nas quais o costume do sistema de parceria representava apenas mais uma possibilidade de trabalho e sobrevivência. Para um segundo grupo a relação de parceria ocorreu como um código que possibilitou a ocupação da terra e posteriormente como mecanismo para contestar as relações de dominação e exploração tradicionalmente impostas. A construção das ações de contestação teve como pano de fundo o processo de sindicalização no meio rural, realizado nas décadas de 1950 e 1960 por diferentes aparatos institucionais e ideológicos. Essa influência política moldou as relações de parceria no Pântano no início da década de 1960 a partir da atuação do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica no município de Piumhi, através da participação de alguns líderes dessas instituições no processo de ocupação das terras do pantanal. Esta ocupação também teve o respaldo estatal concedido pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e pela aprovação da lei 4.176 de 07 de dezembro de 1962. Esta tratava da desapropriação da área do Pântano para a criação de um condomínio rural através do arrendamento das terras aos camponeses da região e aos desabrigados pela construção da represa de Furnas. Em contrapartida, os grandes proprietários consideraram as terras emersas do Pântano extensões das suas propriedades rurais e incentivaram a exploração da área pelos camponeses, agregados e trabalhadores através da parceria. O contrato de parceria com os trabalhadores significava aos proprietários diversas vantagens devido às características deste sistema de trabalho. Além do interesse no lucro advindo das colheitas dos produtos cultivados, a transformação das terras do Pântano em área agricultável interessou aos proprietários pela possibilidade de explorá-la de diferentes maneiras conforme as condições econômicas vigentes. Foi assim que, logo após as primeiras colheitas, os proprietários romperam os contratos de parcerias com os trabalhadores, negando-lhes o direito de continuar a plantar nas áreas, para formar pastagens para a criação de gado extensiva, na grande maioria dos casos.

A ocupação do Pântano revelou diversas peculiaridades que justificam seu estudo quando comparado a outros processos de lutas no meio rural. A primeira particularidade diz respeito à intervenção estatal na paisagem e na vida da população local transformando-as em nome de um plano político nacional-desenvolvimentista, através da construção da usina e da mudança do curso do rio, secando o pantanal. A segunda refere-se ao próprio respaldo dado pelo Estado à ocupação das terras, contribuindo para

criar a expectativa daquela população de melhorar a sua condição de vida, através da lei 4.176 e da ação da SUPRA. Por último, apesar de todo processo de conscientização política e luta por direitos trabalhistas que se estendiam ao campo brasileiro desde a década de 1950, a ocupação de terras no Pântano caracterizou-se pela tomada de iniciativa dos próprios parceiros. Os trabalhadores viram a ocupação do Pântano como uma possibilidade de melhorar sua condição de vida, explorando uma terra sem dono, embora reconhecessem a legitimidade da relação de parceria com os proprietários vizinhos que reivindicavam a posse destas terras.

Importante ressaltar o interesse deste estudo em analisar como a relação de parceria e ocupação da terra significou diferentes horizontes de possibilidades aos trabalhadores, justificando o uso da categoria parceiros. Isso não exclui o reconhecimento de sua condição de camponeses, trabalhadores rurais e agregados a qual estavam inseridos, mas ressalta-se a categoria que os identifica imediatamente ao trabalho no Pântano, conforme verificado nas conversas com os mesmos. Assim, as novas possibilidades de vida que emergiram junto com as terras do Pântano inseriram os trabalhadores numa nova condição social. Essa condição refere-se ao trabalho como parceiro numa terra sem dono. Essa relação de trabalho já era recorrente na região entre agregados de grandes propriedades e os camponeses ou pequenos proprietários que intercalavam a parceria a outras tarefas. No entanto, a nova extensão de terras que surgiu no espaço que habitavam inaugurou uma nova relação de parceria, centrada na possibilidade irrevogável de explorar o Pântano. Contudo, a lavra da região do pantanal interessava antes de tudo aos grandes proprietários do entorno que reivindicavam para si a posse do Pântano e pelas vantagens do sistema de parceria acima discutidas, incentivando a participação dos parceiros.

Para os parceiros a ocupação e exploração do Pântano representaram novas possibilidades diante de suas condições de vida. A apropriação e domesticação da natureza permeiam a memória dos camponeses e agregados, como um trabalho nobre, exaustivo, que cria um laço afetivo com a terra, nascida do seu trabalho, do seu esforço físico. A plantação de culturas como o arroz significou um período de “fartura” na vida dos camponeses, agregados e trabalhadores rurais, inclusive alguns residentes na área urbana. O alimento passou a complementar a dieta principalmente dos moradores da zona rural, que descrevem seu consumo na época como escasso. O arroz era ainda vendido no comércio local, aumentando a renda dos trabalhadores que ainda era

complementada por outras formas de trabalho. Assim, a ocupação da região partiu da iniciativa desses camponeses e agregados habitantes do pantanal, além de alguns trabalhadores rurais vindos do meio urbano, como uma nova condição que inaugurava um horizonte de possibilidades.

O exercício de um trabalho realizado sob o contrato de “meia” não os excluía da condição de serem camponeses, agregados, trabalhadores rurais e até mesmo trabalhadores urbanos, realizando outras tarefas para sua sobrevivência. Embora a literatura sociológica e antropológica tenha ressaltado a realização de tarefas simultâneas no campesinato para a reprodução de sua condição, a situação dos parceiros do Pântano nas décadas de 1950 e 1960 traz um novo âmbito para esta discussão. A forma como se dedicaram ao trabalho no Pântano, de exploração da vegetação e de cultivo de cereais como o arroz tece uma memória que os identifica como parceiros, em um dado momento da vida, revelando como as categorias de camponês, agregado, trabalhador não são estanques. O indivíduo insere-se num campo de relações sociais nas quais constrói diversas possibilidades de ser no mundo. Conforme as condições sociais e espaciais transformam-se e atingem os modos de vidas destes trabalhadores, as suas ações passam a orientar-se em direção a um horizonte de possibilidades que lhes é inaugurado, permitindo reelaborações de suas vivências.

O processo de drenagem do Pântano levou alguns anos para se consolidar, abrangendo uma área de cerca de 20 mil hectares de terras. Em toda sua extensão relata-se a existência deste mesmo processo de parceria, que originava-se com a exploração da área pelos camponeses e agregados e o posterior cultivo de arroz, num sistema de parceria com os grandes proprietários vizinhos, supostos donos da área. O sistema de parceria era uma prática recorrente na cultura local na época da drenagem do Pântano e foi o código que possibilitou aos camponeses e agregados a ocupação das terras do alagadiço. As relações sociais foram então reproduzidas nesse processo, embora com características peculiares que as diferenciava das práticas anteriores, pois se tratava agora de acordos firmados em terras devolutas.

Como foi dito, para alguns trabalhadores rurais, reunidos num grupo específico, a relação de parceria foi um código utilizado para questionar as relações sociais assim instituídas. Envolvidos no processo de questionamento da exploração do trabalho, das injustiças sociais e da possibilidade de uma reforma agrária formulada por uma conjuntura social e política, um grupo de parceiros negou-se a entregar a parte da

colheita de arroz. Essa prática foi uma forma de contestar a legitimidade da posse da terra requerida pelos proprietários, na tentativa de romper com um processo de dominação.

Assim, no primeiro capítulo, procura-se apresentar as principais características de Piumhi e da região do Pântano. Traça-se um breve histórico acerca do processo de povoamento do município e faz-se um relato das evidências históricas sobre a importância do pantanal e da região do rio Piumhi para a construção da cidade. Também se ocupa de apresentar o processo social que desencadeou toda a ocupação e o conflito, qual seja, a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas e a drenagem do pantanal. A discussão a respeito das mudanças engendradas na região a partir da construção de uma obra implementada pelo Estado concentrou-se no significado dessas transformações na relação das pessoas com o lugar, o Pântano. Descreve-se as obras de infra-estrutura que propiciaram o funcionamento da usina, que dependeu da transposição do rio Piumhi e da drenagem do pantanal que compunha sua paisagem.

Ainda neste capítulo empreende-se uma reconstrução histórica da ocupação e do conflito pela terra a partir de dois eixos de discussão. O primeiro preocupa-se com o processo de conscientização política em torno das questões de posse da terra e de condições de vida dos trabalhadores rurais apresentadas a partir da discussão da constituição da Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi, na fazenda dos Motas. Por outro lado, o processo de conscientização política é compreendido pela perspectiva da trajetória de vida de três sujeitos cujo trabalho foi de grande importância na constituição do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi, atual Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi. São eles o sacerdote, o líder político filiado ao Partido Comunista Brasileiro e um camponês inserido nas discussões políticas e posteriormente escolhido diretor do sindicato. Para cada um foi traçado um “tipo ideal” na tentativa de compreender a sua participação no movimento, as características ideológicas e de ação das instituições que representavam e a forma como se relacionavam entre si.

No segundo capítulo apresenta-se as principais considerações acerca dos procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa. Além da discussão da metodologia utilizada, a historiografia e a história oral, apresenta-se uma reflexão sobre as possibilidades e dificuldades enfrentadas durante o trabalho de campo. Duas questões centrais são então debatidas: a forma como houve um mascaramento da memória social, dificultando o

estabelecimento de uma narrativa com os sujeitos entrevistados e as virtudes e vieses de ser um nativo pesquisando na sua própria comunidade.

A multiplicidade de categorias sociais que compôs a ocupação de terras no Pântano tornou necessária a compreensão das suas condições sociais e expectativas em relação a terra. Assim, no terceiro capítulo desta dissertação propõe-se uma discussão sobre as categorias sociais presentes no meio rural brasileiro a partir da contribuição de duas disciplinas: a antropologia e a sociologia. A antropologia oferece um vasto campo de estudo sobre o campesinato donde os principais aspectos utilizados na análise dessa categoria social envolvem a forma de trabalho na terra e o vínculo proporcionado por essa relação. Outras esferas que englobam o modo de vida camponês se referem à sua relação com a natureza e as representações em torno desta, além de sua transformação em “roça”. A terra cultivada proporciona a possibilidade da vida, presente no alimento, mas também como metáfora de uma dádiva – a retribuição da natureza e da bondade divina pelo trabalho árduo. Desta forma, a abundância do alimento, a “fatura”, é um código cultural extremamente importante para compreender o modo de vida camponês e foi fundamental neste trabalho para desvendar as representações dos parceiros sobre a ocupação do Pântano.

Apesar dos diferentes modos de vida que compunham a vida social na região do Pântano, a categoria preponderante era de parceiros ou meeiros. Esta categoria social possui um modo peculiar de se relacionar com a terra devido à presença do “dono” nesta. Assim, diferencia-se do campesinato tradicional, ainda que ambas as categorias possam ser identificadas no mesmo sujeito, que traça diferentes formas de trabalho de acordo com as possibilidades existentes. Suas especificidades serão discutidas também neste primeiro capítulo, no qual se opta por denominar os sujeitos que ocuparam as terras do Pântano pela categoria parceiros, devido às características neles identificadas que compõem este tipo social. Por último, discute-se a contribuição da sociologia para a compreensão das categorias sociais presentes no meio rural principalmente a partir de laços de dependência com os grandes proprietários de terras.

Por último, este capítulo encerra-se com a apresentação de uma cronologia dos acontecimentos de ocupação das terras do Pântano e de reivindicação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos pela efetivação da Lei 4.176, que dispunha sobre a desapropriação das terras do Pântano e seu arrendamento aos parceiros, camponeses e atingidos pela construção da barragem de Furnas. Essa narrativa cronológica dos

acontecimentos foi possível a partir da consulta às reportagens contidas no arquivo do jornal local, *Alto São Francisco*.

No último capítulo desta dissertação discute-se o argumento central desta dissertação, a partir de três perspectivas: daquelas que discutem a posse e propriedade da terra e os conflitos delas resultantes, como os estudos de José de Souza Martins, entre outros. A segunda perspectiva apóia-se na interpretação de Lygia Sigaud a respeito da ocupação das terras como um horizonte de possibilidades. A última visão é enredada na interpretação de Borges (1988) a respeito da especificidade do caso do sindicato e da ocupação de terras em Piumhi, que segundo ela foi apoiada pelo Estado, na figura da extinta Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Para se compreender a importância do trabalho como forma de ocupação da terra, propõe-se ao longo deste capítulo uma discussão a respeito da forma como foi realizado esse processo de ocupação, centrado no trabalho coletivo, caracterizado como mutirão ou “ajutório”. Esta forma de sociabilidade é discutida mediante o confronto com outras expressões da solidariedade coletiva que no Pântano foram apresentadas através de ritos religiosos como a Folia de Reis e a Encomendação das Almas.

Por fim, considera-se importante salientar que o nome dos indivíduos entrevistados durante a pesquisa de campo é preservado, conforme acordo firmado no momento da entrevista. Embora nenhum desses interlocutores tenha pedido sigilo sobre sua identidade nesta pesquisa, julgou-se conveniente fazê-lo por duas razões. A primeira foi uma tentativa de reduzir possíveis constrangimentos sobre o tema durante as entrevistas. A segunda por uma preocupação em preservar o relato dos indivíduos acerca do tema, haja vista o “tabu” que cerca a história do conflito pelo Pântano na memória local, devidamente discutido no quinto capítulo desta dissertação.

2. O PÂNTANO DO CURURU

- Essa cova em que estás, com palmos medida, é a conta menor que tiraste em vida.

- É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe deste latifúndio.

- Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida.

(João Cabral de Melo Neto)

2.1. O rio dos peixes e o brejo das moscas: breve histórico sobre o povoamento do município de Piumhi

De acordo com o inventário das áreas úmidas brasileiras realizado pelo NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras), os pântanos são: “terrenos inundáveis de pequena profundidade, em planícies de inundação continentais, em que o fundo é mais ou menos lodoso e pouco consistente. Também são chamados de brejos” (DIEGUES, 2002, p. 15). O Pântano do Cururu, localizado entre os municípios de Piumhi e Vargem Bonita, no centro-oeste de Minas Gerais, era composto pelo rio Piumhi e suas lagoas marginais numa extensão de aproximadamente 38 quilômetros. Interessante observar que alguns dos córregos tributários do rio Piumhi não desaguavam nele diretamente e sim no pantanal por onde ele corria. Os córregos são Capão da Olaria, dos Bois, da Onça, do Servo, Capão Grande, do Fumo e Mutuca (MOREIRA FILHO; BUCKUP, 2005).

A região pantanosa em Piumhi parece ter sido explorada desde os princípios da ocupação do município, conforme relata Barbosa (1995). No verbete sobre Piumhi, realizado por este autor no Dicionário Histórico Geográfico, há referência ao brejo do Cururu, provavelmente o referido Pântano, desde o século XVIII: “É o Cururu um brejo grande e distará pelo caminho velho de São Paulo da vila de Pitangui só treze dias de viagem” (BARBOSA, 1995, p. 259). De acordo com o autor, uma das fontes de consulta baseada em Padre Montoya atribui o topônimo “Piuí” ao referido brejo que por sinal era descrito como infestado de mosquitos. No entanto, Barbosa (1995) refuta tal

explicação baseando-se na forma primitiva da escrita “Piauhy” cuja referência parece estar ligada ao rio “de muito peixe”.

As primeiras referências ao povoamento da região de Piumhi datam de 1707 e relatam os conflitos de dois abastados proprietários pelas divisas de suas sesmarias. Na mesma data é relatada a chegada de um bandeirante paulista que se fixou na região das terras em disputa para o garimpo de ouro, diamantes e outros minerais. Logo após a chegada deste, veio também com interesses no garimpo um padre que realizou a primeira missa na região, em 1708. O acirramento das disputas de terras entre os dois fazendeiros foi então mediado pelo bandeirante que solicitou ao padre a intervenção para solucionar o conflito. A solução sugerida pelo padre foi a doação das terras disputadas a Nossa Senhora do Livramento, dividindo assim as fazendas. A proposta foi acatada pelos fazendeiros que doaram as terras, tornando a povoação conhecida como Nossa Senhora do Livramento do “Piu-i”.¹ Após a guerra dos Emboabas, a partir de 1709, a região passou a ser mais densamente ocupada pelos bandeirantes que dela voltavam para desbravar os sertões mineiros, passando a ocupar a região do rio “Piu-i”. Entretanto, um segundo eixo explicativo relata a forma de ocupação da região através do bandeirismo que se instalou nas margens dos rios da região, a partir de 1731 (data de realização da primeira missa), para a exploração do ouro aí descoberto. O povoamento se intensificaria a partir da década de 1750 em torno da mineração e as primeiras sesmarias teriam sido distribuídas ainda a partir de 1736, após a região ter sido cortada pela picada de Goiás. Esta é a versão relatada no Dicionário Histórico Geográfico no qual o autor inclusive dirige uma crítica às referências de exploração em 1708 pela sua falta de referência a fontes confiáveis (Barbosa, 1995).

Importante ressaltar o papel do rio Piumhi no processo de povoamento e ocupação da região. Seu nome, cuja grafia já foi alvo de constantes discussões é atribuído ao vocabulário tupi embora estes índios não tenham habitado a região. De acordo com Barbosa (1995), a origem do topônimo era Piauhy que quer dizer “rio de peixe”. A nasalação que transformou a palavra em Piuí é atribuída à influência indígena na língua portuguesa. A explicação do uso de uma palavra tupi numa região na qual não habitavam índios deste tronco lingüístico baseia-se na hipótese de que estes,

¹ Cf.: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/piumhi.pdf>. Acessado em 30 de janeiro de 2008.

provenientes do litoral, guiavam os bandeirantes pelo interior, os quais tornaram-se fluentes na língua utilizando seu vocabulário para batizar a região então descoberta.

Próximo à área do Pântano há um distrito do município de Piumhi denominado Penedos. Embora a localidade tenha feito parte de sesmarias e fazendas na região desde o século XVIII, seu processo de povoamento é mais recente, provavelmente entre o final do século XIX e início do XX. Contudo, a maior aglutinação populacional é relatada a partir de 1953, com a construção da Igreja de Nossa Senhora de Fátima como um marco histórico no distrito. Mas também se atribui a maior densidade populacional a partir da década de 1950 às lavouras de arroz nas quais trabalhavam os parceiros que se fixaram no distrito. Assim, os trabalhadores e agregados das fazendas da região do Pântano construíram suas moradias no distrito de Penedos.²

2.2. O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão: a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Furnas e a transposição do rio Piumhi

Para se compreender as transformações e o novo horizonte de possibilidades que caracterizou o modo de vida dos parceiros do Pântano é importante discutir o significado deste lugar na vida destes sujeitos e as relações ali tecidas, com outros homens e com a própria natureza. Não se trata aqui de um determinismo geográfico sobre a configuração social destes sujeitos. Mas sim de reconhecer que “Os fatos ecológicos são, assim, indissociáveis dos fatos sociais, e são, em última análise, fatos sociológicos.” (LEONEL, 1998, p. XXVII). Para tal, é preciso basear-se no pressuposto de que a relação do homem com a natureza é indissociável das relações dos homens entres si como relembra o mesmo autor e como demonstram vários trabalhos de antropologia sobre o campesinato brasileiro, que serão discutidos adiante. Esta afirmativa torna-se ainda mais contundente lembrando-se que as transformações geográficas ocorridas no pantanal de Piumhi partiram de uma intervenção humana na figura do Estado.

A construção da Hidrelétrica de Furnas foi um projeto concebido pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Este plano compunha sua política econômica baseada

² PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI; IPAC. Departamento de Cultura. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Piumhi, 2004.

no nacional-desenvolvimentismo que combinava o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover principalmente o desenvolvimento industrial no país (FAUSTO, 1995). A prioridade da energia elétrica no Plano de Metas pode ser expressa pela grande fatia do orçamento deste plano a ela dirigida: dos quase 50% destinados ao setor energético, metade foi investida no setor elétrico. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Furnas visava atender a uma presumível demanda que se acentuaria no Sudeste e que poderia ser solucionada pela interligação de sistemas desta região. Até então a distribuição de eletricidade na região na qual seria implantada Furnas era oferecida por concessionários estrangeiros como a Light e subsidiárias da American & Foreign Power Co. Ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek lançou-se candidato à presidência da república ao mesmo tempo em que o projeto técnico de Furnas havia se iniciado. Ao tornar-se presidente, este projeto já estava em condições de ser implantado e em 1957 Juscelino Kubitschek inaugurou a empresa Furnas Centrais Elétricas sem a autorização do Congresso Nacional. Ressalta-se que a construção de grandes usinas como a de Furnas, a de Três Marias e Peixotos em detrimento de pequenas recebeu críticas contundentes referentes às suas conseqüências maléficas, como o deslocamento de grandes volumes de população e a destruição de suas atividades agrícolas (LEME, 2006).

As conseqüências ambientais e sociais deflagradas pela construção da Usina Hidrelétrica de Furnas tiveram impactos muito maiores que aqueles considerados pela literatura recorrente, e a transposição do rio Piumhi é um exemplo disso. As obras realizadas neste rio surgiram como alternativas para atender à construção da Hidrelétrica de Furnas na tentativa de solucionar as conseqüências indiretas da implantação desta usina na região. O rio Piumhi até então era um afluente do rio Grande no qual foi assentada a Usina de Furnas e por isso tornou-se alvo das obras de infraestrutura na construção da hidrelétrica. A construção da primeira usina da Furnas Centrais Elétricas, que inclusive a batizou, iniciou-se em julho de 1958 sobre o rio Grande, pertencente à bacia do Alto Paraná, na região dos municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, no centro-oeste de Minas Gerais. A construção de uma barragem para o represamento do rio Grande resultou no Lago de Furnas com cerca de 750 metros acima do nível do mar. Assim, quando as comportas da usina fossem abertas, o represamento de suas águas inundaria o município de Capitólio e atingiria a bacia do rio São Francisco, colocando-a em contato com a bacia do rio Paraná. Para

solucionar o problema, foi construído um segundo dique, próximo à cidade de Capitólio que também represou as águas do rio Piumhi, o qual passou a se isolar do rio Grande deixando de ser seu tributário. Até essa época o rio Piumhi nascia entre os municípios de Vargem Bonita e Piumhi, numa altitude de 930 metros e fluía em direção ao sul na margem esquerda da cidade de Capitólio, onde encontrava a foz no rio Grande, a 760 metros de altitude. A figura a seguir ilustra a situação do rio até 1958:



Figura 1 - Traçado original do rio Piumhi.
Fonte: MOREIRA FILHO, O. "Uma transposição de rio esquecida." **Revista Universidade Federal de Goiás**. v. VIII, n.2, dez. 2006. pp. 77-82.

Com a construção do segundo dique acima referido, era necessário dar vazão às águas do rio Piumhi. A solução encontrada foi transpô-lo através de um canal que o conectasse ao ribeirão da Água Limpa, um afluente do ribeirão Sujo que desaguava no rio São Francisco. Assim, as águas do rio Piumhi que antes corriam em direção ao rio Grande, na bacia do Alto Paraná, passaram a fluir ao encontro da bacia do rio São Francisco. A transposição contou com a abertura de um canal de 18 quilômetros aproveitando a topografia do pantanal do rio Piumhi, desviando o seu curso e drenando as águas do Pântano do Cururu para o ribeirão da Água Limpa. O leito deste e do

ribeirão Sujo precisaram ser alargados para receber a vazão do rio Piumhi e seu pantanal. As obras tiveram início em 1957 e foram realizadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). O mapa abaixo ilustra a situação após a realização da transposição:³

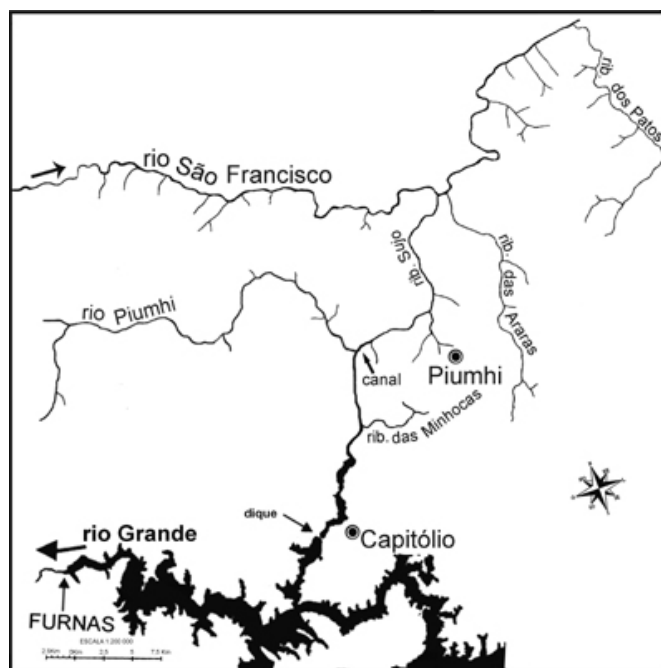


Figura 2 – Traçado atual do rio Piumhi.

Fonte: MOREIRA FILHO, O. "Uma transposição de rio esquecida." **Revista Universidade Federal de Goiás**. v. VIII, n. 2, dez. 2006. pp. 77-82.

Os impactos socioambientais devido às construções de usinas hidrelétricas relatados freqüentemente nos diversos estudos limitam-se às ocorrências mais comuns, como aqueles ressaltados pelo Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras (2002). O referido estudo reconhece como principais impactos a transferência de populações humanas; a perda de solos, de espécies de plantas e animais, de recursos madeireiros, assim como de monumentos naturais, históricos e arqueológicos. Enumera também as modificações da geometria hidráulica dos rios, as mudanças na hidrologia, na carga sedimentar, na

³ Para uma análise da transposição do rio Piumhi, confira: MOREIRA FILHO, O. 2006. "Uma transposição de rio esquecida." **Revista Universidade Federal de Goiás**. v. VIII, n. 2, dez. 2006. pp. 77-82.

MOREIRA FILHO, O.; BUCKUP, A.P. 2005. "A poorly case of watershed transposition between the São Francisco and upper Paraná river basins." **Neotropical Ichthyology** 3 (3): 449-452.

Disponível em: www.transpiumhi.ufscar.br, acessado em fevereiro de 2008.

flora e fauna regionais; a deterioração da qualidade das águas; impactos na pesca e problemas sanitários (DIEGUES; et alli., 2002). Entretanto, este estudo reconhece a diversidade dos empreendimentos e dos espaços naturais que resultam em diferentes impactos que não foram por eles contemplados. No caso da Usina Hidrelétrica de Furnas as obras atingiram a bacia do rio Grande, o rio Piumhi, seu pantanal composto por diversos afluentes e a bacia do rio São Francisco indiretamente trazendo a cada um diferentes conseqüências socioambientais. O professor Moreira Filho (2006) ressalta diversos destes impactos socioambientais que devem ser considerados juntamente aos que foram acima listados. São eles: a formação de um conjunto de lagos no leito do rio Piumhi na região de Capitólio; a construção do canal por onde circula atualmente o rio Piumhi sem a presença de mata ciliar; a drenagem do pantanal e por fim a alteração dos leitos de córregos e ribeirões. Como conseqüências indiretas destes impactos, o autor considera outros não menos importantes: o assoreamento do rio São Francisco, próximo a sua nascente, causado pela ausência de mata ciliar do rio Piumhi que se tornou seu afluente; a destruição da mata ciliar das áreas que emergiram do rio e do pantanal sendo substituídas por pastagem; o contato de espécies de peixes de distintas bacias separadas há milhões de anos (tema principal de seu estudo) e por fim, o conflito de terras entre proprietários vizinhos e parceiros pela posse da área drenada do Pântano.

Por outro lado, a percepção do Pântano do Cururu e do rio Piumhi compõe as representações dos moradores da região e do município de Piumhi e Capitólio como um “lugar” que possui significados em suas experiências de vida e cujas transformações marcaram suas memórias. O sentido de lugar aqui discutido é aquele concebido por Yi-Fu Tuan (1983) como um centro de significados que mobiliza as emoções e a razão dos indivíduos, que enquanto objeto prende sua atenção. A afetividade em relação a um lugar, que o difere do espaço considerado mais abstrato, tem a ver com a experiência passada naquele possível somente pela ação do tempo. No entanto, como reconhece o autor, o tempo não é suficiente para que a experiência propicie o sentido de afeto ao lugar. O Pântano pode ser considerado um lugar para os parceiros e moradores da região, antes de tudo, pela peculiaridade como pronunciam este vocábulo: dizem Pantáno (com a segunda sílaba tônica) e não Pântano.

Neste sentido a vivência próxima ao Pântano do Cururu tomado pelas águas antes da drenagem marcou a memória dos parceiros como um lugar “selvagem”, de um contato muito íntimo com a natureza através das águas, mesclado com as dificuldades de

sobrevivência e locomoção. A vivência no espaço do Pântano através da passagem do tempo foi o que permitiu que as experiências imprimissem na memória dos parceiros diferentes sentimentos e lembranças. Existiu um tempo reconhecido como o “antigamente”: “Lá no Pantáno era só passarinho que voava”. A imagem ressalta a dificuldade de transpor o pantanal, impossível de se atravessar a pé, transitável somente pelos animais que viviam no meio aquático, ou por aqueles que não necessitavam o contato com a água, como os pássaros. A travessia do Pântano pelos parceiros era feita com a utilização de canoa. Importante ressaltar que o pantanal separava aqueles que viviam em uma de suas margens da estrada que dava acesso ao município de Piumhi. Assim relata um parceiro:

Então o que eu lá ia te falando era o seguinte: eu era menino assim de uns 12 anos, então o meu pai trazia nós aqui de a cavalo. Então nós vinha até a beira do Pantáno, pegava uma canoa pra atravessar pra acabar de chegar a pé, a cavalo não passava. Era fundo, mais ou menos assim uns 5 metros. De 5 a 6 metros, depois que chegava no rio dava uns 10 metros. Então era aquele Pântano enorme. Tinha muito bicho, mas bicho e peixe de todo tipo e de todo tamanho tinha peixe. Então tinha “nêgo” lá que vivia de pescada, por sinal ficou até bem de vida de pegar peixe e vender para os outros que não pescava. Então pronto: aí nós vinha de a cavalo, deixava os animal de lá, atravessava na canoa que era longe, era mais ou menos de 2 quilômetros e meio a 3. (Ex-parceiro, homem, cerca de 60 anos).

Os relatos e causos dessa época vivida no pantanal de Piumhi compõem a memória social, preenchem as narrativas e proporcionam uma maior compreensão sobre as condições sociais da vida daqueles que ali habitaram, principalmente os parceiros que também eram camponeses ou agregados de fazendas. Alguns exemplos podem elucidar os principais aspectos de seus modos de vida, regras de comportamento e seu próprio imaginário. Um dos parceiros entrevistados era filho de um dos canoeiros do Pântano, relatando que se tratavam de dois, cada um responsável por uma margem do pantanal. Caso alguém chegasse à margem e o canoeiro estivesse no outro lado do Pântano, ele era chamado através de um tiro de revólver direcionado ao pé de uma árvore dado pelo passageiro interessado. Histórias extraordinárias de pescaria são muito comuns e se remetem a essa mesma época, anterior à drenagem. Apreensões de jacarés para o consumo próprio e ataques desse réptil aos pescadores são relatadas com bastante frequência. Além da pesca, a caça a capivaras, jacarés e pássaros garantiam a dieta alimentícia dos parceiros num período em que as colheitas de lavouras não eram suficientes, segundo relatam. A pesca era realizada tanto com anzol quanto com jacá,

tradicional cesto de taquara trançado, e as habilidades desta arte assim como a abundância da pescaria são narradas com êxito pelos parceiros. A abundância da fauna contém uma analogia com a abundância de água, nas palavras dos parceiros: “um murundum d’água” ou até mesmo: “mar d’água”, explicando que o rio, no meio, “jogava”, “soltava” ou ainda “derramava” suas águas de um lado e de outro quando havia enchente. Em contraste à vida repleta de água havia o chão seco, que era a terra da “roça”, na qual se cultivavam milho e feijão em sua maioria. Estas “roças” já eram plantadas no regime de parceria ou porcentagem com os proprietários principalmente por agregados das fazendas ou pelo campesinato local.

2.3. Prelúdio da luta: a Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi na Fazenda Motas

O mundo rural de Piumhi na década de 1950 foi marcado pelas primeiras reuniões de camponeses, parceiros, agregados e trabalhadores rurais sob a orientação de membros do Partido Comunista Brasileiro que buscavam a ampliação de suas bases para além do segmento urbano. Essas reuniões aconteciam nas terras de um sitiante, que abrigava os membros do partido na sua sede, na Fazenda Motas. A região na qual situa-se esse sítio também é denominada Motas e aglomera várias fazendas e pequenas propriedades, constituindo na época uma ampla população ligada por redes de sociabilidade, conforme os relatos das entrevistas. Segundo estes mesmos relatos, a região era composta por um grande número de parceiros e agregados de fazendas, além de pequenos sitiantes como aquele que abrigava os visitantes vindos do Partido Comunista. O interesse do partido na atuação nessa região torna-se compreensível considerando a prioridade que dedicava aos camponeses perante o latifúndio e aos trabalhadores cuja situação pudesse ser incluída na legislação trabalhista (BORGES, 1988).

A respeito dessa associação surgida nos Motas foram entrevistados dois sujeitos que estiveram diretamente envolvidos na sua organização. Um deles, já citado, é um sitiante de quase noventa anos que oferecia seu sítio para hospedagem dos membros do partido e para as reuniões com os trabalhadores. O segundo, hoje diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi, era um jovem morador da comunidade dos Motas e parceiro, participando das reuniões da associação e posteriormente ingressando na

atuação do sindicato. Em ambos os relatos foram feitas referências à associação como uma delegacia da Liga Camponesa. Sabe-se que esta nasceu na forma de associações civis sob direção do PCB ocupando-se nos seus primeiros anos de atuação na organização e assistência para realizar denúncias e agitações a partir dos litígios de trabalhadores e camponeses com os proprietários. Esta foi uma estratégia para contornar as dificuldades de se formar sindicatos, adotando uma forma jurídica através do Código Civil (AZEVEDO, 1982).

De acordo com os arquivos do jornal *Terra Livre*, editado pelo PCB em consonância com as ações da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 17 de outubro de 1954 foi fundada a Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi. No texto desse jornal pode-se perceber a preocupação das Ligas em resolver questões imediatas locais nos seus primeiros anos de atuação. Quanto à associação em Piumhi, na data de sua fundação foram debatidos também o programa que contaria primeiramente com a criação de uma cooperativa, de uma escola noturna e obras de melhoria das estradas. A estrutura da entidade também denota a preocupação do partido com as questões locais que pudessem propiciar melhores condições de vida, como: a criação do departamento esportivo, feminino, de assistência médica e jurídica. Entretanto, essas questões apareciam atreladas à crítica à estrutura agrária e a possibilidade de romper com esse *status*. Segundo o sitiante que recebia os representantes do partido, as discussões concentravam-se em torno da ampliação das bases do PCB discutidas no Manifesto de Agosto de 1950, além da necessidade da reforma agrária. Ressalta o caráter da clandestinidade e sigilo nos quais ocorriam as reuniões e as desconfianças geradas entre proprietários vizinhos em relação à associação.

A ampliação da ação política do PCB no campo tornou-se mais contundente a partir de seu IV Congresso, no qual foi decidida a criação de um órgão que dirigisse tal atuação no meio rural. Este órgão foi criado em 1954 através da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e ficou conhecido pela sigla ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Esta conferência contou com a presença de várias delegações de distintas áreas formadas a partir de conferências regionais de trabalhadores em todo o interior do país. Com o objetivo de organizar os trabalhadores assalariados agrícolas em sindicatos e os camponeses em associações, foram realizadas outras conferências, como a de Minas Gerais, em 1956, na qual foi

criada a Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, a ATAMG. A criação da associação em Piumhi realizou-se entre esses dois marcos na história de mobilização e ampliação da ação política do PCB no campo. Realizou-se logo após a criação da ULTAB, e antes da criação da ATAMG. Conforme relato do senhor J. R. C., sitiante proprietário da Fazenda Motas que sediava as reuniões da Associação de Piumhi, ele esteve presente em várias conferências na cidade de Formiga e em Belo Horizonte. Contudo, não conseguiu precisar as datas de realização dessas conferências, dificultando a afirmação de sua presença nessa reunião de Minas Gerais, embora acredite que seja mais ou menos em 1956.

Ao mesmo tempo em que as reuniões da Associação de Piumhi evocavam os problemas locais dos sítiantes e parceiros havia também uma formação política preocupada com questões nacionalistas e anti-imperialistas. A observação das seções do jornal *Terra Livre* em textos dirigidos à formação e informação dos sujeitos do campo no Brasil revela a preocupação com tal plano político. Conforme afirma o diretor do Sindicato, durante as reuniões da associação na Fazenda dos Motas eram distribuídos panfletos e jornais vindos do PCB cujo teor de discussão estava voltado principalmente para denúncias de práticas imperialistas norte-americanas assim como eram distribuídos textos vindos de Cuba após a revolução. Essas formas de ação do partido no meio rural aqui estudado condizem com a formação voltada para a união de classes subalternas no campo e na cidade, aglomerando diversos segmentos ocupacionais para a realização de uma revolução parcial e pacífica, que incluía, além da luta anti-imperialista, o desmoronamento do latifúndio.

A ação dessa associação no meio rural nos Motas parece ter se limitado à questão da organização dos camponeses em torno da discussão e orientação sobre a sua condição social, além de pautas mais abrangentes como fora acima ressaltado. De acordo com os relatos e as reportagens contidas no *Terra Livre*, a associação parece não ter engendrado qualquer ação conflituosa ou reivindicatória entre proprietários e parceiros. Contudo, sua existência parece ter se estendido ao longo dos anos se considerados relatos de reuniões referentes ao ano de 1970 e a relação de seus associados com a criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi, em 1963. A narrativa do atual diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi revela como a associação tornou-se uma organização embrionária diante das possibilidades de luta adquiridas com a criação desse sindicato:

A gente... fazia, reunia, era tipo de uma liderança, de uma delegacia, mas não era formalizado nada não. O sindicato mesmo foi fundado em 1960, 61, por aí. Então a gente organizava, reunia, falava que um dia tinha que ter um sindicato para defender os direitos e assim por diante. (Diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi).

Essa visão do diretor do sindicato acerca do processo de formalização da mobilização de vários segmentos de trabalhadores rurais expressa de maneira veemente o processo histórico desencadeado pela ação do PCB e as divergências ideológicas e de ação entre este e as Ligas Camponesas principalmente a partir de 1960.

2.4. O padre, o político e o camponês: análise da trajetória de vida de três sujeitos para a compreensão do conflito no Pântano

A compreensão dos diversos elementos que desencadearam a ocupação das terras do Pântano, a reivindicação de sua posse, os conflitos em torno da colheita de arroz e dos sistemas de parceria será desenvolvida a partir da análise da trajetória de vida de três indivíduos que representam cada um desses elementos. A intenção aqui não é atribuir uma responsabilidade plena a esses sujeitos acerca dos acontecimentos do conflito no Pântano, ainda que se reconheça o importante papel de cada um nesse processo. Buscasse, senão, a construção de um “tipo ideal” através da reunião de características históricas individuais que juntas fornecerão um significado cultural a partir do ponto de vista aqui analisado (WEBER, 2004). Ou seja, para a compreensão do significado e das ações políticas do Partido Comunista Brasileiro e do processo de sindicalização rural apresenta-se o político enquanto um tipo ideal, representado por um indivíduo cujas características históricas nele reunidas naquele dado momento permitem apreender a relação que teve na ocupação e no conflito no Pântano. O mesmo esquema de análise se dará com a tipificação do sacerdote, enquanto representante das ações da Igreja Católica no campo brasileiro, assim como a do camponês, a partir de seu envolvimento com a Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi.

O político será discutido aqui através das ações de um sujeito as quais representam as práticas do Partido Comunista Brasileiro no Pântano, ainda que reelaboradas pela ideologia individual do sujeito analisado. Trata-se de C. M., falecido em 2005, filiado ao PCB que participou da ocupação do Pântano e da criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi em 1963, sendo lembrado nas entrevistas como

um líder do movimento de reivindicação pelas terras do pantanal. Aspectos de sua trajetória de vida foram traçados a partir da entrevista com um parente próximo na qual foram revelados questões de sua vida familiar, de sua socialização e os principais acontecimentos particulares.⁴ Nas entrevistas com outras pessoas pôde-se levantar maiores informações sobre seu envolvimento na questão do Pântano, percebendo-se diversas representações e mesmo estereótipos sobre sua pessoa.

C. M., filho de um dentista piumhiense de convicções socialistas, estudou até a quarta série do ensino fundamental e trabalhava durante sua infância e juventude de maneira informal, vendendo produtos como banana e café nas ruas. Aos dezesseis anos mudou-se para a cidade de São Paulo, onde trabalhou durante alguns anos com seu irmão em uma farmácia. Segundo o relato do parente entrevistado, provavelmente foi nessa época que C. M. filiou-se ao PCB. Sua estadia na cidade de São Paulo, se as datas foram lembradas corretamente, durou entre os anos de 1948 e 1958, aproximadamente. Por volta deste ano, retornou à cidade de Piumhi, na mesma época em que tiveram início as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Furnas e de transposição do rio Piumhi que acarretaram também na drenagem do Pântano. O envolvimento de C. M. no Pântano pode ser relacionado aos primeiros contatos com essas obras através de sua participação no trabalho de construção do dique na cidade de Capitólio, que separava as águas dos rios Piumhi e Grande. Posteriormente, dirigiu-se ao Pântano onde passou a trabalhar como parceiro em uma das grandes propriedades nessa região. Enquanto isso, as reuniões do Partido Comunista eventualmente aconteciam na residência de um amigo jornalista e fotógrafo, também filiado àquele partido e militante a favor da ocupação do Pântano pelos parceiros. Esse jornalista também exerceu um importante papel na organização da reivindicação pelas terras do Pântano, principalmente através do jornal *Alto São Francisco* do qual era redator.

Também no final da década de 1950, chegou à região de Piumhi e Capitólio um jovem sacerdote recém-ordenado. Principiou seu trabalho paroquiano no município de Capitólio no início de 1957, mesmo ano em que começaram as obras de transposição do rio Piumhi e de construção da barragem de Furnas. Em fevereiro do ano de 1959 foi transferido para a paróquia de Piumhi na qual realizou importantes obras de cunho secular até 1976, ano de seu falecimento logo após ter se afastado da paróquia deste

⁴ O parente de C. M. entrevistado solicitou que seu nome ou informações a seu respeito não fossem identificados neste texto.

município (LARA, s. d.). Descrito pelos entrevistados como um padre polêmico e carismático, com convicções socialistas, o seu trabalho no município se caracterizou fundamentalmente pelo envolvimento político e a influência exercida em importantes mudanças no desenvolvimento municipal. Sua contribuição para a cidade se relaciona diretamente à fundação de uma escola de ensino fundamental e duas escolas estaduais de ensino médio, as únicas públicas nesse nível na cidade até os dias de hoje. Acrescenta-se ainda a re-inauguração da Santa Casa e sua influência política na reivindicação pela instalação do Banco do Brasil, cuja inauguração só ocorreu após seu falecimento e o traçado da rodovia estadual MG-050 passando pelo município de Piumhi uma vez que a proposta de criação desta abrangeria outra região.

Sua prática religiosa foi marcada pelo trabalho com as bases sociais através de auxílio quanto às necessidades básicas, afirmando que os indivíduos não precisavam que lhes ensinasse o evangelho, era necessário vivê-lo por meio das obras. As preocupações políticas, a vivência junto à comunidade, os trabalhos com o povo em detrimento a dedicação às celebrações religiosas e sua posição crítica em relação ao celibato clerical são responsáveis pela construção de sua imagem polêmica (LARA, s.d.).

Contudo, dedicou-se a orientar uma formação laica tanto direcionada à juventude quanto às esferas mais pobres da população, entre elas a dos trabalhadores rurais. Foi responsável, como diretor do colégio que fundou, pela formação da União Mineira dos Estudantes Secundários (UMES) na cidade de Piumhi. Segundo um ex-presidente da UMES, esse movimento participou de diversas decisões importantes na cidade, sob a coordenação do padre. Com a colaboração dos professores e da família proprietária do jornal *Alto São Francisco* o movimento estudantil cresceu bastante na cidade, tendo seus representantes participado de alguns congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Porém, o principal instrumento de ação dessa juventude engajada era o jornal *Palavra Nova* impresso pela gráfica do jornal *Alto São Francisco*. Esse movimento estudantil esteve ligado à família do jornal local *Alto* não só pelo apoio que dela recebia, mas também pela participação desses jovens nas reuniões do Partido Comunista na residência do redator do referido jornal. Essas reuniões também fomentaram o movimento de reivindicação pelas terras do Pântano e a criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos, conforme relata o filho do jornalista. A relação do sacerdote com esse jornalista e o próprio líder do movimento do Pântano e primeiro diretor do sindicato, C. M., era amistosa nos primeiros anos de luta conjunta uma vez que, até

onde foi possível verificar, estavam vinculados devido às convicções parecidas sobre justiça social.

A participação do sacerdote no conflito e ocupação do Pântano constituiu-se por meio do trabalho de conscientização política de parceiros e camadas urbanas desfavorecidas realizado no espaço da Igreja durante as próprias celebrações religiosas. Os trabalhadores eram orientados a ocupar as terras recém-drenadas do Pântano, pelo seu caráter devoluto e pela crença na execução da Lei 4.176 que tratava da reforma agrária nessa região. Aos parceiros que já haviam ocupado o Pântano por meio do trabalho de destocar o mato e cultivar o arroz o sacerdote orientava a suspensão da partilha da colheita com os proprietários vizinhos por reconhecer que estes não possuíam a posse legítima da área a qual reclamavam.

Destaca-se ainda, como terceiro tipo ideal cuja participação no movimento do Pântano e de criação do sindicato foi importante, o camponês. A compreensão desse tipo ideal que aqui funda-se com o sujeito analisado é imprescindível para a percepção da nova fase do sindicato, reaberto no ano de 1969, após ter sido brutalmente fechado pela ditadura em 1964. R. C. era um jovem parceiro, filho também de parceiro, que residia na comunidade dos Motas agregado às grandes propriedades nessa região, trabalhando nelas e no próprio Pântano. Sua militância se iniciou nas reuniões realizadas na Fazenda Motas, que deram origem à Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi. Trabalhou na articulação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos juntamente com o líder e filiado ao Partido Comunista, C. M., que na fundação dessa instituição tornou-se o diretor. Entretanto, a participação de R. C. no sindicato ocorreu de maneira mais efetiva na sua reestruturação a partir de 1969, já sem a presença de C. M., exilado por conta própria na ex-União Soviética. R. C. também participou como sócio do Clube 4 S de Estrela D'Oeste, vinculado à ACAR, que trabalhou com projetos de extensão rural na região dos Motas. Atualmente, R. C. é diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi.

As diferentes trajetórias de vida de cada um dos tipos descritos se aglutinaram em torno de uma causa comum – o Pântano – a partir das suas experiências específicas. O trabalho de organização do movimento e de conscientização política de cada um foi marcado por temporalidades diferentes, ainda que tenham trabalhado junto em um dado momento, como demonstra o relato do atual diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais:

Não. O C. M., não. C. M. nós nem conhecia ele. Depois, na hora de formalizar o sindicato e entrar no Pântano foi que o C. M. apareceu. Não sei se ele morava fora, ou o que que era... É, eu sei que quando ele organizou essa turma pra plantar lá no Pântano é que começou a... ferver para fundar o sindicato, aí eu peguei uma lista pra pegar assinatura lá nos Motas, ia lá na casa dele, conversava com ele, [...]. Então a gente... tinha gente muito bem armada, tinha carabina, 'arrastando mala'... eu (risos) não sou muito de 'arrastar mala' não... (Diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi).

As práticas e crenças de cada qual também refletem as diferentes posições assumidas pelas instituições que construíram a luta no campo no Brasil, como a ala mais progressista da Igreja Católica, o PCB e as Ligas Camponesas. Cada núcleo de ação no interior do Brasil no qual essas instituições atuaram por meio de representantes tomou um contorno específico, como se verifica na análise no caso do Pântano, ainda que seus líderes se orientassem por planos de ação central previamente definidos. Durante um ano de atuação antes de ser fechado pela ditadura, o Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi foi marcado por divergências e críticas advindas dessas diversas lideranças que participavam da luta pela posse do Pântano pelos parceiros. Conforme relatou um dos entrevistados que participou da fundação do sindicato em Piumhi no ano de 1963, as divergências marcaram a própria criação deste devido à dificuldade de se apresentarem candidatos ao cargo de diretor do mesmo. Acabou assumindo C. M., que embora houvesse idealizado o sindicato e traçado uma trajetória de luta para a posse das terras do Pântano não era um sitiante ou mesmo parceiro para representar a classe, ainda que tenha ocupado a terra com seu trabalho naquela região. Pelo que se pôde perceber não houve interesse por parte dos parceiros em assumir a direção do sindicato. A entrevista com esse participante do movimento e da criação do sindicato revela ainda uma certa atmosfera de apreensão que envolvia os parceiros, sítiantes e agregados que se tornaram sócios do sindicato quanto às possíveis práticas que poderiam ser desenvolvidas neste. Havia assim uma fissura entre os ideais dos parceiros, sítiantes e agregados e a liderança sindical constituída.

As divergências entre o líder do sindicato e seus associados estavam calcadas tanto nas concepções individuais quanto nas ações institucionais. No que tange aos ideais, havia uma incompreensão por parte dos parceiros em relação à ideologia comunista, contribuindo para isso a ilegalidade do partido naquele período. Os discursos do líder do sindicato contra as crenças religiosas colaboravam para que os parceiros se aproximassem mais das posições do sacerdote, orientados por uma cultura tradicional

sedimentada no catolicismo popular. As dissonâncias entre a população rural e os objetivos das lideranças do sindicato revelam-se principalmente nas expressões daqueles parceiros que não quiseram se filiar a essa instituição de representação de classe. As ações do sindicato são descritas por eles como negligentes, como um “sindicato horroroso, sindicato de doido”.

Por outro lado, parece ter havido entre os parceiros uma aproximação ao sindicato não só em busca da conquista da terra mas também pela procura de benefícios calcados no assistencialismo. O desejo dos associados de ter acesso a bens como remédios, comida e roupas contrastava diretamente com a posição da liderança do sindicato que de acordo com as entrevistas, chegava a negar a disponibilidade desses produtos no sindicato para oferecer aos que os solicitavam. Percebe-se assim uma dissonância entre os interesses que aglutinavam sitiantes, parceiros, agregados de um lado e uma liderança movida por projetos políticos de maior alcance. De acordo com a análise dos depoimentos, a liderança do sindicato caracterizava-se por uma linha de ação mais combativa, centrada na conquista das terras do Pântano e no rompimento das relações de trabalho baseadas nos contratos de parceria. Ao mesmo tempo em que o sindicato lançava mão de estratégias inflexíveis para garantir o alcance de seus objetivos, ele se apoiava no plano de ação do PCB o qual era de engendrar mudanças a partir do braço institucional. As atitudes inflexíveis podem ser atribuídas às ocupações da terra por meio do trabalho dos parceiros, entendidos aqui dentro das mais diversas categorias sociais e das invasões das terras para garantir a colheita da lavoura quando esta era embargada por aqueles que aventavam serem proprietários legítimos das terras do Pântano. Quanto às ações apoiadas pelo aparato institucional, pode-se apontar a reivindicação pela posse das terras do Pântano a partir da aprovação da Lei 4.176 no final de 1962, meses antes da fundação do sindicato e as negociações com a SUPRA.

Embora grande parte da Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários da fazenda Motas tenha contribuído para a formação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi, percebe-se também entre as lideranças de ambos críticas e posicionamentos diferentes. O proprietário da fazenda Motas que recepcionava as reuniões da associação constrói sua crítica tanto em relação às lideranças do Sindicato de Trabalhadores Autônomos quanto ao posicionamento dos parceiros associados. Aponta como erros da diretoria a negação de assistência aos associados através do fornecimento artigos como comida e remédios. Por outro lado, reconhece a ânsia da

população por ver seus interesses prontamente atendidos sem que o sindicato estivesse devidamente estruturado para satisfazê-los. Critica ainda a concepção assistencialista dos parceiros que se associaram ao sindicato e não se dedicaram à construção de uma conscientização em busca de uma causa maior. À mercê dessas críticas, depois de seis anos inativo pela ditadura militar, o sindicato é reaberto em 1969 e a partir de então adquire um caráter mais assistencialista uma vez que as questões acerca da disputa pelas terras do Pântano já haviam sido gradativamente abandonadas pelos parceiros e deslegitimadas pela ditadura militar. A partir de então, um dos parceiros e agregado de uma propriedade na região dos Motas, militante da Associação que lá existiu, um tipo-ideal “camponês”, torna-se o diretor do atual Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piumhi.

As relações do sacerdote com o movimento pelas terras do Pântano e a criação do sindicato parecem ter se fundamentado principalmente em articulações políticas para facilitar o fortalecimento da luta. É atribuída a ele concessão da sede do sindicato, além dos trabalhos de orientação e conscientização política dos parceiros no âmbito da igreja. Porém suas posições parecem ter sido mais pacíficas e comedidas que a do líder do sindicato, afastando-os em relação aos ideais de luta. Segundo relato do filho do jornalista que também apoiava o movimento pelas terras do Pântano, após a perseguição dos líderes do sindicato e simpatizantes pela ditadura militar o sacerdote afastou-se da liderança daquele, tomando posições mais discretas. No entanto, ainda apoiou a reabertura do sindicato na sua segunda fase cedendo sempre o espaço da igreja para a arregimentação dos trabalhadores.

Como se pôde notar no relato do diretor do sindicato, esta entidade nasceu com intuito de resguardar a ocupação das terras do Pântano pelos parceiros e reivindicar o cumprimento da Lei 4.176 de 07 de dezembro de 1962 que visava à desapropriação e arrendamento das terras recuperadas do pantanal entre os camponeses pobres, parceiros e atingidos pela construção da barragem de Furnas. O objetivo explícito da criação desse sindicato em Piumhi o torna bastante peculiar se comparado às lutas encampadas por outros sindicatos de trabalhadores rurais sob a orientação do PCB. Conforme ressalta Borges (1988), a luta no meio rural engendrada pelo partido canalizava seus esforços na solução de problemas imediatos dos trabalhadores, principalmente aqueles cabíveis na legislação trabalhista, deslocando para o futuro a busca pela posse legal da terra. Ainda que o Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi tenha contido na

sua pauta de discussão e nas suas práticas resoluções acerca dos contratos de parceria, eles visavam em última instância a ruptura de uma relação de dominação que continha no seu cerne a posse legal das terras do Pântano. Por outro lado, o sindicato em Piumhi expressou a subordinação dos movimentos sociais rurais à política institucional do PCB através de sua crença de que a reforma agrária seria realizada com medidas parciais e pacíficas como resultado da ação institucional, como analisa Borges (1988). No caso da mobilização pela reforma agrária em Piumhi, o sindicato apoiava-se nas prerrogativas da lei 4.176 proposta pelo deputado federal do PSD (Partido Social Democrático) Manoel de Almeida e contou com o apoio da SUPRA para garantir a ocupação das terras e as pressões para execução da referida lei, contando nessa instituição principalmente com o apoio do padre Lage representante da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), além de ações na justiça visando o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), como ocorria com o processo de sindicalização rural recorrente.

2.5. *Alto São Francisco*: uma cronologia da disputa de terras no Pântano a partir dos arquivos do jornal local

Fundado em 1920 por José Firmino Pereira, o *Alto São Francisco* é um jornal impresso na cidade de Piumhi responsável pelas notícias de toda a região. O *Alto* é editado até os dias de hoje ainda sob direção da família Firmino Pereira. Constitui, por todos os anos de sua edição, um importante arquivo de registro histórico de Piumhi e cidades vizinhas, tendo se tornado uma ferramenta relevante para essa pesquisa devido à atenção dispensada às questões que envolviam as disputas pelo Pântano na década de 1960. O interesse da redação desse jornal pela ocupação e reivindicação das terras do pantanal não se limitava ao objetivo meramente jornalístico. Na ocasião do conflito entre os parceiros e proprietários, seu redator na época, hoje já falecido, se envolveu na disputa em defesa dos parceiros. Participou da criação do sindicato e sendo filiado ao Partido Comunista, recepcionava em sua residência as reuniões dos quadros deste no município. Como se pôde perceber através da análise dos textos do *Alto*, a partir de 1963 o periódico foi utilizado como instrumento de informação e protesto em favor da distribuição das terras do Pântano aos parceiros. Os textos a respeito do conflito no Pântano dividem-se entre reportagens e textos opinativos. Alguns desses textos são

anônimos, enquanto a maioria é assinada por um colunista do jornal, ex-escrivão judiciário, simpatizante da luta dos parceiros no Pântano.

Os principais acontecimentos relativos ao conflito das terras do Pântano e ao movimento de reivindicação pela execução da Lei 4.176 serão aqui apresentados a partir da leitura das reportagens do jornal *Alto São Francisco*. Ressalta-se aqui o reconhecimento de que essas informações não são isentas ou neutras de interesses ou valores subjetivos. Já não o seriam por não se tratar de uma fonte de pesquisa científica. No caso do *Alto São Francisco*, devido ao apoio dado aos parceiros pelo editor do jornal, o periódico foi utilizado como instrumento de luta, sendo seus textos revestidos de um discurso bastante combativo em determinados momentos. Ainda assim, constituiu-se numa rica fonte de informação para que se trace aqui uma possível cronologia dos principais acontecimentos que teceram as representações e fatos acerca do Pântano do Cururu.

A primeira reportagem desse jornal que faz referência à questão do Pântano destaca a possibilidade de ser realizada a reforma agrária nessas terras, a partir da Lei 4.176 aprovada no final de 1962. O texto revela as articulações políticas responsáveis pela criação da referida lei e as intenções dos líderes políticos com relação às obras realizadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) no Pântano. No ano de 1959, o deputado federal pelo PSD Manuel de Almeida, apresentou ao plenário da câmara o projeto de lei 1.293 que propunha a criação do condomínio rural de Piumhi nas terras drenadas do Pântano. A proposta foi fruto das articulações políticas entre o autor do projeto de lei e líderes políticos da região durante a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Furnas, sendo um desses líderes o prefeito do município de Capitólio. O projeto do deputado Manuel de Almeida foi aprovado em 07 de dezembro de 1962, tornando-se a Lei 4.176. Entretanto, a execução desta passou a depender de pressões e exigências políticas cujas bases foram assentadas na criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi. Essa primeira reportagem publicada no jornal revela principalmente os meios institucionais de pressão para a execução da partilha das terras do Pântano. Relata o texto jornalístico uma ordem dada pelo presidente João Goulart à SUPRA solicitando urgência na execução da Lei 4.176, a partir da indicação da Comissão Parlamentar de Inquérito de Furnas. Essa comissão foi criada visando avaliar as conseqüências e repercussões causadas pelo represamento das águas do rio Grande e Sapucaí para a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas. Fazia

parte dessa comissão o referido deputado federal pelo PSD Manuel de Almeida. A matéria jornalística destaca que essas informações foram levadas à redação do *Alto* pelo ex-prefeito de Capitólio, o mesmo que articulou a criação do projeto de lei 1.293 com o deputado Manuel de Almeida. A reportagem descreve ainda que os contatos entre esses políticos ocorreram numa viagem à região da Comissão Parlamentar de Inquérito quando esta conheceu os problemas que cercam as terras do Pântano. Segundo esse texto, tal visita de membros da CPI representou um fato importante para acelerar o cumprimento da Lei 4.176, visando “prevenir questão social de profundas implicações”. Essa expressão, nascida nessa primeira reportagem torna-se um termo bastante recorrente nos textos do jornal que se referiam ao Pântano. O texto denota ainda o conflito de diferentes grupos que se interessavam pelas terras do Pântano, afirmando a existência de rumores sobre o veto da referida lei, que segundo o jornal significava uma estratégia para desviar os parceiros de suas aspirações pela posse da terra.

Duas outras matérias, uma delas publicada e assinada numa coluna de título “Comentário da Semana” são bastante ilustradoras das correlações de forças que configuravam a disputa pelo Pântano. A primeira denuncia o desvio de correspondência do Sindicato de Trabalhadores Autônomos no município de Piumhi destinada ao deputado Manuel de Almeida em Brasília, tornando necessária a ida pessoalmente de um representante do movimento pelo Pântano (o qual não foi citado) à capital federal para tratar do assunto. Denuncia ainda a omissão dos jornais quanto ao discurso daquele deputado sobre a reforma agrária durante sua apresentação num programa de televisão. A segunda matéria do *Alto* revela os conflitos políticos que circundaram a questão do Pântano ao relatar as posições do deputado Maurício de Andrade contra a criação da “Colônia Agrícola do Pântano” que se desenvolveria pela SUPRA. O texto insinua as relações pessoais estabelecidas entre esse deputado e grandes proprietários da região de Piumhi cujos interesses certamente estariam sendo representados pela oposição de Maurício de Andrade à distribuição das terras do Pântano.

O mesmo tipo de denúncia de uma correlação de forças que constituiu a questão do Pântano compõe o texto seguinte no qual é realizada uma crítica à câmara de vereadores piumhiense. A crítica se baseia no argumento de que o legislativo municipal se omitia em relação às disputas pelas terras do Pântano. Posicionando-se contra essa omissão, o autor do texto afirma a necessidade do apoio da câmara aos parceiros e à distribuição das terras. O autor ressalta que a omissão desse órgão de representação reforça a ação

do grupo contrário à ocupação do Pântano pelos parceiros, qual seja, os proprietários que o autor denomina de “retrogrados”. Relatando o caráter antagônico do conflito pelo Pântano, o autor do texto intitulado “Tabu” refere-se ao grupo dos proprietários como uma “força contrária ao progresso”. Uma perspectiva progressista com relação à execução da reforma agrária no Pântano também perpassa outro texto opinativo, este assinado por extenso pelo seu autor. O tema central do texto além de ressaltar a possibilidade de romper com uma situação de exclusão e pobreza na qual viviam os parceiros, discute o aprimoramento técnico que deveria compor o projeto de reforma agrária no Pântano.

Um dos fatos mais importantes registrado no jornal *Alto São Francisco* é certamente a intercessão do Padre Francisco Lage na questão do Pântano. Membro da CONSR (Comissão Nacional de Sindicalização Rural), Padre Lage era um membro da Ação Popular (AP) da Igreja Católica nos movimentos sociais no meio rural. O apoio da SUPRA ao movimento de reforma agrária no Pântano foi contundente. A visita de um membro representante dos parceiros do Pântano ao delegado regional da SUPRA, Antonio de Oliveira Lins, resultou no encaminhamento da visita de Pe. Lage à Piumhi, conforme relata uma reportagem do jornal local.

Algumas dissonâncias podem ser percebidas tanto nos relatos das entrevistas quanto no teor dos textos publicados no jornal. Nas entrevistas realizadas foram recorrentes afirmações paradoxais que consideravam a disputa pelo Pântano um evento sem grandes proporções ao mesmo tempo em que relatam a complexidade das relações sociais tecidas em torno daquelas terras. Alguns textos jornalísticos fazem referência às ameaças de violência por parte dos proprietários vizinhos ao Pântano. Segundo os mesmos textos, essa violência era justificada pelos proprietários como uma resposta à violência iminente dos parceiros que ocuparam as terras e as reivindicavam. Contrapondo tal visão de mundo, o ex-escrivão judiciário que apoiava o movimento dos parceiros pela posse do pantanal ressalta em sua coluna o caráter legítimo da luta pela divisão do Pântano, baseada na Lei 4.176 de 1962 e nos meios legais de ação por meio do apoio institucional da SUPRA. As tentativas de romper com esse processo legal de negociação pela reforma agrária no Pântano se repetiram na ocasião da visita do Pe. Lage à Piumhi, quando ocorre um novo extravio de correspondência. Dessa vez, o telegrama desaparecido avisava aos líderes do sindicato a data e a hora da chegada do

sacerdote à cidade. O extravio da informação impediu o preparo da recepção popular que estava sendo organizada para receber o membro da SUPRA.

De acordo com o relato do jornal, a estadia do Pe. Lage no município consistiu no encontro com o sacerdote local e o reverendo da Igreja Presbiteriana de Piumhi, do presidente da câmara de vereadores, além de comerciantes, trabalhadores e representantes do sindicato. O objetivo dessa visita foi tornar conhecido o trabalho realizado pelos parceiros, a partir da ocupação das terras do Pântano, realizada pela destoca do mato e pela plantação de lavouras de arroz. Nessa ocasião, o Pe. Lage comprometeu-se a mediar a causa dos parceiros junto ao governo federal começando por transmitir as reivindicações da população redigidas em forma de documento pelo Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. A carta dirigida ao presidente da SUPRA foi publicada na matéria do dia 09 de dezembro de 1963 que narrava a visita do Pe. Lage à cidade, na edição número 1.343 do jornal *Alto São Francisco*, dizia que:

Os trabalhadores rurais piumhienses, pelo seu Sindicato, solicitam ao Governo Federal, através da SUPRA, órgão encarregado da execução da Lei 4.176 a pronta adoção das seguintes medidas:

1. A SUPRA tomará posse, imediatamente, cumpridas as formalidades legais, das terras desapropriadas pela União nas Várzeas do Rio Piumhi;
2. Todos os atuais ocupantes daquelas terras, na qualidade de trabalhadores, terão a sua situação legitimada, seu pleno direito ao fruto do seu trabalho assegurado.
3. Os trabalhadores rurais de Piumhi e o seu Sindicato cooperarão com as autoridades e com a SUPRA no sentido de estabelecer-se no Pântano uma agricultura modernamente estruturada, tendo em vista os seus interesses e os interesses de toda a comunidade.

A carta acima foi encaminhada ao presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, cuja resposta foi prometer sua visita ao município visando estabelecer uma solução favorável aos parceiros, conforme informou o Pe. Lage, no telegrama enviado aos líderes do movimento pela posse do Pântano.

Na edição do jornal *Alto São Francisco* no natal de 1963 nota-se a expressão de outra camada da sociedade que se posicionava de maneira contrária ao apoio dado pelo Pe. Lage ao Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. As críticas ao sacerdote e membro da SUPRA tornaram-se unânimes em vários setores da sociedade, como

demonstra um dos entrevistados em Piumhi que apoiou o movimento pela posse do Pântano para os parceiros. Desta vez, as críticas ao Padre Francisco Lage foram realizadas pelo presidente da FAREM (Federação das Associações Rurais do Estado de Minas) natural da cidade de Luz, distante de Piumhi 163 quilômetros. Num telegrama endereçado ao presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, o presidente da FAREM Josafá Macedo dirige várias críticas ao Padre Lage, suscitadas por ocasião da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de Luz. Diante da recepção preparada pelos grandes proprietários ao Padre Lage, este reagiu com críticas aos fazendeiros, sendo vaiado pela população da cidade que, segundo a reportagem, convidou-o a abandonar o município. O autor do telegrama acusa o sacerdote de “espalhar o comunismo no meio rural” e de agitar o homem do campo, afirmando contudo não ser contrário à criação dos sindicatos de trabalhadores rurais, oferecendo seu apoio a tal iniciativa. Inicialmente publicado no jornal *Estado de Minas*, o telegrama foi divulgado no jornal piumhiense *Alto São Francisco* a pedido de um proprietário do município.

Ainda na mesma edição o jornal anuncia a visita de um advogado da SUPRA a Piumhi, acompanhado de um fiscal do mesmo órgão, visando às providências para a organização do “condomínio rural do Piumhi”. O encontro com líderes locais foi complementado por uma visita à área do Pântano acompanhado do reverendo da Igreja Presbiteriana, do líder da maioria da Câmara Municipal, onde se encontrou com as lideranças do Sindicato de Trabalhadores Autônomos. Um dos principais problemas tratados nessa ocasião, segundo a reportagem, refere-se à paralisação das obras de drenagem do Pântano que eram então realizadas pelo DNOS. As circunstâncias de tal paralisação não foram citadas, embora o texto afirme que o advogado se inteirou das causas e prometeu que o departamento jurídico da SUPRA entraria em contato com o DNOS para tentar solucionar o caso.

A partir do início do ano de 1964 a disputa pelas terras do Pântano entre parceiros e proprietários passou por etapas decisivas e por vários acirramentos nas posições de cada um. Os primeiros meses do ano caracterizaram-se pela colheita das lavouras de arroz plantadas pelos parceiros no pantanal. O resultado do trabalho na terra – a colheita do arroz – tornou-se o cerne da disputa entre parceiros e proprietários e a metáfora que representava a relação de dominação e exploração no qual estavam inseridos. A primeira colheita realizada pelos parceiros que reivindicavam a legitimação de sua

ocupação no Pântano, ocorrida no início de janeiro de 1964, foi relatada no jornal *Alto* sob o título: “Primeira Ceifa no Pântano: fase decisiva nas lutas pela posse das terras”. A exigência dos proprietários de que os trabalhadores entregassem parte da colheita do arroz foi contestada por estes, negando a entrega de sua produção, por não reconhecerem a posse legítima das terras do Pântano pelos proprietários vizinhos, condição primordial para atender a tal cobrança que caracterizaria o regime de parceria. O sindicato, ciente da disputa que emergiria com a colheita do arroz, orientou aos parceiros a não entregarem a “terça” parte da colheita aos proprietários, como forma de deslegitimar a pretensão dos proprietários de apropriarem-se da terra e do trabalho no Pântano. Diante de ameaças de violência partida dos proprietários, o sindicato convocou uma reunião extraordinária com seus associados na qual estabeleceu sua unidade em torno da contestação da cobrança da “terça” de seu cultivo e da posse da terra. Os pontos de vista do sindicato foram reafirmados em torno dos seguintes itens, estrategicamente publicados no jornal local:

- 1 – Os trabalhadores do Pântano contestam a legalidade da exigência de pagamento de porcentagem sobre a produção uma vez que ela pressupõe o direito de propriedade sobre as terras recuperadas pela União nas várzeas do rio Piumhi.
- 2 – Os trabalhadores reterão a parte exigida no aguardo de uma decisão judicial que esclareça definitivamente o assunto.
- 3 – Os trabalhadores consideram medida de legítima defesa impedir que o fruto do seu trabalho seja confiscado por quem não esteja imbuído de autoridade legal ou não possa assegurar o cumprimento de decisão judicial posterior.
- 4 – Os trabalhadores cooperarão com as autoridades na manutenção da ordem pública e repelirão decididamente as provocações que lhe forem dirigidas.

A posição dos parceiros foi levada às autoridades locais, enquanto seu líder viajou a Belo Horizonte em busca de estabelecer contato com autoridades estaduais e órgãos sindicais, cujos nomes não foram citados pelo jornal. A colheita foi realizada a partir da ajuda voluntária de outros trabalhadores, a pedido do sindicato. Formou-se um mutirão organizado tanto pelos parceiros que viviam na região do Pântano quanto pelos novos parceiros residentes em Piumhi que se dirigiram para a lavoura na carroceria de um caminhão. Enquanto realizavam a colheita, o delegado de polícia local dirigiu-se para a lavoura, acompanhado de um policial à paisana a partir de um pedido do advogado dos

proprietários que exigia a prisão dos dirigentes sindicais e do responsável pela plantação, por acusação de apropriação indébita. Entretanto, a reportagem ressalta a ação pacífica engendrada pelo delegado que preferiu atuar como mediador a agir de maneira repressiva, visando evitar sérias conseqüências. O resultado da presença do delegado no Pântano foi a apreensão de 30% da safra colhida com a concordância da liderança dos parceiros. A parte do arroz recolhido ficaria retida aguardando uma decisão judicial definitiva. Ao final do dia, os trabalhadores retornaram à cidade no caminhão e desfilaram pelas ruas gritando: “é nosso, é nosso, é nosso!” referindo-se ao arroz colhido ao longo do dia. De acordo com uma segunda reportagem publicada na mesma edição do jornal, a questão em torno da colheita do arroz no Pântano foi acompanhada por um representante da SUPRA que prestou assistência aos parceiros e garantiu a tomada de providências junto ao órgão que representava, visando solucionar a questão da posse das terras do Pântano.

A partir de janeiro de 1964 as publicações no *Alto São Francisco* revelam principalmente as tentativas do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de pressionar a execução da Lei 4.176 que garantiria a posse das terras do Pântano aos parceiros. Em reação às ações implementadas pelo sindicato, os grandes proprietários reagem com ameaças e violências inaugurando o conflito em torno da disputa da colheita do arroz e da posse no Pântano.

Uma das primeiras denúncias sobre a situação de exploração e violência simbólica dos proprietários aos parceiros no Pântano revela-se na crônica do escritor colunista do *Alto*. Seu texto denuncia a prática recente dos proprietários no Pântano de introduzir pragas nas culturas de arroz dos parceiros, através do plantio de capim anapiê e angola entre a lavoura e nos espaços ainda não ocupados, visando à formação de pastagens. O texto revela ainda como o trabalho dos parceiros é realizado sob ameaças e pressões vindas dos proprietários, situação criticada pelo colunista como uma prática do tradicional “coronelismo”, a qual combate acreditando na solução judicial.

A situação é amplamente discutida a partir de uma matéria completa publicada pelo jornal, na qual descreve a existência de um conflito social a partir da retenção do arroz pelos parceiros que se recusam a entregar uma porcentagem da colheita do grão aos proprietários que afirmam serem os legítimos donos do terreno drenado do Pântano. O texto revela as ações então engendradas de ambas as categorias envolvidas no conflito uma vez que os proprietários enviaram ao Secretário de Segurança Estadual uma

denúncia contra os parceiros, afirmando-se serem vítimas da hostilidade destes e temendo a iminência de sublevações dos trabalhadores. Diante das denúncias dos proprietários, a Secretaria de Segurança providenciou reforço policial do Batalhão de Guardas, munido de metralhadoras e posteriormente, o próprio DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para realizar vigilância e averiguações a respeito das acusações. No sindicato, o destacamento policial foi assegurado da ausência de qualquer intenção de violência por parte dos parceiros. Entretanto, os membros do sindicato não recuaram da decisão de reter a porcentagem do arroz requisitada pelos proprietários, como forma de contestar a posse pela terra. Diante do observado, o secretário de segurança afirmou que a questão da disputa de terras em Piumhi não se tratava de questão policial, mas de assunto social, o que o levou a sugerir a visita do titular da Secretaria do Trabalho até a cidade para tomar conhecimento do caso. A mesma matéria exalta ainda o crescimento do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi afirmando a contabilidade de 1.600 membros, além dos constantes pedidos de novos trabalhadores para se associarem.

“*Vitória Popular*” é o título da matéria que comemora o decreto número 53.498 de 21 de janeiro de 1964 assinado pelo então presidente da república João Goulart, indicando o pronto cumprimento da Lei 4.176 tratando da desapropriação das terras do Pântano visando arrendá-las aos trabalhadores da região. De acordo com o relato do jornal, era a decisão aguardada pela SUPRA para agir visando à execução das medidas de arrendamento das terras aos trabalhadores. O decreto foi festejado pelos parceiros que saíram às ruas comemorando, soltando fogos de artifício e gritando “viva” ao sindicato e a João Goulart. Tal manifestação parece ter sido interpretada como provocação ou ofensa por alguns segmentos sociais, conforme relata o texto jornalístico que procura justificar a intenção pacífica e comemorativa da demonstração pública dos parceiros. Relata ainda a mesma reportagem a intenção dos parceiros em comemorar com um festival “pantaneiro”, realizando um mutirão para a colheita do qual participaria parceiros, autoridades e dirigentes sindicais e estudantis, onde posteriormente seria servido um cardápio típico da região do Pântano: carne de jacaré com fubá.

Na mesma edição do *Alto*, há uma matéria expondo trechos de uma entrevista do médico piumhiense Dr. Oswaldo Machado concedida ao periódico *Diário* de Belo Horizonte, em 21 de janeiro de 1964, mesma data da assinatura do decreto 53.498 pelo

presidente Goulart. Nesta entrevista, o médico denuncia a exploração dos proprietários sobre o trabalho dos parceiros que ocuparam o Pântano.

Concomitante aos esforços do sindicato em busca da legitimação da posse das terras do Pântano e as tentativas dos proprietários de barrarem tais estratégias, o município de Capitólio convivia com o drama da paralisação das obras de drenagem do pantanal, o que tornaria possível inundações na cidade decorrentes do período chuvoso. Percebe-se assim diferentes conseqüências advindas da intervenção estatal no espaço de forma negligente, possibilitando uma enorme gama de mudanças na vida social da região.

No mês seguinte, isto é, em fevereiro de 1964, uma matéria publicada descreve a intenção do Secretário de Segurança Pública em agir conjuntamente com a SUPRA visando garantir a ordem no estado, diante do seu reconhecimento da inevitabilidade de mudanças na estrutura agrária mineira. As principais inquietações sociais que o secretário de segurança relatou na reportagem se referem à tensão da população da região do rio Piumhi diante da possibilidade de retirada das dragas que executavam as obras de drenagem. As preocupações derivavam da apreensão de possíveis inundações com o aumento das águas do rio Piumhi que colocassem em risco a segurança das pessoas na região.

Na semana seguinte, o jornal piumhiense publicou na íntegra o texto da Lei 4.176 assim como o Decreto 53.498, sem nenhum comentário que precedesse ou finalizasse a publicação e que demonstrasse a finalidade de expô-la ao público do jornal. Entretanto, partindo-se do reconhecimento de que o editor do jornal era membro do Partido Comunista Brasileiro e grande apoiador da causa dos parceiros no Pântano e da criação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos, pode-se supor que a publicação das leis tenha tido o sentido de tornar pública a legitimação da posse do Pântano aos parceiros. A disputa de terras em Piumhi caracterizou-se assim pelo uso de vias legais de reivindicação da legitimação da posse do Pântano por parte dos parceiros. No entanto, diferentes episódios de contestações, ameaças e violências circundaram a disputa pelas terras, aparentemente vindos dos proprietários.

A disputa pelas terras do Pântano centralizou-se no regime de parceria tradicionalmente adotado entre camponeses, agregados e trabalhadores rurais de um lado, e proprietários de outro. Portanto, a princípio a disputa concentrou-se na colheita da lavoura de arroz plantada nas terras drenadas do Pântano pelos parceiros. Diante da colheita iminente, os

proprietários cobraram, como de hábito nos processos de parceria, de 30% a 50% da parte do cereal. Orientados pelo Sindicato, alguns parceiros recusaram-se entregar a porcentagem do arrozal colhido aos proprietários, questionando a legitimidade da posse da terra do Pântano por estes aventada, condição *sine qua non* dentro de um contrato de parceria. Assim, uma matéria do jornal ilustra bem a disputa quando publica as articulações tomadas por ambas as partes, através de reuniões com seus pares. Reunidos de um lado os proprietários e de outro em assembléia os associados ao sindicato, visavam refletir sobre as decisões a serem tomadas, quando recebem a mediação do pároco local, até então simpatizante da causa dos parceiros. A posição do sacerdote foi de mediador, propondo que a cobrança da parcela da safra fosse reduzida para 20%, dos quais seriam deduzidos 5% para a Sociedade São Vicente de Paulo e 5% para as despesas com a colheita. A proposta não foi aceita por nenhuma das partes. A posição dos parceiros era levar a disputa ao âmbito judicial, acreditando que a questão envolve o reconhecimento legítimo da posse da terra. Interessante observar que ao lado dessa reportagem é publicada outra na qual relata-se que o Sindicato de Trabalhadores Autônomos irá implementar uma campanha com seus associados para a abolição da “queimada” como etapa de preparo da terra do Pântano para o plantio. O sindicato realizaria um trabalho de conscientização dos prejuízos trazidos ao meio ambiente decorrentes dessa prática. Pode-se perceber que ao lado da luta política o sindicato estabelecia trabalhos de orientação técnica, consolidando não só as suas propostas enquanto instituição, como fortalecendo o trabalho dos parceiros nas terras ocupadas do Pântano.

Um novo texto escrito pelo escrivão judicial do município, simpatizante da causa dos parceiros, revela as ações que compõem o movimento contrário às perspectivas da reforma agrária. Desta vez, o texto é assinado apenas com as iniciais do autor e denuncia as tentativas conservadoras de classes abastadas e proprietárias de impedir o desenvolvimento do movimento reivindicatório representado pelo sindicato. O autor ressalta o caráter devoluto das terras do Pântano, além da ação por meio legal implementada pelo sindicato na luta pelo arrendamento das terras aos parceiros. Desmistifica práticas de subversão da ordem social que foram atribuídas aos parceiros e seu sindicato, afirmando a disposição destes em acatar as decisões judiciais. As representações acerca do caráter subversivo do movimento do sindicato são de responsabilidade dos proprietários que assimilando o movimento em Piumhi às práticas

que acreditavam perturbadoras atribuídas aos comunistas, visando estereotipar e assustar os próprios parceiros assim como a população da cidade. Os proprietários fizeram circular na cidade um boletim denunciando as possíveis práticas subversivas dos parceiros e do sindicato numa tentativa de levar a população a hostilizar o movimento de reivindicação pelas terras do Pântano, uma vez que segundo as publicações do jornal, a população no geral simpatizava com os parceiros.

O delegado de Piumhi encontrou-se nessa época com a Secretaria de Segurança e assegurou ao jornal belorizontino *Diário da Tarde* que a situação no município era calma, não havendo perigo de atrito entre os parceiros e os proprietários. Afirmava ter havido um acordo entre o Sindicato de Trabalhadores Autônomos e os proprietários decidindo acatar decisão judicial. O juiz da comarca, atendendo ao pedido de proprietários, teria recolhido a parte do arroz em disputa. Relata a presença da SUPRA no município que parece ter sido interpretada como uma presença de “elementos estranhos” que estariam agitando os parceiros.

No dia 08 de março de 1964 o jornal *Alto São Francisco* publicou a última matéria sobre o Pântano antes do golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil. Novamente trata-se de um texto redigido pelo escrivão colunista do jornal. No texto cujo título foi denominado *O Comando é Nosso*, o autor faz uma denúncia das péssimas condições de trabalho dos parceiros no Pântano, relatando diversos problemas de saúde por eles enfrentados. O texto faz um relato da tentativa dos proprietários de reverter um processo que levaria ao rompimento dos laços de dominação que os unia aos parceiros.

Após o golpe militar de 01 de abril de 1964, as reportagens sobre o Pântano cessam de ser publicadas, até o mês de junho do mesmo ano. Segundo o atual diretor do jornal *Alto São Francisco*, filho do antigo editor que militava na causa dos parceiros do Pântano, a redação do jornal fora fechada por alguns meses e a gráfica da família destruída pela polícia da ditadura.

A disputa de terras no Pântano tornou-se alvo de investigação do Departamento de Vigilância Social (DVS) nos primeiros meses de ditadura no Brasil. Publicada no *Estado de Minas* e reproduzida no *Alto São Francisco*, uma matéria que relata a investigação sobre os principais atores que atuaram na disputa de terras no Pântano. Foram indiciados um proprietário, o sacerdote local, o escrivão e dirigentes do Sindicato de Trabalhadores Autônomos. O delegado regional faz um relato da questão

do Pântano como uma questão social que poderia resultar num grave conflito e sugere a criação de uma comissão de inquérito para melhor avaliar o caso e proceder a uma possível partilha das terras entre parceiros e proprietários. Afirma ainda não ter encontrado indícios de ações “comunistas” no município, embora sugira a necessidade de estudos mais elaborados. Relata-se ainda que o chefe do Departamento de Vigilância Social afirmou que encaminharia o relatório sobre a investigação do caso piumhiense aos secretários de Agricultura e Trabalho visando à solução do caso, que trazia preocupações às autoridades.

Novos inquéritos foram instaurados nos meses subseqüentes, como demonstram as reportagens do jornal. Em agosto de 1964, a Secretaria de Segurança do Estado determinou a realização de um inquérito a respeito da denúncia de proprietários de que estariam ocorrendo invasões de terra no Pântano. A investigação foi realizada pelo Departamento de Vigilância Social, procedendo à audição de diversos depoimentos que segundo a nota do jornal foram realizados por muitos parceiros que espontaneamente procuraram as autoridades no quarto do hotel onde se instalavam.

Por outro lado, o interesse pelas terras do Pântano pode ser percebido pela visita de um técnico do Ministério da Agricultura a estas terras. O técnico natural da região próxima à Piumhi ficou impressionado com a qualidade das terras do Pântano e aludiu a possibilidade de que a região se convertesse numa das grandes produtoras de arroz do Estado. Percebe-se na reportagem o “desencontro cultural” de dois mundos quando o técnico se surpreende com os resultados obtidos pelos parceiros através do cultivo no Pântano com “técnicas rudimentares”, propondo a necessidade de introduzir ali uma agricultura mecanizada e sementes adequadas, providências que tomaria através de contatos com o Ministério e a Secretaria de Agricultura.

Paralelo ao interesse pela área do Pântano como um possível “celeiro” do Estado, havia o descaso e abandono com as obras ali iniciadas, uma vez que a paralisação do trabalho de dragagem do rio Piumhi trazia sérias ameaças de inundação às populações ribeirinhas e ao município de Capitólio. Numa matéria publicada anos depois, compreende-se um dos motivos que levaram à paralisação do trabalho das dragas que drenavam o Pântano: um proprietário, ex-prefeito do município, impediu o trabalho das dragas nas suas terras devido à ocupação dos parceiros nas mesmas. A reportagem no jornal trata do *habeas corpus* concedido a este proprietário pelo Superior Tribunal Militar acreditando não ter ocorrido paralisação do serviço público. O Ministro que concedeu o *habeas corpus*

afirmou que a atitude do proprietário não prejudicou o público e que como dono da terra tinha o direito de preservá-la “contra as invasões dos agitadores”. A defesa do acusado afirmou ainda que as “agitações” foram promovidas pelo Sindicato de Trabalhadores Autônomos e pelo padre Lage, com o apoio da SUPRA através da ocupação das terras que iam sendo recuperadas pelos serviços de dragagem na região.

As reportagens no jornal *Alto São Francisco* ficaram cada vez mais escassas a partir da metade do ano de 1964, sendo encontrados poucos registros acerca do Pântano nos anos posteriores. Numa matéria de fevereiro de 1966, é publicada uma nota anônima fazendo um apelo à resolução da questão do Pântano, acreditando que a solução depende somente da decisão quanto ao *status* da terra, isto é, a crença de que bastava ao governo decidir se a terra era ou não devoluta. Cerca de quinze dias depois, publica-se a reportagem do que seria o marco da disputa de terras no Pântano: o assassinato de dois parceiros pelo filho de um grande proprietário. O crime ocorreu às margens do rio Novo, na região do Pântano, durante a colheita de uma lavoura de arroz. Uma breve discussão entre o jovem filho do proprietário e os dois parceiros resultou no assassinato dos dois últimos com tiros de revólver pelo primeiro, que logo fugiu do local, não tendo sofrido nenhum processo judicial. Um dos parceiros movia uma ação judicial contra o proprietário reclamando a posse de cerca de 300 alqueires de terras recuperadas na área do Pântano. O interesse de ambos, parceiro e proprietário, pela posse dessa terra resultou no antagonismo exacerbado no período da colheita do arroz quando o filho do proprietário reclamou a terça parte do cereal, o que foi recusado pelos parceiros, motivo imediato do assassinato.

3. “FOI UMA COISA QUE NÃO DEIXOU SAUDADE, NÃO”: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA LOCAL A PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO

*Contar é muito dificultoso, não pelos anos que já se passaram.
Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas
de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.*
(Guimarães Rosa)

Esta pesquisa foi constituída por dois eixos metodológicos principais escolhidos com base na característica do objeto de investigação. O principal aspecto do objeto considerado para a escolha da metodologia foi seu caráter histórico. Os processos sociais que transformaram a realidade dos sujeitos envolvidos na ocupação do Pântano se desenrolaram num tempo e espaço próprios, embora tenham sido reflexo e se refletido em outros lugares e temporalidades. Interessa para este estudo um recorte neste tempo e neste espaço que permita compreender a *sociogênese* do processo de ocupação e o ápice dos fenômenos sociais que a envolveram como os conflitos pela posse da terra e a constituição da sindicalização rural no município de Piumhi. Diante destas considerações, foram utilizados os métodos historiográficos e a história oral.

Procura-se neste capítulo compartilhar os processos da pesquisa de campo visando um esboço detalhado das técnicas, estratégias, descobertas e frustrações. Acredita-se também que a descrição do lugar, das pessoas, dos processos de aproximação e conhecimento possa complementar a compreensão do grupo social aqui estudado. É importante ressaltar que foram preservadas as identidades dos indivíduos que concederam entrevistas ou mesmo conversas informais. Como foi discutido no capítulo anterior, a ocupação e disputa pelas terras do Pântano contou com episódios de extrema violência e de ameaças simbólicas. Como se não bastasse, as relações de trabalho estabelecidas naquela época eram calcadas em relações de dependência pessoal e de exploração dos trabalhadores no Pântano, como ocorreram em muitos casos relatados no Brasil por diversos estudos (MOURA, 1988; SILVA, 1999). Esses aspectos contribuíram para a produção de silêncios a respeito do Pântano que ainda hoje compõem a memória local. Além disso, o fato de que as terras do Pântano continuam na posse dos grandes proprietários (ou de suas famílias) que as disputaram com os parceiros e o *status* social que aqueles possuem no município devido às posições econômicas e ou políticas privilegiadas que ocupam reforçam o mascaramento do tema.

Como já foi dito na introdução, embora a maioria dos entrevistados não tenha feito objeção a terem seus nomes identificados neste trabalho, a percepção da situação de velamento que compõe o tema do conflito no Pântano influenciou a decisão de não serem citados nomes. A garantia de que o nome do sujeito entrevistado ou de pessoas citadas na conversa não seria revelado nesta pesquisa foi comunicada e acordada durante cada entrevista. Esta atitude revelou-se bastante profícua ao deixar o sujeito entrevistado mais a vontade para falar e contribuiu para a construção de uma relação de confiança entre o pesquisador e seu interlocutor fundamental para o bom desenvolvimento da entrevista.

3.1. Primeiras impressões: o uso da historiografia

Como demonstram Arruda e Tengarrinha (1999), a metodologia histórica permite traçar dois planos, um relacionado às práticas e significações dos sujeitos, outro à realidade objetiva, o que permitiu nesta pesquisa apreender tanto a realidade centrada nos aspectos do conflito, quanto às práticas e concepções da realidade de alguns sujeitos envolvidos. A técnica utilizada para atender a tais pretensões se baseou na análise de conteúdo de documentos.

Entretanto, tal técnica não se revelou tão fértil quanto o esperado, pois os registros escritos relacionados às questões do Pântano são bastante escassos. A principal fonte de informações secundárias foi encontrada no jornal de Piumhi, *Alto São Francisco*. Suas referências à ocupação e disputas no Pântano deveram-se principalmente à atuação de seu diretor naquela época, jornalista filiado ao Partido Comunista Brasileiro e um dos principais apoiadores do processo de ocupação das terras pelos parceiros. Neste sentido, as crônicas e reportagens contidas no jornal partem de uma visão de mundo específica, tornando-as mais que textos informativos, uma forma de expressar os ideais e as estratégias de denúncia e reivindicação em relação ao Pântano. Apesar destas vicissitudes, o *Alto São Francisco* revelou-se uma fonte proveitosa e foi o primeiro passo da pesquisa. Através de seus textos foi possível identificar vários sujeitos que se envolveram no processo e puderam ser entrevistados. A cronologia das crônicas e reportagens também possibilitou uma compreensão da ocupação do Pântano como um processo dinâmico desenvolvido ao longo do tempo.

A segunda fonte consultada foi o jornal editado pela ULTAB e pelo Partido Comunista Brasileiro entre os anos 1954 e 1964 chamado *Terra Livre*. Embora suas referências ao movimento dos trabalhadores em Piumhi sejam poucas, revelou-se uma importante ferramenta de investigação diante do relato de todos os conflitos que surgiram por todo o país na referida época.

As outras fontes de informação buscadas no município não foram satisfatórias devido a diversos motivos. Uma possível origem de informações seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piumhi, instituição fundada desde o movimento de ocupação do Pântano. Entretanto, esta instituição foi fechada no início de 1964 pela Divisão de Vigilância Social (DVS), órgão de repressão da ditadura militar. Na ocasião, segundo relato de membros do sindicato, seus arquivos e objetos foram confiscados pela polícia da ditadura e queimados em praça pública. O sindicato continuou fechado até 1969, período no qual não foram efetuadas nem atividades nem quaisquer registros escritos.

A busca de registros sobre as disputas pela divisão da colheita de arroz entre os proprietários e os trabalhadores foi baseada nas referências dos jornais a tais contendas que supostamente teriam sido resolvidas judicialmente. No entanto, a pesquisa sobre processos de disputa de colheita de arroz no fórum da cidade não revelou registro de nenhuma disputa judicial. Acredita-se que os processos não tenham sido abertos devido ao golpe militar de 1964. Esta hipótese baseia-se no fato de que as primeiras contestações dos trabalhadores quanto à possibilidade de entregar parte da colheita de arroz terem ocorrido no início de 1964. Segundo os relatos do jornal local e do *Terra Livre*, o Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi oferecia o respaldo aos trabalhadores para negar a entrega da colheita, e contava com o apoio da Federação de Trabalhadores da Lavoura de Minas Gerais. A decisão dos trabalhadores em consonância com o ponto de vista do sindicato na época foi não entregar o quinhão da colheita aos proprietários enquanto não saísse uma decisão judicial. Mas como o sindicato foi perseguido durante o ano de 1964, a falta de sua atuação pode ser a causa da ausência de um processo judicial.

Também foram investigados possíveis registros de legitimação de posse das terras devolutas do Pântano pelos proprietários que hoje exploram a área, a fim de verificar a existência de legalização dessas apropriações, conforme sugeriram alguns indivíduos entrevistados. Uma visita ao cartório de registros de imóveis foi realizada com este objetivo, utilizando para tal a análise de toda a movimentação de registros de três

proprietários. Essa estratégia baseou-se no pressuposto de que o registro das áreas devolutas do Pântano anexadas às antigas propriedades vizinhas poderia ter sido feito por meio de uma nova medição da área que resultaria no registro de posse com a extensão então constatada. Esse procedimento de retificação de área desde a lei 10.931 de 02 de agosto de 2004 permite que o próprio oficial do cartório a efetue, tornando-se um procedimento administrativo, sem passar pelo processo judiciário. Contudo, nas três amostras, uma delas representada pela propriedade de maior extensão no Pântano, não apresentaram nenhum registro de retificação de área. Entretanto, algumas dessas propriedades já foram vendidas incluindo a sua área devoluta. Alguns dos parceiros entrevistados sugerem que as transações tenham sido feitas por meio de compromissos de venda. A ausência de registros das terras no Pântano no cartório do município corrobora com as afirmações de todos os sujeitos entrevistados de que aquela área, embora sobre domínio de grandes proprietários, não é devidamente legalizada no nome daqueles que se dizem atuais proprietários. Mas não se descarta a possibilidade de que o registro destas terras tenha ocorrido, embora não tenha sido possível verificar um número maior de documentos devido às limitações do tempo disponível para o trabalho de campo.

A partir destes fatos, acredita-se que os documentos produzidos no passado contenham aspectos da realidade objetiva que ficaram registrados e estagnados em detrimento das mudanças ao longo do tempo; além de conter apenas algumas das dimensões de todas que se consideram relevantes para a pesquisa. Assim, tornou-se necessário o uso de outro método para complementar as lacunas deixadas pelo uso do primeiro. Visando obter uma interpretação da dinâmica da ocupação e do significado desta para os indivíduos, utilizou-se a história oral através da contribuição de sujeitos que atuaram como testemunhas do conflito, envolvidos nele direta ou indiretamente. A escolha dos entrevistados não foi aleatória pois o desvendamento de aspectos não contemplados pela análise de documentos dependeu do relato de sujeitos que vivenciaram como participantes a ocupação de terras no Pântano. A escolha dos nomes partiu dos dados levantados na análise documental, tratando-se de membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, militantes, colaboradores do jornal local, moradores da região do Pântano e principalmente dos parceiros.

3.2. “Tem muita história, esse Pantano”: o uso da história oral

O uso da história oral tornou-se fundamental nesta pesquisa devido à escassez de informações contidas nos registros escritos encontrados. Estes dados historiográficos limitaram-se a fornecer elementos que se referiam apenas às contestações de divisão das lavouras e às reivindicações pela posse da terra do Pantano que se seguiram à ocupação entre alguns grupos de parceiros. Algumas das reportagens e crônicas do jornal local foram usadas como ferramentas de luta política, de denúncia e reivindicação em apoio à luta dos parceiros para garantir o fim da dominação através da ruptura dos contratos de parceria. Outros ofereciam apenas alguns dados referentes à disputa e à ação de instituições como a Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi e o Partido Comunista Brasileiro, deixando a desejar a compreensão de processos dinâmicos da ocupação que se desenvolveram historicamente. Desta forma, os dados historiográficos não contemplaram o processo de ocupação do Pantano possibilitado pelos contratos de parceria entre os camponeses e agregados moradores da região com os grandes proprietários de terra. A grande maioria destes contratos firmados entre o campesinato e os proprietários abastados não resultaram em conflitos ou disputas, caracterizando apenas uma reprodução cotidiana de relações de trabalho já consolidadas na cultura regional. Devido ao seu caráter ordinário não foram relatadas pelos veículos de comunicação ou pelos processos judiciais.

A compreensão das motivações, significados e estratégias dos contratos de parceria e da ocupação do Pantano pelos parceiros foram possíveis graças ao uso da história oral. Como ressalta Thompson (2002), este método permite interpretar a história e a mudança social a partir da escuta da narrativa de pessoas comuns que expressam suas lembranças e experiências. O caráter historicamente dado do objeto de pesquisa obrigou a busca de referências que preenchessem as lacunas deixadas pela historiografia, causadas principalmente pelas profundas mudanças ocorridas nas relações sociais existentes no Pantano. A região caracteriza-se até os dias de hoje por uma estrutura fundiária altamente concentrada. Nessas propriedades desenvolvem-se atividades de pecuária extensiva e intensiva na maioria dos casos. A maioria da população que nas décadas de 1950 e 1960 ocupou a região a partir do sistema de parceria vive no município de Piumhi e na comunidade de Penedos, distrito daquela cidade situado nas proximidades do Pantano. Antes parceiros, camponeses ou agregados, hoje a maioria vive de

ocupações informais na zona urbana ou da aposentadoria. Diante destes quadros de mudança a história oral permite compreender o movimento das sociedades a partir do caráter histórico das suas relações sociais, como assinala Bertaux (citado por PEREIRA, 1991).

Ao todo foram realizadas vinte e quatro entrevistas, além de conversas informais. Dos sujeitos entrevistados, três deles concederam entrevistas duas vezes, em fases diferentes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas em três etapas que engendraram diferentes experiências. A primeira delas consistiu numa abordagem exploratória que ocorreu há alguns anos atrás, antes da realização desta pesquisa. Durante o trabalho de campo que compôs a realização da pesquisa para a produção da monografia de graduação, no curso de Ciências Sociais, veio à tona a questão da ocupação das terras do Pântano (SILVEIRA, 2005). O contato com sujeitos que haviam participado do processo de parceria e ocupação do Pântano permitiu a exploração do tema através de entrevistas temáticas que abordavam este assunto. O objetivo destas entrevistas, como já foi dito, era simplesmente compreender os principais aspectos históricos do dado acontecimento.

Foram entrevistados quatro parceiros, todos residentes no município de Piumhi, aposentados, embora dois deles ainda trabalhem no meio rural. As entrevistas também foram realizadas com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piumhi, membro desta associação desde sua inauguração no início de 1963 e ex-parceiro no Pântano. A abordagem exploratória foi completada pelas entrevistas de dois militantes da causa dos parceiros no Pântano, um professor e um escrivão, ambos aposentados. Também foi nessa época que se realizaram os primeiros levantamentos de dados no arquivo do jornal local *Alto São Francisco*.

A segunda etapa do trabalho de campo pode ser considerada a menos fecunda. A busca por mais sujeitos que participaram da ocupação do Pântano demandou bastante tempo e não resultou tão satisfatória. Simultaneamente à procura dos principais envolvidos no processo de ocupação, foram realizadas entrevistas com sujeitos indiretamente relacionados ao movimento. Foram entrevistados quatro moradores da região do Pântano, três deles eram pequenos proprietários de terras naquela época e o outro era agregado. Hoje vivem no município de Piumhi, sendo três já aposentados. Importante ressaltar que estes sujeitos que concederam as entrevistas são parentes de um dos dois parceiros assassinados durante um conflito pela divisão do arroz nas lavouras do Pântano pelo filho de um dos supostos proprietários da área. Este dado foi responsável

por certo viés ocorrido na entrevista que resultou na grande frequência da alusão aos assassinatos. O objetivo da busca do relato destes vizinhos e parentes fundamentava-se na sua memória como espectadores do processo de ocupação do Pântano. Porém o relato dos assassinatos tão recorrente nas entrevistas, mesmo fugindo ao roteiro de perguntas, revela a percepção que os indivíduos que não estiveram diretamente envolvidos com a ocupação possuem do fenômeno.

Segundo Pereira (1991), os relatos orais permitem revelar a face subjetiva dos processos sociais. Prestando-se atenção às distorções e omissões contidas nesse relato, como sugere Alberti citado por Pereira (1991) pode-se apontar o significado socialmente construído a partir dos conflitos que se estabeleceram no Pântano. A imediata analogia feita entre a ocupação do Pântano e as duas mortes que a seguiram esteve presente em todas as entrevistas realizadas, sem distinção. Um dos entrevistados, um professor que não esteve envolvido no processo de ocupação, sugeriu que os assassinatos foram os responsáveis pelo excessivo silêncio produzido sobre o Pântano na memória local.

Como alguns dos principais envolvidos na ocupação do Pântano já faleceram, procurou-se entrevistar algum parente próximo. As características destas entrevistas serão discutidas posteriormente. Estas entrevistas contribuíram mais profundamente para exaltar as características dos sujeitos, suas trajetórias sociais e algumas redes de relações. A alusão a fatos que tenham afinidade direta à ocupação e conflitos no Pântano não pôde ser contemplada com maior objetividade. Por outro lado, foram encontrados e entrevistados militantes da causa dos parceiros que se destacaram pela participação ativa nos processos políticos relacionados à ocupação do Pântano. Dois deles tiveram sua participação histórica marcada pelo envolvimento com o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município. Um terceiro sujeito dentro deste grupo de entrevista foi um articulador das primeiras atividades de associação política para discussão da condição de vida no campo, influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro. Por último, o escrivão anteriormente citado foi procurado para esclarecer dúvidas suscitadas a partir de sua entrevista anterior, limitando-se porém a uma conversa informal diante de sua relutância em ser novamente entrevistado.

A terceira etapa do trabalho de campo foi caracterizada pela localização de vários parceiros do Pântano que atualmente ocupam atividades diversas e habitam em diferentes localidades. Alguns ainda residem na região do Pântano próximos ao distrito de Penedos em pequenas propriedades rurais, das quais são donos. Foram visitados sete

parceiros, realizando-se seis entrevistas e uma conversa informal. A tentativa de uma maior objetividade buscada através de um roteiro de entrevistas revelou-se menos proveitosa que as conversas informais que antecederam ou sucederam os momentos de uso do gravador. Como estas entrevistas foram realizadas todas na residência dos sujeitos, grande parte na presença de cônjuges e outros familiares, as conversas informais cujo tema era o Pântano tornaram-se bastante amistosas. Estas conversas entre os parentes revelaram vários aspectos da vida cotidiana nas décadas de 1950 e 1960 dos habitantes da região do Pântano. Expressaram também detalhes dos sistemas de trabalho realizados nas terras camponesas ou nas grandes propriedades; o habitual sistema de parceria; os modos de vida antes da drenagem do Pântano e as principais mudanças com a transformação do lugar. As lembranças comuns no seio da família foram afloradas a partir do tema da entrevista, suscitando a participação voluntária dos sujeitos presentes através de suas narrativas.

Os relatos orais, baseados numa reconstrução narrativa de uma memória revisitada, constituíram-se numa tentativa de compreender os processos de ocupação da terra e seus diferentes significados para os parceiros. A entrevista foi orientada pela elaboração de um roteiro prévio, baseado na concepção de uma entrevista temática, contendo os principais aspectos e detalhes sobre a ocupação e a parceria que não foram contemplados pela análise documental, além de questões sobre os significados que nortearam a participação dos sujeitos no referido movimento. No geral, as entrevistas respeitaram as possibilidades de expressão de cada interlocutor através da flexibilização do roteiro visando um maior aprofundamento dos temas a medida que surgiam na narrativa.

3.3. Familiaridade e estranhamento: algumas dificuldades e possibilidades do pesquisador nativo

Pode-se afirmar que o trabalho de campo em Piumhi foi marcado por duas recorrências principais. A primeira relaciona-se com os limites e possibilidades trazidos pelo fato de se pesquisar na própria cidade natal, sendo ao mesmo tempo um “nativo” e um pesquisador. A segunda fundamenta-se na própria natureza do objeto de pesquisa, um evento do passado na comunidade que se tornou um “tabu”, uma história mascarada e

silenciada na memória social, levando-nos a uma reflexão sobre as possíveis causas desse silêncio e as dificuldades de rompê-lo em campo.

Alguns autores como Velho (1980) discutiram os dilemas e possibilidades de uma investigação realizada por um pesquisador na comunidade da qual faz parte. Foi este o contexto no qual se desenvolveu o trabalho de campo sobre a ocupação do Pântano. Nascida e criada na cidade de Piumhi, para a pesquisadora o conhecimento sobre o conflito de terras no Pântano só veio à tona após vários anos, durante um outro trabalho de campo cujo tema era as relações de trabalho assalariado temporário na agricultura, ou bóias-frias. Desde a descoberta deste tema, a peculiaridade da ocupação do Pântano tornou-se evidente uma vez que a primeira indagação ao ouvir sobre tal evento foi: “Por que não ouvi essa história antes?”. Alguns motivos óbvios não podem ser descartados como o fato de que a ocupação ocorreu há mais de quarenta anos. Muitos dos que a presenciaram já faleceram, levando consigo suas memórias e experiências. Mas, tratando-se de um fenômeno que envolveu tantos indivíduos da comunidade, uma obra de infra-estrutura grandiosa, a intervenção de várias instituições inclusive do Estado e que nutriu tantas expectativas sociais, como pôde ser esquecida e não ser transmitida oralmente às outras gerações? Qual a razão de tamanho silêncio?

Bosi (1987) revela no seu estudo como a sociedade industrial dilacera a memória social e desfaz os laços do passado através da marginalização dos velhos, retirando-lhes sua função social de guardiões da memória e contadores da história. Esse aspecto deve ser levado em conta ao se refletir o caso da ocupação de terras no Pântano já que se trata de um fenômeno ocorrido há algumas décadas e suas lembranças ficaram guardadas na memória da população mais velha, deixando que o relato fosse esquecido. Essa perspectiva revela uma das primeiras dificuldades do trabalho de campo e que, durante muitos momentos emergiu como uma angústia pessoal da pesquisadora: a morte dos principais sujeitos envolvidos no conflito e nas ocupações do Pântano. Faleceram seus líderes políticos, o líder religioso, vários parceiros e a grande maioria dos proprietários. Enquanto viveram, se relataram ou não sua experiência no Pântano e o significado do conflito em suas vidas, não há registros. Aqueles que puderam ouvir esses relatos talvez pudessem recontá-los, pois é assim que se criam quadros de significação e de sentido histórico compartilhados socialmente. Porém, a memória viva perdeu-se. Desta forma, a estratégia utilizada foi procurar o relato das pessoas mais próximas – parentes - àqueles já falecidos que protagonizaram a ocupação de terras. O apelo à memória dos parentes

valeu-se da percepção e vivência próxima ao problema em questão ou pela convivência com os sujeitos da disputa ouvindo e compartilhando seus relatos. O principal objetivo buscado no contato com os parentes dos envolvidos na ocupação foi justamente conhecer quem eram essas pessoas que participaram da disputa pela terra.

Os principais participantes do conflito foram descobertos pelo levantamento de dados históricos em fontes escritas, como o jornal local, por exemplo. O papel fundamental da investigação foi compreender quem eram essas pessoas: sua condição social, suas expectativas, sua rede de relações, o contexto histórico no qual viveram. A estratégia encontrada foi realizar uma entrevista temática com um parente próximo que relatasse a trajetória de vida do sujeito, a partir de sua própria experiência e convivência com o indivíduo. Por vezes estas pessoas possuíam lembranças e percepções sobre o próprio Pântano, por terem presenciado todo o processo da luta na cidade e puderam emitir suas impressões acerca da ocupação, confrontadas com a própria perspectiva do parente falecido sobre a disputa. O uso de reportagens de jornal durante o relato nestas entrevistas foi um importante aliado para aguçar a memória, por vezes esquecida pelo envolvimento menos denso daquela pessoa em relação à ocupação do Pântano.

Estas entrevistas foram as abordagens mais emotivas e delicadas. Atiçar as lembranças relacionadas a toda a trajetória de vida de um ente querido falecido despertou fatos e sentimentos carregados de tristezas, injustiças, nostalgias. Momentos alegres também foram recordados e suscitaram as mesmas expressões emotivas. A importância do relato de um parente se fundamenta no fato ressaltado por Bosi (1987) de que o grupo familiar é unido por um vínculo cuja memória é ao mesmo tempo “una e diferenciada”, transcendendo o sentimento individual. O compartilhamento de diálogos, impressões, experiências no seio familiar, ainda que seus membros estejam distantes geograficamente, produzem um enraizamento moral percebido individualmente, mas de caráter comum, social. Assim, a configuração moral da família, quer no aspecto religioso, na administração da casa, na educação das crianças, na hierarquia e no trabalho familiar, podem ser ilustradas através do relato da atitude de um único indivíduo membro da família. Essa atitude-símbolo, conforme a denomina Bosi (1987), tanto pode revelar o caráter histórico da vida familiar, quanto às práticas do indivíduo em questão.

Apoiada no argumento acima, a prática de reconstruir a história da participação de cada sujeito a partir das lembranças de um parente próximo foi fértil em alguns pontos e

superficial em outros. Foi importante para traçar as redes de vínculos sociais e relacionamentos, facilitando a compreensão da ação de cada grupo na configuração da ocupação da terra. Foi possível observar quem apoiava e corroborava com a prática e as idéias; quem era contra e quem participou de ambos os grupos em períodos históricos diferentes. Também foi possível revelar, através das narrativas acerca da personalidade e das crenças dos sujeitos feitas pelos parentes, possíveis perspectivas e crenças a respeito da ocupação do Pântano, assim como as ideologias e filiações políticas. No entanto, não foi uma boa ferramenta para desvendar feitos e passagens históricas que constituíram os anos da ocupação. Os parentes não puderam relatar práticas e participações na parceria, na ocupação e no sindicato, possíveis de terem ocorrido no cotidiano dos indivíduos. Na maior parte dos casos, não foi possível citar fatos, datas e processos desencadeados historicamente. As lembranças, ao mesmo tempo em que retêm as generalizações e recorrências na vida cotidiana, atêm-se a fatos extracotidianos que marcam a memória pelo seu caráter peculiar. No entanto, todos contribuíram de alguma forma para o processo de apreensão da realidade histórica.

A partir da pesquisa com fontes escritas o trabalho de campo tornou-se uma atividade que chamaríamos de garimpo social. Como encontrar estas pessoas que representavam apenas um nome e quando muito uma ocupação nas folhas do jornal? Como descobrir se estavam vivas, onde moravam, o que faziam, o que pensavam a respeito da ocupação, enfim, como torná-las de carne e osso, com sua tão valiosa memória? É neste sentido que o fato de ser um membro da comunidade foi um aspecto facilitador, pois diminui o tempo que se gastaria tentando descobrir quem eram os sujeitos que se deveria buscar. Alguns já eram conhecidos, pertenciam ao círculo social da família da pesquisadora ou possuíam uma visibilidade social por sua ocupação, posição e relações no município. O desenrolar da pesquisa foi revelando aos poucos uma outra vantagem de ser um membro da comunidade: durante a aproximação apresentar-se como filha de tal pessoa, parente de uma, amiga de outra, ou simplesmente residente na rua tal contribuía para um processo de confiança ou simplesmente para dar início a uma boa conversa.

O silêncio construído a respeito da ocupação no Pântano revelou-se gradualmente como um desconforto social e por vezes um fator de constrangimento suscitar tal tema durante o diálogo. O mais difícil passo da pesquisa foi, durante a apresentação, expor o motivo de estar ali, geralmente na residência daquele sujeito, buscando suas memórias e experiências sobre o fato até então tão calado e mascarado. A questão da objetividade

foi importante durante a apresentação das razões da pesquisa, sem expor opiniões e palpites a respeito da ocupação que suscitem a desconfiança do interlocutor. E ainda recorrendo a Thompson (1992), a exaltação da importância do relato do sujeito para a pesquisa foi fundamental para a compreensão desta sobre relevância de sua participação na entrevista. Fazê-lo perceber-se como sujeito histórico, portador individual da memória social, tornando possível o registro do que Thompson (2002) chama de “vozes ocultas”, ou seja, o registro da memória e da experiência de vida de pessoas cuja história jamais seria registrada pela historiografia oficial. No entanto, apesar do silêncio que vem imperando sobre a ocupação no Pântano ao longo dos anos em Piumhi, a receptividade e solidariedade da maioria dos indivíduos procurados para as entrevistas tornaram-se uma grande surpresa. Embora tenham ocorrido silêncios, negações e esquecimentos, quase todos se disponibilizaram a falar, debruçando-se no tempo-espço para rememorar e emitir sua interpretação a partir do presente de uma condição social passada.

A crença dos sujeitos da pesquisa de que seu conhecimento sobre a história tinha pouca importância para a ciência foi mais um dilema enfrentado. Diversas vezes os indivíduos justificavam não saber muito sobre o que aconteceu, não terem retido datas na memória, aconselhavam procurar outra pessoa, geralmente alguém com mais instrução ou mesmo que procurasse o arquivo do jornal porque este sim, tinha tudo “escrito”. Essa relação de insegurança com a própria possibilidade de narrativa demonstra uma característica marcante na sociedade contemporânea, poeticamente discutida por Bosi (1987) quando afirma que a arte de narrar decai gradativamente com o triunfo da informação. O peso que cada uma tem na sociedade industrial moderna é claramente exposto na percepção que os sujeitos possuem ao comparar seu poder narrativo com a imprensa escrita, como ocorreu nas diversas entrevistas realizadas em Piumhi. O sentido da oralidade e sua relevância para o conhecimento e o vínculo social é lamentavelmente perdido, seja na vida cotidiana, seja na percepção do discurso como um ato político. Entretanto, como ressaltam diversos autores, a história oral e a história oral de vida são importantes instrumentos para que sujeitos comuns, separados da história oficial, construam sua interpretação acerca dos processos sociais expressando-a significativamente ao outro, construindo sua identidade a partir da relação de sua memória subjetiva com a memória social. Autores como Le Ven (1997) percebem através da prática da história oral de vida como essa ferramenta possibilita aos sujeitos na entrevista perceberem-se como

“criadores da história” engendrando inclusive uma transformação social a partir do questionamento da vida passada, presente e futura. Thompson (1992) acredita que a história oral pode contribuir para que as pessoas comuns confiem em sua própria fala, enfatizando a importância da capacidade de expressão dos indivíduos de qualquer condição social.

Por fim, talvez o maior limite imposto pelo fato de ser membro daquela comunidade foi justamente conhecer a área de segredo que circunda a questão do Pântano, contribuindo para uma sensação de insegurança em procurar os principais sujeitos que participaram da disputa de terras. Por vezes, essa insegurança resultou em expressões de idéias na tentativa de ser simpática ou de corroborar com a opinião alheia; com excessivas falas durante a entrevista; outras vezes deixando de fazer perguntas com medo de ser indiscreta ou invadir demais a privacidade do interlocutor, suscitando memórias e sentimentos que eram tristes ou constrangedores; por ora algumas tentativas de se perguntar de uma forma mais discreta levou a construção de frases mal feitas, que induziam a uma resposta enviesada ou a não compreensão da interrogação.

Por outro lado o conhecimento dos tipos sociais proporcionado pela vivência na cidade permitiu estabelecer uma ordem de quem seria entrevistado primeiro, privilegiando sujeitos conhecidamente de personalidade menos conservadora ou que estiveram menos visceralmente envolvidos na ocupação e disputa. Tal estratégia foi tomada tendo em conta a questão do silêncio sobre o conflito que antes de tudo revela a existência de uma correlação de forças na cidade. Afinal, a posse atual das terras do Pântano pertence aos proprietários ou à família daqueles que disputaram a área com os parceiros e poderiam se sentir ameaçados quanto à legitimidade desta posse. Este sentimento de ameaça que poderia emergir entre os proprietários poderia levar a um recrudescimento do silêncio a respeito do Pântano e se refletiria em toda a esfera social, calando mesmo os sujeitos mais dispostos a falar sobre o tema.

3.4. Os silêncios gritantes: o mascaramento da memória social

De acordo com Bosi (1987), o ato de lembrar é uma forma de re-fazer o passado, através de um resíduo de significados, ou seja, fica o que significa. O ponto nodal da memória social da população de Piumhi a respeito da ocupação de terras no Pântano

encontra-se no fato que recordam com mais frequência: a morte de dois parceiros. A recorrente referência ao assassinato desses parceiros pelo filho de um proprietário de terras, ocorrido no decorrer das disputas pela colheita de arroz, revela-se como a principal lembrança retida na memória dos entrevistados. Esse fato se revelou também como um dos elementos responsáveis pelo silêncio e pelo mascaramento do passado. As mortes ocorreram quando o sindicato já havia sido fechado e seus líderes indiciados pela ditadura militar, ou seja, mesmo após as tentativas de sufocar o movimento social que emergiu na cidade em busca de terra e trabalho. Nesse aspecto, a ausência da representação institucional ou jurídica contribuiu para o acirramento da violência física que antes se apresentava apenas sob a forma de ameaças. A violência simbólica revelava-se no contexto das disputas pelo arroz, através da presença de jagunços durante as colheitas ou pela tentativa dos proprietários de impedir o acesso dos parceiros à lavoura trancando porteiros na estrada. Alguns o relataram com detalhes e citam os nomes dos envolvidos. Outros se resignaram a comentar o fato omitindo os nomes, apenas fazendo uma referência aos assassinatos. Conforme as informações secundárias encontradas nas reportagens do jornal local e nos relatos de outros interlocutores entrevistados, após os assassinatos a disputa pela terra do Pântano diminuiu gradativamente através do abandono da área e da lavoura pelos trabalhadores rurais, facilitando a apropriação da mesma pelos proprietários do entorno. Muitos sujeitos entrevistados atribuem a saída dos parceiros do Pântano ao temor que emergiu após os assassinatos. Entretanto, outro fator de expulsão dos parceiros das terras no Pântano, também constatado nas entrevistas, deve-se ao rompimento do trato de parceria por parte dos proprietários principalmente após a vigência do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 para evitar possíveis processos judiciais devido a irregularidades nas relações de trabalho.

A violência física expressa nas mortes dos trabalhadores é povoada de uma violência simbólica que envolveu as características do conflito, uma vez que os parceiros foram mortos durante o trabalho da colheita de arroz no Pântano. As denúncias das mortes pelos militantes da causa dos parceiros, como as ocorridas nas reportagens do jornal local, tenderam a revelar a correlação de forças que envolvia a disputa de terras. O gradativo abandono do Pântano e da luta após o assassinato foi acompanhado pelo silêncio acerca da disputa. Segundo um dos entrevistados, logo após as mortes no

Pântano instaurou-se um constrangimento acerca do conflito entre a população local que evitava comentários sobre o tema.

O silêncio e o mascaramento da memória revelaram-se de diferentes formas. Várias foram as falas cujos detalhes da ocupação e disputa foram comentados somente após o desligamento do gravador ou durante as conversas informais antes ou depois das entrevistas. Algumas atitudes também revelaram o contexto de segredo e violência simbólica, assim como a omissão de nomes; a insistência em afirmar seu distanciamento da questão; a freqüente afirmação da reforma agrária frustrada; a negação da participação e até mesmo o desdém pela ocupação como evento efêmero e sem importância. Bastante significativo e recorrente foi a negação de lembranças como as de manifestações públicas dos parceiros quando voltavam do trabalho no Pântano na carroceria de caminhões, empunhando suas ferramentas de trabalho; as informações incipientes sobre o sindicato de trabalhadores rurais ou sobre o movimento engendrado pelo Partido Comunista.

De acordo com Pollak (1989), é recorrente encontrar entre grupos minoritários em uma sociedade englobante dominante uma clivagem na memória social que a divide em memória oficial e dominante e memória subterrânea. Esta memória subterrânea corresponde às lembranças de indivíduos de classes marginalizadas ou de grupos que sofreram processos de exclusão ou de violência física e simbólica na sociedade a qual pertencem. A respeito do silêncio sobre o passado, o autor afirma que não se trata de esquecimento, mas sim de um processo de resistência dos grupos marginalizados diante de sua impotência perante os discursos oficiais. As lembranças são então transmitidas numa rede de sociabilidade próxima, marcada pela afetividade, como a família e os vizinhos, através de uma estrutura de comunicação informal, geralmente centrada na tradição oral que passa despercebida pela sociedade englobante. Pollak (1989) acredita que o silêncio sobre eventos do passado seja também uma estratégia utilizada pelos indivíduos para serem aceitos na sociedade englobante que utiliza a memória comum como um elemento de forte coesão social. Muitas vezes o silêncio é um indício não só de eventos sociais transformados em tabu pela história oficial, mas também mascara comportamentos individuais que são posteriormente reprovados pelo sujeito ao relembrar sua história de vida. De qualquer forma a negação de sua participação em certos fenômenos sociais também é uma forma de adequar-se à memória social reforçando seu sentimento de pertença. Esta característica foi recorrente nos relatos a

respeito do Pântano quando os sujeitos entrevistados eram questionados sobre a sua participação no Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. Como foi acima discutido, é provável que o silêncio sobre o primeiro ano de atuação deste sindicato esteja relacionado à participação na direção do sindicato de filiados ao Partido Comunista Brasileiro. Em algumas entrevistas pôde-se perceber a construção de um estereótipo sobre a ação do sindicato e da figura do comunismo que o relacionava a imagem de desordem social e perigo. Quanto a essas representações sobre o comunismo, parece ter havido a contribuição dos próprios proprietários na tentativa de obstaculizar qualquer apoio que os parceiros e associados ao sindicato pudessem receber da população do município. Como relatou um parente do diretor do sindicato naquela época e importante líder do movimento, alguns proprietários distribuía panfletos na cidade com várias acusações sobre as ações e o envolvimento daquele com o Partido Comunista. O sindicato também pode ser reconhecido pelas suas práticas contestatórias e combativas no seu primeiro ano de atuação, que causou fortes impressões nas lembranças dos sujeitos acostumados a uma sociedade bastante tradicional e conservadora. Assim relatam alguns sujeitos na entrevista a respeito de todo estereótipo criado na cidade sobre a ação do Partido Comunista, ao qual atribuem o medo e a negação de vários parceiros em assumir sua relação com o sindicato.

Por outro lado, a maioria dos interlocutores foi taxativa ao denunciar a condição de terra devoluta do Pântano e a apropriação ilegal das terras pelos proprietários vizinhos. Denunciaram os assassinatos e a situação de pobreza na qual viviam os parceiros que tentaram se apropriar do Pântano. Também assumiram a correlação de forças que envolvia a relação entre parceiros e proprietários, reconhecendo as formas de exploração e a condição de temor que surgiu entre os parceiros após os assassinatos.

O trabalho exploratório realizado alguns anos antes da pesquisa para esta dissertação contribuiu para a percepção desses elementos que poderiam obstaculizar o desenvolvimento da pesquisa. Esta medida mostrou-se bastante útil para avaliar quais dos sujeitos poderiam ser entrevistados com uso de gravador falando-se abertamente do assunto, com quais seria mais prudente apenas uma conversa informal, assim como a forma de abordá-los. Thompson (1992) discute que a técnica utilizada durante uma pesquisa deve adequar-se aos seus objetivos de maneira que a forma de se aproximar do outro pode prejudicar qualquer busca de objetividade. Assim, é importante lançar mão, consciente de toda necessidade da objetividade, de uma sensibilidade e trato social para

chegar-se ao outro e conseguir as informações desejadas. Este cuidado envolve não só uma questão de agir ético, preservando a subjetividade das pessoas, formada pelas suas lembranças e sentimentos nem sempre alegres acerca de um evento, assim como evita a perda de informações e diálogos importantes devido a uma aproximação mal conduzida.

Esta estratégia foi utilizada algumas vezes, com sujeitos cuja disposição para falar sobre o Pântano revelou-se dúbia ou relutante. O gravador, um poderoso instrumento no auxílio do registro das informações sempre causa uma sensação de constrangimento e desconfiança, além de formalizar muito a relação entre pesquisador e seu interlocutor. É notável a forma como o interlocutor muda após se ligar o aparelho. Sua postura torna-se mais rígida, o cuidado com as palavras, com a formação das frases e até mesmo com o tom de voz é redobrado. Apesar do desconforto surgir apenas inicialmente, abrandando-se no decorrer da entrevista através de um diálogo mais espontâneo, é indiscutível que a consciência dos interlocutores sobre a presença do gravador, coibi certos assuntos. Isto pôde ser constatado por meio de várias entrevistas nas quais os interlocutores adiantavam algum comentário importante sobre o Pântano que consideravam sigiloso, antes que o gravador fosse ligado. Houve situação na qual o interlocutor pedia que o gravador fosse desligado por um momento, para algum assunto mais polêmico. Por fim, o peso da presença do gravador foi sentindo até mesmo pela pesquisadora, quando durante uma entrevista foi julgado prudente desligá-lo para introduzir algumas perguntas consideradas delicadas. Elas não haviam entrado no roteiro de pesquisa anteriormente, mas foram suscitadas durante a entrevista quando foi percebido que o interlocutor dominava uma informação importante para a pesquisa. É aí que reside uma das importâncias da história oral, como ressaltou Thompson (1992), pela flexibilidade que ela possibilita de entrar em uma questão importante que se apresentava fora do roteiro. E como já foi discutido anteriormente, após o gravador ser desligado e durante os agradecimentos e despedidas, às vezes durante um cafezinho oferecido cordialmente pelo entrevistado, várias informações inéditas foram transmitidas, principalmente pela relação de confiança que uma entrevista bem conduzida pode gerar.

Esta relação de confiança entre interlocutor e pesquisador durante a entrevista surge principalmente quando o segundo dispõe sua atenção a assuntos de cunho pessoal abordados pelo sujeito da pesquisa, mesmo quando fogem ao objetivo da entrevista. Conforme demonstra Bosi (1987), as lembranças relativas ao mundo social estão conectadas nas memórias dos indivíduos através de recordações de sua vida pessoal, de

sentimentos e significações pessoais. Portanto, é bastante comum que um fato importante ocorrido na comunidade seja lembrado pelo sujeito através da referência a um evento importante que tenha marcado sua vida pessoal, construindo assim sua concepção temporal e sua percepção do passado através de sentimentos e visões de mundo que imprimiram na sua memória uma lembrança específica. Neste sentido, alguns dos interlocutores que foram abordados choraram e se emocionaram muito em certos momentos das entrevistas. Os comportamentos emotivos estiveram sempre relacionados a lembranças de momentos tristes e difíceis que se conectavam ao tema da ocupação de terras apenas por terem ocorrido de maneira concomitante. Assim como lembra Bourdieu (1997), a entrevista não deixa de ser uma condição de relação social, um processo interativo entre dois sujeitos históricos e como tal, é permeada de assimetrias e distorções na estrutura da relação que devem ser compreendidas e dominadas. Isso se torna perceptível no constrangimento do interlocutor tentando controlar sua emoção num momento que considera de formalidade como a entrevista. Este domínio das condições sociais que permeiam a entrevista é importante, no ponto de vista de Bourdieu (1997), para que se compreenda e se coloque no lugar do outro em pensamento, aceitando-o e apreendendo a estrutura e a singularidade do espaço social que o compõe, revelando aspectos da sociedade em questão. Dois casos de extrema emoção durante as entrevistas denotaram uma percepção dos interlocutores das relações de força e dominação pela qual passaram no passado. Suas dores e seus sentimentos revelaram uma condição social que denuncia principalmente atitudes de injustiça social e o exercício de poder local. Essa atitude de colocar-se no lugar do outro, considerada por Bourdieu (1997) uma tentativa de objetivação desse outro, visando à compreensão de sua condição social e seu pensamento não pode ser separar-se de uma atitude solidária e amiga impulsionada pela comoção do outro. Apesar de toda tentativa de reflexividade durante a entrevista que envolve a compreensão do outro e a organização do próprio pensamento, é inevitável sentir-se inseguro em relação ao que fazer diante da emoção provocada pelo diálogo e análise do passado. O respeito ao momento de sensibilidade do interlocutor foi mantido, até que a tentativa de restabelecer-se indicava o momento de agir, através de uma pergunta que dirigisse a atenção a outros pensamentos, evitando um sofrimento ainda maior.

4. TRABALHADORES, PARCEIROS E CAMPONESES DO RIO PIUMHI: A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA RURAL PARA A COMPREENSÃO DAS CATEGORIAS SOCIAIS PRESENTES NO PÂNTANO

'Roça' é um lugar que a esperança abandonou.

(...)

Mas havia os que 'pertenciam' à roça, que estavam plantados nela, companheiros do gado, das matas, dos pastos.

Para esses não havia esperança. Quem era da roça morria nela.

'Roça' era limbo de onde não se podia sair.

(Rubem Alves)

Tem-se como objeto de investigação nesta pesquisa o processo de parceria como uma condição que abriu um leque de possibilidades aos parceiros a partir da ocupação das terras do Pântano. Alguns estudos ressaltam que o processo de ocupação do Sudoeste de Minas Gerais teve as relações de parceria como característica da formação de sua estrutura agrária (MULS, 1989). O caso do Pântano foi marcado por uma acentuação nesse processo de parceria gerando diversas possibilidades entre os envolvidos, como será observado neste estudo. A ênfase da parceria como uma condição social parte da constatação da existência de diferentes categorias de sujeitos que se imbricaram na ocupação do Pântano, a partir do final da década de 1950. Segundo os relatos orais, as condições de vida dos indivíduos que ocuparam aquelas terras correspondem a diversas categorias sociais: camponeses, agregados, meeiros (ou parceiros) e trabalhadores provenientes do meio urbano. Diante de tal diversidade, torna-se oportuno discutir tais categorias em face do sistema de parceria. Embora tenha sido uma situação transitória, no caso do Pântano a parceria é o traço social comum que marcou a trajetória de vida de muitos indivíduos e em alguns casos se transformou na disputa pela terra e contestação da ordem vigente.

4.1. Os parceiros e a cultura caipira

O livro de Antonio Candido (2001) dedicado à compreensão dos meios de vida de parceiros moradores da zona rural do município de Bofete, no estado de São Paulo,

tornou-se um clássico nas Ciências Sociais. Esse estudo ficou conhecido principalmente pela caracterização da cultura “caipira” atribuída a esse grupo social, a partir de suas formas de sociabilidade e de obtenção dos meios de vida. Utilizando a observação dos mínimos necessários à sobrevivência desse grupo, Candido (2001) caracteriza sua vida social a partir da exploração do meio físico e da organização social que a ela corresponde. Por um lado, a análise de Candido ressalta os traços de uma cultura que denominou “rústica” enquanto uma “cultura camponesa” tradicional, caracterizada como uma “sociedade parcial com cultura parcial”. A recorrência aos dados históricos permitiu-lhe revelar traços da cultura “caipira” marcados por uma enorme precariedade que o autor atribui à economia fechada, baseada no trabalho isolado com algumas ocorrências de cooperações ocasionais. A forma de ocupação da terra é um elemento central no estudo realizado por Candido relacionando-a a vida social e cultural. A condição de posse e a disponibilidade de terras contribuíram para a estabilidade e o isolamento do “caipira” num caso e para a sua mobilidade no outro. Em suma, o autor afirma que a precariedade de seus meios de vida baseada na obtenção do mínimo necessário à sua sobrevivência está relacionada, entre outros fatores, à fragilidade de seus direitos de posse da terra.

Os níveis de sociabilidade e de exploração do meio para a satisfação das necessidades básicas relacionados às condições de posse da terra contribuem para a compreensão da situação do parceiro e seu grau de resistência às mudanças da cultura “caipira”. O argumento do autor é de que as condições precárias de sobrevivência do “caipira” são responsáveis pela sua resistência às alterações de seu aparato cultural, quando essa mudança poderia representar a destruição do seu modo de vida. Assim, a estabilidade mais comum na condição de sitiante ou camponês proporciona maiores possibilidades de manutenção e reprodução da cultura “caipira” através do sentimento local e da integração das relações de ajuda viciniais. Ao parceiro, por sua vez, é permitido reelaborar seus laços de dependência relativos à fazenda e a cidade. Essa condição o aproxima do proletário rural, se consideradas a limitação de sua autonomia e a mobilidade espacial que prejudica a integração grupal, ainda que suas condições de vida o assemelhem ao sitiante.

De acordo com Candido (2001), o desenvolvimento da parceria se deve principalmente a dificuldade dos grandes proprietários em explorar por conta própria as extensões de terras que possuem. De certo modo, a prática da parceria já era recorrente na região do

Pântano em Piumhi, o que indica, entre outras coisas, a extensão das propriedades naquela localidade. O incentivo dado aos parceiros para ocupar e explorar as terras emersas do Pântano pelos proprietários também é um indício de sua intenção em apropriar-se daquela área desde que estivessem próprias ao cultivo. A preparação da terra foi possível através dos acordos de parceria com aqueles parceiros.

O autor define a parceria como um sistema de trabalho no qual a terra é cedida pelo proprietário a partir do direito de se apropriar do produto dela obtido, cultivado pelo outro. Esse sistema de trabalho pode tomar diversas formas de acordo com os atributos fornecidos, as tarefas realizadas e a quantia que caberá a cada um na divisão. Quando o proprietário fornece apenas a terra tomada pela vegetação e o parceiro deve trabalhá-la em todas as etapas, de desbastar até colher, a quantia da colheita entregue ao proprietário varia nas porcentagens de 20%, 25% e 30%. Quando é oferecida ao parceiro a terra já em condições de cultivo acompanhada pelo fornecimento das sementes para a plantação, a divisão da colheita é feita na metade entre proprietário e o meeiro. Nas palavras de um parceiro do Pântano:

Nas terras, que nem aqui, chão que era seco quem quisesse plantar, eles arava, dava o terreno arado, dava a semente, a gente pagava a metade, capinava, pagava a metade né. Se desse, numa comparação, 20 sacos de arroz era 10 pra mim, 10 pra ele, a roça a mesma coisa, era tudo dividido. Tudo de meia, né. Agora se fosse porcentagem, oh, eu te dou isso por 20%, se você colhesse 100 tirava 20 de porcentagem para o fazendeiro, né. Então era desse jeito. (Pequeno proprietário, homem, 86 anos de idade).

Candido (2001) trata da condição de parceria como um processo transitório entre ser proprietário ou posseiro e tornar-se proletariado. Acredita que o caminho entre esses dois pólos se origine a partir do proprietário (sitante ou camponês) que diante de condições precárias de subsistência torna-se parceiro como uma estratégia de sobrevivência o que evita que se torne um assalariado no sentido estrito. Assim, o autor afirma que o processo sempre ocorre partindo do proprietário para o parceiro, sendo mais raro o seu contrário, qual seja: um assalariado tornar-se parceiro e conseguir adquirir terras. No entanto, o caso do Pântano é bastante peculiar quanto a essa interpretação devido à heterogeneidade de sujeitos que se tornaram parceiros após a drenagem do terreno. Não só os camponeses e agregados moradores da região do

Pântano exploraram as terras emersas na condição de parceiros dos proprietários vizinhos, assim como diversos moradores da zona urbana e trabalhadores das mais diversas ocupações na cidade também tornaram-se parceiros no extinto pantanal. Segundo relataram esses parceiros e militantes do movimento pelas terras do Pântano, centenas de homens sem terras, moradores da área urbana de Piumhi, empregados em diferentes ocupações ou mesmo desempregados foram parceiros na região. Dirigiam-se todos os dias para o Pântano, nas carrocerias de caminhões alugados ou de carona, para trabalharem nas terras emersas. Alguns construíram precários ranchos de sapê em meio aos alagadiços que ainda teimavam em resistir à obra de drenagem e trabalhavam durante a semana, voltando para a área urbana de Piumhi nos sábados para o descanso. O cultivo de arroz no Pântano realizado por esses trabalhadores urbanos lhes proporcionou abundância alimentícia para o consumo próprio e renda com a sua venda no mercado. No entanto, havia entre alguns deles a possibilidade de que com a ocupação destas terras pudessem se tornar proprietários a partir da crença na reforma agrária daquela região.

A relativa autonomia característica do parceiro ressaltada por Candido (2001) depende também do tipo de parceria firmada com o proprietário. O autor resalta que para o proprietário há um interesse maior no sistema de meia, ou seja, 50% da divisão da colheita, permitindo-lhe uma intervenção no processo visando seu lucro. Por outro lado, o parceiro prefere as parcerias baseadas em 20% ou 30% nas quais além de obter maior rendimento, tem uma margem de autonomia maior que aproxima a sua condição a do sitiante, com maior grau de liberdade. As vantagens do sistema de parceria na visão do proprietário ficam expressas no relato do mesmo parceiro citado anteriormente:

Aí eu lembro do [proprietário me falando]: “Aí oh, acabou, não vai colher nada, vai perder seu trabalho, eu não perdi nada, só o arroz.”. Eu falei: “Não, eu também não perdi não”. (Pequeno proprietário, homem, 86 anos).

Essa passagem se refere à lavoura de arroz plantada no regime de parceria entre o proprietário Z. N. e o parceiro M. A plantação foi inundada na região do brejo pelas águas da chuva tornando duvidoso o sucesso da colheita. Diante desse quadro, o proprietário resalta a vantagem de sua condição no acordo, a qual não envolveu nem seu trabalho nem seu investimento, em detrimento da condição do parceiro, que

dispensou todo o esforço de seu trabalho na plantação. No entanto, o parceiro acreditava no êxito de seu trabalho e de acordo com os seus saberes tradicionais esperava que a plantação se recuperaria quando a água abaixasse, possibilitando uma colheita farta. De acordo com o seu relato foi exatamente o que aconteceu.

4.2. “O Pântano foi feito no braço do homem pobre”: o trabalho na terra e o tempo da fartura

O tempo dedicado ao trabalho na lavoura estabelece o vínculo entre o parceiro e o cultivo, ainda que a terra não lhe pertença, como assinala Brandão (1999). Este autor classifica as categorias sociais presentes no mundo rural a partir dos cenários do seu trabalho. Considera meeiro ou parceiro aquele que tem “sua roça” na terra do outro. Esse sujeito estabelece uma relação com “sua” lavoura ainda que a terra não lhe pertença, tornando-se, nas palavras daquele autor, um “provisório senhor, vigiado pelo outro”. A relação dos sujeitos com a terra marcada pelas expressões de “terra do outro, minha roça” ou “minha terra” e ainda “terra do outro” denotam diferentes significados, afetos e motivações dos indivíduos para com o cenário, que permitem ao autor classificá-los entre parceiros, sitiantes ou bóias-frias, dentre outras.

A relação do sujeito com a terra é ressaltada por Brandão (1981) a partir da domesticação da natureza transformada pela intervenção humana. O trabalho que constrói essa relação do homem com a natureza consiste numa transformação do inculto no culto, do selvagem no civilizado, tornando socializado o mundo natural. O gosto pelo ofício de plantar se reflete no afeto construído em relação a terra. O trabalho, nesse sentido, deixa de ser apenas dispêndio para se tornar deleite quando toma a forma de uma troca entre o homem e a natureza, entre seu trabalho rústico e sua inteligência no domínio das técnicas e a retribuição da natureza generosa, como observa Brandão (1981, 1999). Grande parte dos relatos dos parceiros no Pântano é marcada pela memória da exploração da natureza bruta do brejo logo após a drenagem de suas águas. O trabalho de destoca do mato e de tocos de junco que compunham a paisagem que então emergiu foi realizado pelos parceiros através do trabalho coletivo⁵. A tarefa que realizaram de destocar a área recém drenada do pantanal é lembrada como um serviço

⁵ O trabalho coletivo e suas diversas variantes serão discutidos posteriormente neste estudo.

árduo, heróico e dispendioso, porém recompensado pelo resultado das lavouras de arroz lá cultivadas. Nas palavras de um parceiro morador do Pântano: “Então, esse Pantáno foi destocado tudo na mão do homem pobre”. (Pequeno proprietário, homem, cerca de 70 anos).

Essa afirmação do parceiro a respeito do trabalho no Pântano é contrabalançada pelo seu reconhecimento de que as terras pertencem ao outro: “Hoje o Pantáno ta na mão do rico e o coitado do pobre – que [o Pântano] foi arrancado no braço do pobre - foi jogado fora. Ninguém tem nada de Pantáno”. Percebe-se nesse relato o significado do trabalho do homem na terra responsável pela criação de um vínculo entre ambos que representa o sentido de propriedade. Assim como ressalta Woortmann (1990), o dono não é aquele que compra a terra, mas aquele que a trabalhou, transformando a natureza bruta no alimento e criando um sentido moral para o seu modo de vida.

Como foi acima destacado, a descrição do trabalho feita pelos parceiros do Pântano sempre vem acompanhada por duas categorias locais que completam o sentido de sofrimento e domínio da natureza: a fartura e a diversão.

A fartura possui duas conotações: uma estritamente relacionada à troca entre o homem e a natureza através do trabalho de domesticá-la gratificado pela farta colheita. A outra refere-se à abundância do alimento propriamente dito, completando a dieta dos parceiros no Pântano, marcada pela ausência ou precariedade do consumo de arroz na região. Brandão (1981), ao referir-se ao termo fartura em relação ao campesinato goiano, ressalta o predomínio da vida na fazenda e seu domínio sobre a natureza. A fartura relacionava-se à possibilidade de consumir os alimentos dentro do âmbito da propriedade na qual eram cultivados, beneficiados e consumidos, a partir da força do trabalho local e dentro dos padrões locais de nível de consumo. O sentido da fartura para os parceiros do Pântano pode ser comparado a essa afirmativa de Brandão (1981) uma vez que opõem a abundância da lavoura resultante de seu trabalho e oferecida pela natureza ao consumo de alimentos comprados no meio urbano.

A relação entre o sujeito e sua dieta alimentar é um elemento chave de compreensão do campesinato e de outros seguimentos de trabalhadores do meio rural utilizado por diversos autores. No caso dos parceiros do Pântano a sua relação com o consumo alimentar revela as transformações sofridas no meio natural e nas suas condições de vida. A paisagem dominada pelo aglomerado de lagoas que compunham o pantanal

coibia o cultivo de alguns alimentos pela restrição da área cultivável, pelos episódios de transbordamento do rio, pela característica da terra que exigia o plantio de determinadas lavouras, além de dificultar o acesso à cidade de Piumhi ou ao distrito de Penedos para a compra de mantimentos. Por outro lado, o pantanal proporcionava à população da região a pesca abundante e a caça de animais que compunham sua fauna, como a capivara e o jacaré. Assim relata um parceiro: “Agora, peixe e carne tinha fartura demais. Tinha passarinho, bicho do mato, matava né.” (Pequeno proprietário, homem, 86 anos).

As lavouras plantadas na região do Pântano antes de sua drenagem limitavam-se às áreas denominadas pelos parceiros de “chão seco” nas quais era cultivada basicamente a roça como uma antonomásia de culturas de feijão e milho. Conforme os relatos, a produção era constantemente prejudicada pelas intempéries, tornando escasso o consumo de alguns alimentos durante o ano. Essas culturas já eram plantadas no sistema de parceria ou meia entre agregados e camponeses da região com os grandes proprietários do Pântano. De acordo com os relatos dos parceiros, a precariedade alimentícia vigorava entre eles até a drenagem do pantanal. As lavouras de arroz plantadas no Pântano após a sua drenagem são relatadas como um “tempo de fartura”.

Entretanto, a referência ao termo “fartura” também é construído pelos parceiros em comparação ao modo de vida contemporâneo, seja no meio urbano ou rural, no qual o consumo de alimentos é caracterizado pela sua compra no “mercado” e pela origem considerada por eles não natural. Assim, “fartura” se refere à qualidade dos alimentos que eram consumidos “antigamente”, plantados sem a utilização de agrotóxicos e aditivos químicos, cultivados somente com a “natureza da terra”. A desconfiança relativa ao alimento enquanto mercadoria (vindo *de fora*) e a possível presença de veneno já foram relatadas por Woortmann e Woortmann (1997). Esses relatos exemplificam o argumento dos autores sobre a relação entre comida, trabalho e gênero no campesinato. A fonte de alimentos dos parceiros do Pântano provinha diretamente da sua relação de troca com a natureza como foi ressaltado anteriormente. O respeito à natureza ressaltado pela não utilização de agrotóxicos (veneno) nas lavouras, pela observância dos ciclos de vida natural são descritos comparados às práticas contemporâneas e aos resultados oferecidos pela natureza num e no outro. Ainda que as lavouras de arroz naquela época estivessem à mercê das intempéries, (como as inundações do pantanal parcialmente drenado e o ataque de peixes às plantações por

ocasião destes alagamentos) a crença na produção era muito forte. Essa crença possui um forte fundamento no catolicismo popular presente na cultura regional que imbuía a Deus a tarefa de proteger a lavoura e de ofertar ao trabalhador a colheita que ele merecia. Na narrativa de um parceiro entrevistado, as correções químicas feitas hoje com agrotóxicos são por eles substituídas, até os dias de hoje, pela crença em Deus de que sua lavoura prosperará. A relação entre a benção divina e o crescimento da lavoura é mediada pela ocorrência das chuvas. E a frequência dessas depende do comportamento do indivíduo e seu respeito aos mandamentos divinos. Esse é apenas um dos elementos que revelam o caráter simbólico e prático do processo de trabalho, referido por Woortmann e Woortmann (1997), que serão discutidos aqui posteriormente.

Assim como no campesinato estudado por Woortmann e Woortmann (1997), há uma estreita relação entre a comida e a condição social dos parceiros no Pântano. Embora não tenham expressado a categoria “forte/fraco” ou “quente/frio” relatada na pesquisa desses autores, os parceiros a anunciam de uma forma sutil. No caso do Pântano, a relação com a comida antes das lavouras de arroz é sempre remetida a um estado de pobreza e escassez alimentícia. Um parceiro relatou que o trabalho de destoca do Pântano era por eles realizado tendo como almoço mamão verde cozido com farinha, servido numa lata de óleo cortada. A esta possibilidade de alimentação ele contrapõe o esforço realizado na tarefa, segundo ele: “Dando o burro no Pântano”. Utiliza a imagem do animal cargueiro para expressar o enorme dispêndio físico no trabalho de limpar o mato do pantanal recém drenado. Por ocasião do trabalho de destoca da região esse parceiro era ainda muito jovem, tinha segundo seu relato entre 12 e 15 anos de idade. Apoiando-se na perspectiva desses autores, pode-se perceber a entrada do menino na vida adulta a partir de seu trabalho no ambiente considerado masculino, ou seja, no roçado considerado o lugar do homem pela cultura camponesa.

Este trabalho é considerado o mais estafante para a categoria camponesa e o mais propriamente masculino, daí a necessidade da ingestão de um alimento “forte” em contraposição à ausência de uma alimentação adequada, satisfazendo-se com um mantimento “fraco”. Note-se que o mamão, enquanto fruta, é utilizado como substituto do “legume” que comporia o almoço. Há a ausência de elementos básicos da dieta camponesa, como o arroz e o feijão. Especificamente no Pântano, conforme narra seus (ex) moradores, o consumo do feijão é bem maior que o do arroz, quando a paisagem

era ainda dominada pelo brejo. Assim a esposa de um parceiro relatou que quando criança, moradora do Pântano, chorava e clamava ao seu pai que queria “comê cumê”. Explicou que o “cumê” (comida) era composto basicamente pelo arroz e o feijão, e a ausência do primeiro durante muito tempo a fez suplicar sua vontade de consumi-lo. Usou essa categoria para contrapor à fartura que emergiu a partir das lavouras de arroz que sucederam a drenagem e limpeza do Pântano.

4.2.1. Campesinato: o trabalho na roça e a posse da terra

O estudo de Woortmann e Woortmann (1997) contribui para compreender o trabalho como um elemento central que operou na ocupação das terras do Pântano. Seus diferentes significados dependem da condição social dos diversos sujeitos que transformaram a paisagem natural em terras cultiváveis e em grandes lavouras de arroz e outras menores de milho. A comparação entre as narrativas dos parceiros durante as entrevistas contrasta nitidamente com a de outros sujeitos entrevistados, como militantes da causa, parentes de participantes do movimento e até mesmo membros do Sindicato de Trabalhadores Autônomos. A diferença que torna peculiar o discurso dos parceiros reside na representação sobre o Pântano concentrada nas suas lembranças sobre o trabalho realizado no mesmo. Enquanto outros sujeitos preocupavam-se em relatar a realização das obras de transposição do rio Piumhi e drenagem do Pântano como representação última dos grandes acontecimentos que envolveram essa região naquela época, os parceiros construíram sua memória sobre o pantanal como o lugar pleno do trabalho. A relevância dada ao seu esforço e sofrimento trabalhando para destacar o Pântano, assim como a fartura advinda da plantação por eles realizada ocupa todo o espaço da narrativa dos parceiros, em detrimento das obras de drenagem. Assim como demonstram Woortmann e Woortmann (1997), o trabalho é fundante de uma ordem moral e da posse da terra e seu ponto de partida, como no Pântano, é o mato. A memória do camponês evoca o trabalho para falar sobre a terra e a legitimidade de sua posse. Através de sua “leitura” sobre o roçado, o que foi feito por ele e seus ancestrais é construído o sentido do tempo, é expresso um período de vida daquela terra e dos que nela habitavam.

O trabalho impresso na natureza transformada em roça é o que torna reconhecido o domínio de cada sujeito sobre a terra. Desta forma, o processo de trabalho constrói a roça, assim como os direitos em relação à sua posse e às formas de trabalho da família camponesa, como constata Woortmann e Woortmann (1997). Essa foi a estratégia utilizada por um grupo de parceiros que após algum tempo cultivando lavouras de arroz no Pântano reivindicaram a posse das terras para o seu domínio. Sua reivindicação contou com um processo de conscientização política realizada tanto pelo recém inaugurado Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi quanto pelo pároco local. Foi fundamentada no reconhecimento das terras emersas do Pântano como área considerada devoluta através da Lei 4.176 de 07 de dezembro de 1962 que tratava da desapropriação dessas terras para fins de reforma agrária⁶.

Portanto, a forma de ocupação do Pântano utilizada pelos parceiros foi o trabalho da terra. Segundo os diversos relatos, os parceiros residentes no meio urbano ou em outras áreas no meio rural não construíram casas ou acampamentos nas terras do Pântano. Apenas alguns ranchos ou choupanas de sapê foram edificados nas margens do rio para o abrigo dos parceiros durante a semana de trabalho. Outros, sem condições de dormir no local, transportavam-se diariamente do meio urbano até o Pântano, retornando à Piumhi no final do dia. Não havia a presença de mulheres ou crianças nestas circunstâncias no Pântano, cabendo o trabalho dos parceiros que não residiam ali somente aos homens. O Pântano era o lugar do trabalho por excelência, não havendo entre este grupo específico de parceiros uma vida familiar ali estabelecida. Embora as famílias residissem na cidade ou em outros locais do meio rural, seu modo de vida era possibilitado pelo trabalho do parceiro no Pântano. E foi através do trabalho embotado na lavoura de arroz que os parceiros questionaram as tentativas de dominação dos proprietários locais quando estes solicitaram a partilha da colheita de arroz argumentando serem os donos daquelas terras, pressupondo que o trabalho havia se desenvolvido em regime de parceria. A lavoura de arroz significou o trabalho em si possibilitando a realização do sujeito trabalhador; a crença na fartura e no advento de dias melhores; a posse sobre a terra através de seu trabalho e o questionamento da ordem de trabalho tradicionalmente vigente na região.

⁶ Os outros elementos que influenciaram a reivindicação de terras no Pântano serão discutidos posteriormente. Neste capítulo será limitada a discussão no papel do trabalho como forma de ocupação e disputa pela terra.

A importância do trabalho na ocupação do Pântano é percebida na reconstrução do seu processo através da narrativa dos parceiros. Os significados e detalhes relatados durante as entrevistas confirmam o argumento de Woortmann e Woortmann (1997) acerca do caráter simbólico e cultural do trabalho além de sua constituição técnica. É bastante recorrente na exposição dos parceiros o fato de terem trabalhado no Pântano debaixo da água que ainda insistia em se acumular no terreno durante as obras de drenagem. A obra realizada na região durou cerca de quase dez anos, conforme reportagens do jornal local, com eventos de interrupção durante esse período. Como o trabalho de desbastar o mato da terra que emergia no Pântano era simultâneo às obras de dragagem, foi muito comum entre os parceiros o fato de trabalharem embaixo da água no que restava de pantanal. Conforme explicou um dos parceiros durante a entrevista, à medida que as máquinas conseguiam abrir as valas para a vazão das águas do Pântano, os trabalhadores adentravam a natureza que ali emergia para destocá-la. Esse fato evidencia uma verdadeira “corrida” para a ocupação da terra através do trabalho.

A questão simbólica do trabalho na “roça” é discutida por Woortmann e Woortmann (1997) tomando como exemplo o trabalho kachin analisado por Leach. De acordo com os autores, o trabalho além da técnica possui “frills” ou “decorations” que o torna peculiar diante de qualquer outra forma de trabalho. “A gente colhia arroz com a água até no peito!” é um exemplo do que caracteriza o trabalho no Pântano muito comum entre os parceiros. Os elementos da natureza compõem as representações simbólicas do trabalho no Pântano, nitidamente a água, o fogo e a terra. A água representa na maioria das narrativas o aumento da dificuldade do trabalho quando se tratam dos brejos e do transbordamento do rio Piumhi e ribeirões que o compunham. As dificuldades se remetem tanto ao imperativo de ter que trabalhar dentro da água quanto às inundações que acometiam a lavoura e comprometiam a colheita. Por outro lado, a água significava a benção divina, o agradecimento da natureza e a abundância da colheita através das chuvas. O trabalho nas águas era mediado por uma relação estreita entre o homem daquele lugar e a natureza local. As descontrações, a saciedade da sede e a pesca compunham o cotidiano dos parceiros permeados pelo trabalho na terra semi-alagada. A descrição do trabalho feita por um parceiro pode ilustrar esta relação homem/natureza:

Cachaçada, trabalhava, trabalhava e bebia cachaça, pulava dentro d'água, misturava naquela palha de arroz. E Deus dava... oh: não deu febre amarela em ninguém, não deu doença em ninguém. Ninguém. Ninguém adoeceu, ninguém adoeceu de trabalhar. (...) Gente, nós ia

bater jacá quando o Pantano começou, a água começou a minguar, a gente pegava duas, três traíras numa batida. A sede chegava, a gente só fazia assim com a nata da água, batia a boca lá e bebia a água. Mas por que nesse tempo não fazia mal? Porque não existia veneno, que joga hoje, né. Hoje, o povo tudo que come é a poder de veneno. Mas se não pôr veneno não dá nada também. (Pequeno proprietário, homem, cerca de 70 anos).

É interessante perceber a relação entre saúde/doença ressaltada na narrativa do parceiro. A dicotomia é relacionada estreitamente ao trabalho e à integração a natureza pura, em contraste à sua degradação contemporânea. A simbólica do trabalho está concentrada num saber camponês que orienta suas tarefas na “roça” e que se difere de formas atuais de cultivo baseadas no uso de insumos químicos. Naquela passagem nota-se a importância atribuída à intervenção humana na natureza através do trabalho camponês. Percebe-se a existência de um ciclo que partia de um conhecimento a respeito do trabalho, da sua execução conforme seu saber, constituído pelo respeito à natureza, que retribui com a oferta de uma água pura, que não prejudicava o homem e o saciava do trabalho árduo.

Quanto ao fogo, era comum a prática da queima do mato após a sua derrubada no terreno, como um ciclo de tarefas de trabalhar a terra próprio ao saber camponês. A queimada, enquanto uma das etapas de preparar a terra para o cultivo, contém todo um saber que o procede com determinadas regras que revelam o risco da prática e o cuidado tomado em segui-las. Pôde-se perceber nas narrativas que a queimada representava todo o aparato cultural que sustenta o saber-fazer camponês relatado por Woortmann e Woortmann (1997) uma vez que a sua realização era sempre observada pelos vizinhos daquele que a pratica. Portanto, a observação das normas contidas no saber-fazer a queimada denotava a habilidade do parceiro no trabalho que o possibilitava realizar-se enquanto sujeito. Mais que obedecer as regras da queimada, a transgressão de suas normas também era uma prova do saber-fazer do parceiro. Dependendo das condições climáticas e do ciclo de tempo da terra e da lavoura o parceiro infringia tais regras e se a queimada ocorresse dentro de suas expectativas poderia comprovar aos vizinhos sua habilidade em lidar com o trabalho.

Outra característica recorrente que pode-se considerar como demarcadora do que é o “trabalho no Pantano” é o referido sofrimento acompanhado contraditoriamente pela idéia do prazer. Como foi discutido acima, a representação do sofrimento acompanhou todas as narrativas dos parceiros entrevistados e se remetem a várias questões. Tanto é

percebido em relação ao trabalho em si quanto às frustrações decorrentes de uma condição de vida de pobreza e pela falta da terra ou da possibilidade de nela trabalhar. Momentos de diversão e alegria também compõem as representações acerca do trabalho em si, não se restringindo apenas às festividades. A representação do trabalho sofrível é composto por todo um aparato simbólico que contém sua raiz no catolicismo tradicional popular, como demonstram Woortmann e Woortmann (1997). O trabalho camponês por eles observado também possui um significado híbrido de vida boa e castigo. Essa visão de mundo é fundamentada na idéia bíblica de que “Do suor do teu rosto comerás o pão” (WOORTMANN; WOORTMANN , 1997, p. 28). “Não, foi sofrido, a nossa vida naquele Pantano, graças a Deus”. Esta foi uma das muitas expressões ouvidas que denotam a visão de mundo sobre o trabalho no Pântano.

4.3. As categorias sociais a partir da relação de dependência com o proprietário

Embora Woortmann e Woortmann (1997) não se detenham demasiadamente na questão da subordinação do campesinato, optando por uma análise das categorias que compõem a cultura camponesa, as suas referências são bastante iluminadoras. No argumento dos autores, as tentativas de subordinação do campesinato às diferentes formas de exploração por parte dos proprietários é maior que o seu interesse em eliminá-lo. No caso analisado pelos autores, esse argumento se fundamenta no fato de que o trabalho dos camponeses interessa aos proprietários sergipanos para a preparação da terra que após a formação da capoeira torna-se pastagem para o gado. O caso é ilustrativo na ocupação das terras “soltas”, ou seja, terras livres cujo mato é derrubado pelos camponeses, que após cultivarem na área obedecem ao período de “descanso” da terra. Através da “leitura” realizada pelos camponeses das terras que trabalharam justificando seu domínio é também possível a leitura da sua subordinação: as terras “soltas” que transformaram com seu esforço em terra cultivável tornam-se “terra de gado” de alguém que não derramou seu suor ali.

No Pântano observa-se um processo de subordinação bem parecido com o dos camponeses sergipanos analisados por Woortmann e Woortmann (1997). Num estudo anterior, Woortmann (1995) já havia demonstrado que no Sergipe as terras não trabalhadas nas quais vigorava a natureza pura não eram vendidas, eram consideradas

terras livres, “soltas”. As terras emersas do pantanal são consideradas terras livres, antes, devolutas. O processo de apropriação dessas terras realizado pelos proprietários de vastas fazendas na região do Pântano se deu através da exploração da força de trabalho dos parceiros. O Pântano enquanto uma área dominada pelo barro e por espessa vegetação não apresentava possibilidades de ser utilizada pelos proprietários a não ser que dispensassem recursos variados para preparar a terra. A disponibilidade dos parceiros em dominar a natureza tornando-a uma terra agricultável e posteriormente, uma área propícia à pastagem revelou uma possibilidade interessante aos proprietários que incentivaram os acordos de parceria no Pântano com esses parceiros, garantindo inclusive o lucro com a partilha da lavoura. Em certo sentido, pode-se afirmar que no Pântano apropriaram-se antes do trabalho dos parceiros que da terra propriamente dita. Essa apropriação ocorreu depois que a natureza transformou-se em terra cultivada e pasto. Esta hipótese acarreta uma segunda: o que foi questionado no Pântano quando os parceiros não quiseram entregar a parte da colheita reivindicada pelos proprietários não foi a posse da terra, mas a dominação do seu trabalho e os tradicionais laços de dependência que despertaram nos fazendeiros a crença de que tinham direito na parte de uma lavoura cultivada numa terra da qual não eram os donos.

Os trabalhos de Woortmann e Woortmann (1997) e de Woortmann (1995) constroem uma interpretação do campesinato orientada para questões mais subjetivas que pelas relações sociais objetivas, como ressalta o próprio Klaas Woortmann (1990) em um trabalho anterior aos que foram discutidos aqui. A ênfase nas categorias que identificaram como peculiares ao campesinato, como família, terra e trabalho e – diga-se de passagem são categorias indissociáveis – contribuíram para uma melhor compreensão dos camponeses como uma sociedade de rica cultura. O estudo desses autores representa por isso um avanço na compreensão do campesinato antes centrado numa perspectiva mais economicista focada na família camponesa como um grupo doméstico de produção e consumo, ou seja, como força de trabalho. O casal Woortmann constrói com seus estudos aquilo que eles mesmos conceberam como “campesinidade”, como uma ordenação moral do mundo camponês. Essa ordem moral camponesa articula as categorias de parentesco, terra e trabalho através de concepções de reciprocidade e hierarquia, categorias estas tão caras à teoria antropológica.

Numa tradição mais próxima às teorias do campesinato clássicas, como de Chayanov, Galeski e Tepicht pode-se citar as obras de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983, 1989).

Embora esses autores tenham se aprofundado nas características dos modos de vida do campesinato pernambucano, concentraram-se mais nas relações sociais objetivas no grupo doméstico. O trabalho de Moura (1979) aproxima-se mais dos argumentos de Woortmann (1995) devido à atenção dada às relações de parentesco e ao padrão de herança no campesinato mineiro.

Os trabalhos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) contribuem para esta discussão ao relatarem os processos de transformação das condições de moradores nas “plantations” da região canavieira na Zona da Mata Pernambucana. A pesquisa de ambos demonstra a formação de um neocampesinato ou o fortalecimento do campesinato pré-existente na região das “plantations” e a ela marginal após a crise dos engenhos nos anos 1940-50 na Zona da Mata. A crise ocasionou uma ruptura nas relações sociais tradicionais na “plantation” entre os “moradores” e proprietários. Os “moradores” perderam suas casas e parcelas de terra dentro da “plantation” tornando-se trabalhadores assalariados. Essa mudança fortaleceu a produção de pequenos proprietários devido a uma maior demanda de consumo nas feiras da região nas quais os antigos “moradores” comprariam aquilo que antes produziam vivendo na “plantation”. Esse campesinato fortalecido a partir dessas transformações também é composto pelos “foreiros” que arrendam parcelas de terra dos engenhos e fazendas e nelas vivem, pagando uma renda anual ao proprietário chamada “foro”.

Estudando o mesmo objeto, Heredia (1979) se focaliza em analisar a organização interna das unidades de produção camponesas, enquanto Garcia Jr. (1983) se concentra mais em demonstrar como o aumento da produção do pequeno produtor e o seu acesso às terras liberadas pela grande “plantation” como a outra face do processo de proletarianização rural. Em síntese, também possui como objetivo a análise da estrutura interna de funcionamento da economia do pequeno produtor.

A análise de ambos concentra-se, como foi anteriormente ressaltado, na família camponesa como unidade de produção e unidade de consumo, numa perspectiva clássica dentro da teoria antropológica. A interpretação construída por esses autores resulta numa dicotomia expressa na idéia casa-roçado como dois espaços diferentes e complementares da organização familiar produtiva camponesa. Embora o estudo de ambos se aproxime de certa forma de Woortmann e Woortmann (1997) quanto à compreensão da relação do homem com a terra, Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) enfatizam a organização do trabalho familiar a partir de uma perspectiva da divisão do

trabalho do grupo doméstico. O “roçado” para ambos denota o lugar do trabalho por excelência, da produção e do homem. O trabalho da terra, que garante a produção e a sobrevivência familiar é realizado no “roçado”, em oposição a “casa”, o local do consumo e da figura feminina.

O sentido de “roçado” para o campesinato estudado por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) contribui para a reflexão da relação entre posse da terra e trabalho na terra. Garcia Jr. (1983), enfatizando o significado da terra como “terra de trabalho”, ressalta que a terra na qual se “bota roçado” não é necessariamente terra de propriedade da família camponesa. Pode ser uma terra arrendada por um “foreiro” ou mesmo por um pequeno proprietário cujo tamanho de sua propriedade não é suficiente para o cultivo que garanta a sobrevivência familiar. Mesmo no caso dos antigos “moradores” da “plantation” o “roçado” era cultivado nas parcelas de terras mediante a concessão de seu proprietário. Enquanto no trabalho de Woortmann e Woortmann (1997) e Woortmann (1995) o trabalho na terra construí a história, a hierarquia e as relações de reciprocidade familiares transformando a posse em patrimônio, nos estudos de Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979) é ressaltado o interesse na terra como possibilidade da realização do trabalho propriamente dito que é condição *sine qua non* da sobrevivência da família camponesa. Assim revela-se que:

Apesar desta situação vivida como de privação com relação a terra, a ligação com ela, através do trabalho ali efetuado, significa a permanência do pequeno produtor enquanto grupo social. Conseguir manter-se na terra, tanto para o pequeno produtor quanto para o “foreiro”, significa conservar sua condição de “livres” em contraposição ao “morador” e ao trabalhador “assalariado”, que são considerados como “sujeitos”. (HEREDIA, 1979, p. 141).

Portanto, a questão parece estar mais atrelada ao trabalho na terra como realização do sujeito trabalhador que na posse da terra ou na obtenção direta dos meios de sobrevivência da família. Vale ressaltar que dentro do que se tem discutido neste capítulo a luz das teorias destacadas, a sobrevivência familiar camponesa é realizada pelo trabalho *na terra* considerado pela visão de mundo do campesinato como expressão do significado de trabalho propriamente dito. Como ressaltam os quatro autores acima referidos, o trabalho no universo camponês é marcado pela referência à enxada, ao sol, ao suor e a terra como metáforas do trabalho em contraposição a

qualquer outra atividade assim considerada por outras esferas da sociedade. Assim, a ênfase no trabalho na terra sugere que a ocupação do Pântano pela grande maioria dos parceiros esteve relacionada ao vislumbre de um horizonte de possibilidades de realização desse trabalho a partir de uma terra livre que emergia do alagadiço drenado. Conforme foi ressaltado em parágrafos anteriores, as entrevistas com os parceiros caracterizam-se pela constante referência ao trabalho realizado por eles no Pântano, como a principal lembrança marcada em suas memórias. O trabalho no Pântano engloba duas fases conforme a narrativa dos parceiros. A primeira relacionada à destoca do mato na região drenada e a segunda referida às colheitas de arroz realizadas graças à solidariedade e reciprocidade vicinais através do “ajutório” (mutirão).

Interessante observar que Garcia Jr. (1983) afirma que a forma como é feito o cultivo uniformiza as categorias sociais através da utilização da força de trabalho doméstica e técnicas semelhantes. No entanto, para o autor, o acesso desigual a terra e a diferença na disponibilidade do uso de sua força de trabalho diferenciam as condições nas quais se “bota roçado”. Estudando o fortalecimento do campesinato marginal à “plantation” pernambucana a partir da crise desta, o autor discute diferentes categorias como os “moradores”, os pequenos proprietários e os trabalhadores residentes na cidade, também chamados de trabalhadores da “rua”. Basicamente, tanto para Garcia Jr. (1983) quanto para Heredia (1979), a compreensão das diferentes categorias sociais estudadas encerra-se na relação de “liberdade/sujeição” em relação à grande propriedade. A dicotomia é característica de diversos estudos que enfatizam a relação dos camponeses e trabalhadores rurais com a grande propriedade comum na tradicional estrutura agrária brasileira.

A situação do “foreiro” é bem próxima a do pequeno proprietário se analisada a partir de sua autonomia para “botar o roçado” na terra. O “foreiro” mediante o pagamento de uma renda anual ao proprietário é “livre” para trabalhar sua roça, dominando inclusive o tempo do seu trabalho e ordenando o uso da mão-de-obra familiar conforme as necessidades da produção por ele avaliada. Nesse sentido, a relação entre “casa” e “roçado” é bem parecida com a do pequeno proprietário. Em contrapartida, o antigo “morador” da “plantation” além de necessitar da concessão do proprietário para habitar a casa e cultivar uma parcela de terra, deveria dedicar parte do seu tempo às tarefas de interesse do proprietário. Assim é o trabalhador de “rua”, que embora seja proprietário

de sua casa na cidade e não utiliza o trabalho do grupo doméstico, tem seu tempo e seu trabalho sujeitado à vontade do empregador.

As relações objetivas estabelecidas com os proprietários são importantes para compreender as categorias sociais relacionadas no campesinato como no estudo de Moura (1988). Essa autora descreve três categorias de sujeitos cuja moradia e trabalho na terra estão vinculados à sua concessão e ao estabelecimento de contratos ou “tratos” orais com o proprietário da terra. São eles os agregados, os pequenos sítiantes, e os posseiros.

A categoria de agregado refere-se ao indivíduo que mora na propriedade com sua família na qual todos trabalham, para as exigências do proprietário, além de produzir seu próprio sustento. Sua inserção na propriedade realiza-se através de um pedido de morada, e ainda que se caracterize como uma pessoa livre, ele e sua família devem conduzir seu tempo de forma que estejam sempre à disposição do proprietário, sua vivência no espaço da propriedade é controlada pela distribuição do tempo de dedicação a cada tarefa. Cria-se uma relação de autonomia subordinada, ou de “cativeiro/liberdade” através da concessão do proprietário ao agregado do uso da casa e da terra (quintal e roça) para a reprodução de seus meios de vida, gerando em contrapartida a obrigação do trabalho na grande lavoura da propriedade e sua pronta disponibilidade às demandas do proprietário da terra. O agregado é a categoria mais distante historicamente, tendo sua origem na colônia, nas grandes fazendas de cana e posteriormente nas de café. Os constantes processos de expropriação da terra tornaram esta categoria mais escassa na sociedade (MOURA, 1988).

Por sua vez, o sítiante, ou pequeno plantador é aquele que possui uma parcela de terra independente na qual trabalha a roça com sua família e assim garante sua sobrevivência. Embora seja autônomo, pode-lhe ser concedido uma faixa de terra dentro da propriedade vizinha para plantar uma roça, já que seu sítio é geralmente de pequenas dimensões para a reprodução dos meios de vida de sua família, possibilitando situações de dependência para com o proprietário (MOURA, 1988).

A terceira categoria discutida por Moura (1988) é a de posseiro. Caracteriza-se como habitante de terras devolutas nas quais planta sua “roça” na condição de *situ* ou “situação”, ou seja, sua forma de se situar no espaço físico através do resultado de seu trabalho. Sua relação com a propriedade é distante, até o momento em que o domínio

desta se impõe sobre suas posses. Sua relação com o proprietário é marcada por uma condição de liberdade e autonomia subjugadas e ameaçadas pela coexistência com o domínio senhorial do primeiro que ameaça invadir suas terras estendendo as fronteiras de sua propriedade de maneira ilegal. Seu modo de vida é geralmente marcado pelo modo de produção camponês e sua concepção de terra aproxima-o do sitiante: terra é para morar e trabalhar e transmiti-la aos descendentes, independente da legitimidade de apropriação e do conceito de propriedade privada vigentes na sociedade. Diferem-se, contudo, em relação à forma como são abordados pela propriedade e pelos vínculos estabelecidos com os proprietários.

As abordagens desses autores, complementadas pelos estudos de Sigaud (1979), desnudam um processo multifacetado de modernização no campo brasileiro em meados dos anos 1950/1960 que articulou diversos movimentos e instituições na construção da consciência de classe, na formação da cidadania, na consolidação de direitos trabalhistas e nos grandes conflitos engendrados por diferentes atores sociais. Nesse contexto de transformações sociais e reflexões acadêmicas surge a categoria de trabalhador rural, como estatuto calcado no direito formal e como identidade a partir do processo de sindicalização rural. A compreensão da figura do trabalhador rural completará o quadro de discussão proposto no presente capítulo, qual seja, de compreender as diversas categorias nas quais se enquadram os sujeitos que ocuparam as terras no Pântano e as disputaram a partir de uma figuração social específica: o trabalho de parceria.

Infelizmente não foi possível precisar o número de parceiros que ocuparam as terras drenadas do Pântano a partir da segunda metade da década de 1950. As referências numéricas pesquisadas são bastante controversas: segundo um sitiante que foi líder da Associação de Meeiros, Sitiantes e Pequenos Proprietários de Piumhi na região rural dos Motas, no município de Piumhi, em 1957, havia mais de mil parceiros no Pântano entre os anos de 1950 e 1960. Já na entrevista com um ex-escrivão, simpatizante da ocupação de terras pelos meeiros, julga que estes eram em torno de 500 a 700 trabalhadores. Segundo o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piumhi, na fazenda na qual foi parceiro naquela época, existiam cerca de 200 parceiros somente naquele estabelecimento. Na edição número 1.348 de 19 de janeiro de 1964 o jornal local *Alto São Francisco* afirma que o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi, nos seus poucos meses de funcionamento havia registrado cerca de 1600

trabalhadores, cuja categoria “autônomos” se refere aos pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros (Borges, 1988).

Dentre o universo de categorias sociais identificados nos trabalhos de parceria estabelecidos no Pântano nos anos de 1950 e 1960, um grupo de trabalhadores era composto por sujeitos residentes no município de Piumhi, ocupando diferentes atividades ou mesmo desempregados que inseriram-se em relações de parceria com os proprietários após a drenagem do pantanal. Conforme entrevistas realizadas, alguns sujeitos que se tornaram parceiros no Pântano possuíram uma trajetória de vida inscrita em atividades no meio rural. Tradicionalmente, um dos casos analisados tratava-se de um agregado na fazenda do sogro através da relação de afinidade marcada pelo matrimônio. O trabalho era realizado através da condição de parceiro, tanto na propriedade na qual residia quanto em fazendas vizinhas, baseado nas roças de milho, feijão e arroz. A partida para a cidade foi orientada, segundo o relato, para buscar os benefícios então escassos no meio rural, como a escola para os filhos. Embora tenha conseguido emprego no meio urbano como marceneiro, o indivíduo aqui apresentado como exemplo continuou plantando “roça” como parceiro nas novas terras do Pântano. Assim relata seu filho:

(...) eu nasci por exemplo na fazenda do meu avô que era J. T. R., onde meu pai morava e tocava roça naquela época, era... economia de subsistência, plantava o milho, plantava arroz, feijão... (...) meu pai pensava assim: “eu vou mudar para a cidade, para colocar meus meninos na escola, porque senão vão ficar igual eu, trabalhando aqui na roça, tocando meia com os outros”, falava sistema de meia. E, além de trabalhar na fazenda do meu avô, meu pai tocava roça também com o, o J. L. (...) Aí, vindo aqui para a cidade, o meu pai começou a trabalhar aí de... de marceneiro, mas como ele era um homem da roça, ele começou a pegar meia, sistema de meia no Pântano. (Professor, homem, cerca de 60 anos).

Outro exemplo analisado é de um homem, residente em Piumhi, que além de trabalhar em sociedade no transporte de leite, também tornou-se parceiro nas lavouras de arroz no Pântano, segundo ele, a convite de um proprietário. Porém afirmou que o trabalho como parceiro já era por ele praticado antes mesmo do advento do Pântano, confirmando a prática da parceria tradicional na região. Como terceiro exemplo cita-se o caso de um parceiro, residente no meio urbano, que inclusive se tornou um dos líderes do movimento de reivindicação das terras do Pântano para os parceiros, atuando na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi do qual foi diretor. Sua

trajetória de vida, conforme relatos de um parente, foi marcada por trabalhos informais na cidade, tendo posteriormente trabalhado nas obras de construção da Usina de Furnas e se tornado um dos parceiros no Pântano, ao lado de outros trabalhadores do meio urbano que para lá se dirigiram. Por último, cita-se aqui o caso de agregados de grandes propriedades que trabalhavam como parceiros e possuíam também casa e família no município de Piumhi, residindo no meio rural somente durante os dias de trabalho semanais, considerando-se residentes urbanos quando indagados sobre a habitação e a propriedade das terras. Todos esses casos ilustram o segmento de trabalhadores e subempregados urbanos que prestavam-se às atividades de destoca e preparo das terras no Pântano drenado e plantavam lavouras de arroz a partir de um contrato oralmente estabelecido com os proprietários vizinhos à área de parceria ou “meia”.

Inserir esse grupo de parceiros em determinada categoria social (além de parceiros) torna-se uma tarefa bastante controversa se considerada a trajetória de vida de cada um. Podem ser comparados aos clandestinos de “ponta-de-rua” na zona canavieira de Pernambuco, analisados por Sigaud (1979) ou os bóias-frias no centro-sul do país (D’INCAO 1983) se considerada a separação existente entre a propriedade da terra, o uso da mão-de-obra familiar, a residência urbana e o trabalho no meio rural marcado pela sazonalidade e pela migração diária e ou semanal entre o campo e a cidade. Porém, não se caracterizam pelo assalariamento da sua força de trabalho, uma vez que o trabalho de parceria realizado é fundado num contrato oral de prestações e contraprestações que não envolve o dinheiro como moeda (GARCIA JR; PALMEIRA, 2001). O acesso a terra para *botar roçado*, trabalhar a terra com o seu suor e “fazer fartura” os equiparam aos pequenos proprietários assim como Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979) consideram os *foreiros* nas discussões feitas nos parágrafos anteriores. Ou ainda na diferenciação realizada por Brandão (1999) a partir dos cenários de trabalho no qual analisa os parceiros.

As diferentes condições sociais da qual faziam parte esses trabalhadores residentes urbanos podem assinalar, conforme foram analisadas anteriormente, as várias motivações e expectativas desses trabalhadores que propiciaram a ocupação das terras do Pântano. Por enquanto, cabe ressaltar que esses tipos sociais representam as múltiplas faces do contexto social, econômico e político de meados do século XX, especificamente naquela região mas também em consonância com a situação brasileira então vigente. Uma delas é a migração do trabalhador rural para o meio urbano

figurando como um prenúncio da intensa migração ocorrida na região após o final dos anos 1960. Por outro lado, assiste-se a situações de subemprego e instabilidade ocupacional recorrente entre alguns parceiros do Pântano nas suas atividades no meio urbano. A procura pelas relações de parceria no meio rural como alternativa às atividades realizadas na área urbana apontam para a reprodução de relações costumeiras de trabalho e de possibilidades proporcionadas pela exploração da terra dentre os parceiros.

O que se pretendeu discutir aqui com cada categoria analisada e a partir da contribuição de diferentes interpretações próprias da antropologia e da sociologia foi uma tentativa de caracterizar os sujeitos que se empenharam em ocupar as terras drenadas do Pântano no final da década de 1950 e início de 1960 através de acordos de trabalho calcados na parceria. Diante da diversidade de categorias que podem ser atribuídas aos parceiros a partir das suas condições de vida relatadas em campo procurou-se aqui traçar um panorama da vida rural no Pântano a partir da contribuição de diferentes interpretações. As categorias sociais discutidas são importantes para a discussão sociológica e para contribuir na compreensão das relações sociais no meio rural brasileiro, a fim de iluminar outras reflexões. No entanto, o conhecimento da realidade social que marcou a vida dos parceiros no Pântano expressa através de sua memória e o confronto dessa realidade com os estudos de diversos autores sugerem algumas proposições. O universo social de ocupação do Pântano foi composto pelas diferentes categorias sociais como camponeses, agregados, trabalhadores e desempregados do meio urbano. Ao mesmo tempo, a vida de cada sujeito foi marcada por um processo de mudança de relações e possibilidades que o fizeram se identificar com mais de uma condição social, sendo ao mesmo tempo camponês e parceiro; agregado e parceiro; trabalhador urbano e parceiro. Ressalta-se ainda a manifestação de diversas dessas condições na história de vida do mesmo indivíduo conforme as transformações sociais pelas quais passou. Conforme ressalta Santana (1998) sobre o estudo da migração de camponeses na Bahia:

Enfim, o pequeno proprietário, o rendeiro, o meeiro, o comerciante, o diarista e o assalariado poderiam se manifestar na história de vida de um único indivíduo. As relações de trabalho não eram dadas, mas cotidianamente pensadas e objetivadas como prática social, no contexto de todo um modo de vida e de luta. Daí o risco de conceituar o trabalhador rural da região segundo relações assalariadas, de meação ou qualquer outra; ou segundo uma única atividade “profissional”. (SANTANA, 1998, p. 44).

Mais que proporcionar uma dificuldade de síntese para se efetuar uma compreensão da condição social destes parceiros, a diversidade de modos de vida denota uma pluralidade de práticas e visões de mundo que compuseram as relações sociais que marcaram a ocupação e as disputas pelo Pântano. Para fins de um entendimento neste estudo, escolhe-se tratar os sujeitos estudados e as relações sociais por eles tecidas como parceiros e parceria, respectivamente. Embora a categoria nativa tenha se referido com bastante freqüência aos trabalhos realizados sob o acordo de “meia” apresentando-se como “meeiros”, a categoria parceiros e o trabalho de parceria também são recorrentes em seus discursos. A preferência pelo uso da categoria parceiros se justifica por ser considerada uma referência mais abrangente que abarca os sentidos de “meia” ou meeiros. A categoria parceria condiz mais precisamente com os acordos firmados entre parceiros e proprietários para ocupar o Pântano a partir da divisão da colheita em porcentagens e não na metade como sugere o termo “meia”. Ainda assim, é importante considerar como os parceiros interpretam as condições nas quais se deram a ocupação do Pântano, tratando como uma relação de trabalho de “meia”. Nos relatos pôde-se perceber que operam corretamente a distinção entre “meia” e parceria e as regras correspondentes a cada uma. Para isso, não necessitavam de um diálogo institucional com o sindicato nem de uma tentativa de compreender sua condição a partir de um aparato legal como o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Contudo, a insistência no uso da categoria “meia” parece fundamentar-se no costume das relações de trabalho característica da região antes da transformação do Pântano, baseada em sistemas de “meia” principalmente entre os agregados de grandes propriedades que cultivavam milho e feijão – chamados de roça – em “chão seco”.

A parceria é interpretada nesta pesquisa sob duas dimensões: a primeira centra-se na compreensão do significado de parceria para os parceiros que a relacionam ao trabalho no sentido estrito, assim como num código e numa prática que permitiu reinventar as relações sociais estabelecidas. A segunda é uma tentativa de considerar a parceria como um processo social marcado por transformações nas relações sociais tradicionais no campo e gerou um horizonte de possibilidades para os parceiros. Amplia-se assim a compreensão da parceria que na visão de mundo local é uma relação de trabalho para percebê-la à luz de discussões teórico-conceituais como uma relação social imbricada de práticas e significados que possibilitaram rompimentos, transformações, ressignificações e mesmo a manutenção de um *status quo*.

5. O TRABALHO COMO FORMA DE OCUPAÇÃO DA TERRA: A TERRA É TRABALHO

Os campos estavam pudes de fruta, mas nas estradas
marchavam homens que morriam de fome.
Os celeiros estavam repletos, mas as crianças cresciam
raqúiticas e inchavam-lhes o corpo com as pústulas da pelagra.
As grandes companhias ignoravam quão estreita é a linha
divisória entre a fome e a ira. (...) Nas estradas os homens deslocavam-se
como formigas, à procura de trabalho e de comida.
E a ira começou a fermentar...

(John Steinbeck)

5.1. Ocupação por meio do trabalho: os horizontes de possibilidades

O monopólio da terra, como revela Martins (1979) concentra-se no interesse pela renda territorial capitalizada, ou renda fundiária responsável pela reprodução ampliada do capitalismo na sociedade brasileira. Além disso, ela *amarra* relações sociais e políticas, reproduzindo relações de dominação, organizando as relações de classes e constituindo uma estrutura de poder que mina a participação democrática principalmente da classe trabalhadora no espaço político brasileiro (MARTINS, 1988). A garantia do monopólio da terra relativo ao direito de propriedade e o uso que se faz dela foi constituída historicamente no Brasil através de contínuos processos de expropriação da classe trabalhadora no campo por mecanismos de violência física e simbólica criando práticas e estratégias para impedir o acesso destes trabalhadores a terra. Paralelo ao processo de expropriação, ocorre no campo brasileiro o mecanismo de proletarização do trabalhador rural como afirmam Palmeira e Leite (1997). Tais processos não podem ser percebidos como variáveis de causa e efeito, haja vista que a classe trabalhadora sempre foi excluída da propriedade da terra, sofrendo inclusive uma expropriação das suas condições de vida e reprodução social.

A questão do monopólio da propriedade da terra e de sua conseqüente expropriação, junto com as condições de vida, da classe trabalhadora no campo promoveu um cenário de conflitos sociais no meio rural brasileiro desde a colonização portuguesa. Em consonância com o argumento de Palmeira e Leite (1997) sobre a expropriação das condições de vida, Martins (1986) através de uma revisão histórica dos movimentos que

se manifestaram no campo atribuí-lhes uma forma genuína de resistência contra a perda de uma condição de vida, qual seja, suas condições materiais de sobrevivência. A luta é compreendida como uma forma de resistência contra a expulsão, de sobrevivência social e de existência como classe social (ABRAMOVAY, 1982). Desta forma, os conflitos são inerentes às relações sociais, seja no campo ou na cidade, caracterizando-se como uma força que move a dinâmica social. A luta engendra-se a partir da construção da consciência de classe constituindo uma agregação de sujeitos que agirão coletivamente em busca de atingir objetivos comuns. Tais lutas podem ou não ser permeadas por mecanismos de violência física. Por outro lado, pode-se argumentar que são constituídas por formas de violência simbólica que correspondem à imposição da visão de mundo de um grupo social sobre o outro, conduzindo inclusive a uma divisão do mundo social através da existência de diferentes visões, umas reconhecidas como legítimas, outras não, separando a realidade social em grupos de dominantes e dominados, conforme sejam ou não os portadores da visão de mundo ora vigente na sociedade.

A expropriação objetiva da terra e das condições de vida ocorre através da expulsão de agregados de suas áreas de trabalho, no âmbito da propriedade, e da expulsão de sitiantes de sua parcela de terra independente, ou da invasão da terra de posseiros, conforme analisa Moura (1988). As terras até então ocupadas por posseiros ou cuja ocupação era concedida aos agregados ou sitiantes, a partir da Lei de Terras de 1850 só poderiam ser apropriadas através da compra das mesmas e da execução de seu registro formal. Vários autores, como Jones (1997), Silva (1999), Moura (1988) e Martins (1986), debruçaram-se sobre esta questão e apresentam diferentes interpretações acerca de novas relações sociais então estabelecidas e sobre a reprodução de velhas formas de vínculos após o novo status da propriedade fundiária, pertinentes à questão que orienta este trabalho.

Interessado em compreender as dinâmicas do uso e posse da terra dentro de uma forma de produção capitalista que gradativamente se instala na sociedade brasileira, Martins (1979) constrói o argumento de que no Brasil o modo de produção capitalista se desenvolveu a partir da constituição de relações não-capitalistas de produção. Este processo descrito pelo autor ocorreu tanto na sociedade colonial-escravocrata quanto na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Contestando, desta forma, tradicionais teses que atribuíssem ao regime de escravidão no Brasil um modo de

produção e um sistema social feudal, apesar da economia de exportação de cana-de-açúcar e café. Privilegiando a análise dos processos sociais, Martins (1979) analisa como as formas de constituição da força de trabalho são reguladas pelas leis do comércio nas quais o próprio escravo era uma mercadoria. Como tal, o escravo era considerado no sistema escravocrata como uma renda capitalizada que compunha os meios de produção da grande propriedade. O trabalho cativo estava sujeito às exigências da forma de produção capitalista. Diante da força de trabalho cativa, a terra era livremente ocupada por homens livres cuja força de trabalho se juntava à reprodução capitalista, através da venda de sua mão-de-obra.

A análise processual de Martins (1979) reconstrói a reprodução capitalista de relações não-capitalistas de produção através das mudanças históricas que romperam com o trabalho escravo e incorporaram formas de trabalho livre no Brasil. O fim da renda representada pela propriedade do escravo como mercadoria, já vinha sendo substituída pela terra como forma de renda capitalizada desde a Lei de Terras que a transformou num bem alienável, cuja posse é restrita às ações de compra e venda. A repercussão de tais mudanças nas relações sociais incide no contexto do movimento imigratório de trabalhadores ao Brasil, provenientes principalmente da Itália, para vender sua força de trabalho livre nas fazendas de café. O conhecimento da possibilidade de compra de terras no Brasil e a impossibilidade de ocupação da mesma sem o seu pagamento recriaram as condições de sujeição do trabalho, conforme afirma Martins (1979). O cativo da terra possibilitou o advento do trabalho livre. Uma nova ideologia de trabalho – este subordinado ao capitalismo – é criada a partir da crença na liberdade através do trabalho explorado, como revela ainda o mesmo autor.

Para se compreender os mecanismos de expropriação dos trabalhadores de suas terras, é de suma importância a análise das diferentes formas de regulamentação da propriedade da terra, tanto no âmbito federal quanto no estadual, enfatizando diversas prerrogativas que possibilitaram práticas ilegítimas e injustas de apropriação da terra. A questão da Lei de Terras de 1850, que inaugura a apropriação privada de terras no Brasil, é discutida por Silva (1999) a partir da perspectiva da legitimação da posse das terras. A autora confronta esta perspectiva com a lei estadual mineira de 1949 que permitiu os processos de expropriação no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, que interessa ao presente estudo como parâmetro comparativo para o caso no estado, tendo em vista que o conflito no Pântano colocou em disputa terras devolutas no centro-oeste mineiro. O

Estado brasileiro, embora não seja o detentor da propriedade privada das terras devolutas, é o detentor do poder público sobre essas terras e enquanto tal possui a prerrogativa de reconhecer a legitimidade de sua posse. Segundo demonstra Silva (1999), a Lei de Terras reconhece como devolutas terras não ocupadas e destituídas de título legal e que tenham sido legitimadas enquanto tal pelo Estado. Por sua vez, a lei estadual de 1949 no estado de Minas Gerais reconhece como devolutas terras ocupadas por posseiros que não possuem o título legal e que não tenham pagado um valor ou quaisquer outros preços por elas. Neste contexto, Silva (1999) questiona a prerrogativa da legitimidade do Estado que pode reconhecer ou não a prescritibilidade ou usucapião da terra pelos seus ocupantes. A autora interpreta a questão da legitimidade como uma fonte de polêmicas na sociedade e portanto passível de gerar conflitos entre as diferentes visões de mundo criando uma margem de possibilidades para decisões arbitrárias acerca da posse da terra, para a reprodução de injustiças sociais e de mecanismos de violência simbólica.

Tratando do mesmo tema, o estudo de Jones (1997) é bem mais enfático ao afirmar que o processo de legitimação e reconhecimento da propriedade privada rural no Brasil trata-se da transferência do domínio de terras públicas para a esfera privada. Baseia-se no argumento de que a apropriação de terras através da alienação constitui-se sob processos de privilégio, enquanto o reconhecimento da posse e sua legitimação através do registro procedeu-se sob mecanismos de ilegalidade. Portanto, para este autor, o processo de reconhecimento e legitimação da posse de terras no Brasil é fundado numa lógica de exclusão e privilégio de uma classe em detrimento de outras.

Neste sentido, o trabalho de Moura (1988) realizado no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais ilustra a disputa privilegiada pela apropriação da terra e as formas de legitimação e reconhecimento da posse ilegítimas realizadas pelo Estado. Neste estudo, a autora revela como a expulsão e a invasão de terras dos trabalhadores é perpassada pelo confronto de visões de mundo diferenciadas dos grupos sociais envolvidos através da convivência e da contradição entre atos jurídicos e formas costumeiras de celebrar os vínculos sociais com a terra e o trabalho. A lógica dos conflitos sociais em torno da terra é fundamentada numa dialética entre favor, contrato e justiça que configuram formas de reproduzir a dominação dos proprietários sobre o controle da terra e das relações de trabalho, bem como de suspender vínculos permanentes ausentando-os de obrigações jurídicas para com os trabalhadores, destituindo-os de uma categoria social

na justiça que garanta seus direitos. Para a autora, as regras de propriedade e de trabalho que vigoram nas relações sociais entre proprietários e trabalhadores configuram mecanismos de violência simbólica através da imposição de regras judiciais que não correspondem à realidade vivida naquela situação social e aos pactos fundados com base na oralidade.

A compreensão do contexto histórico, político e social no Brasil que se estende ao período de ocorrência do conflito no Pântano foi possibilitada pelo estudo de Martins (1986) no qual através de uma revisão histórica dos movimentos no campo, demonstra as diferentes reações do campesinato contra a perda de suas condições de vida. Os conflitos que interessam aqui em caráter comparativo ao movimento do Pântano referem-se às manifestações ocorridas entre as décadas de 1950 e 1960, em diversos estados brasileiros, a maioria contra processos de grilagem de terras e subordinação a condições de parcerias. Apesar de Martins (1986) criticar a distinção entre caráter pré-político e político dos movimentos camponeses, argumentando que a dimensão pré-política constituía a estrutura social e não somente a forma de agir desse segmento, admite o caráter político dos movimentos a partir dos anos 1950, devido à presença dos partidos políticos e do movimento sindical nas lutas no meio rural, assim como ocorreu no Pântano. As formas de resistência de classe, a possibilidade de liberdade de uma condição subordinada e a contestação da ordem social que permearam as lutas políticas no campo analisadas por esse autor têm como pano de fundo a renda capitalista da terra e não sua posse, donde a sua disputa nos processos sociais pela reprodução ampliada do capitalismo. Embora a renda da terra esteja no substrato da disputa desta, a posse da terra significa para os trabalhadores a superação de uma condição de subordinação econômica, política e social.

Abordando a ocupação de terras a partir de outra perspectiva, a análise de Sigaud (2005) fundamenta-se na constatação de que explicar a ocupação de terras, no caso os engenhos na Zona da Mata Pernambucana, como produto da vontade prévia dos trabalhadores de possuir a terra não se sustenta diante dos conhecimentos disponíveis. A autora constata que para os trabalhadores ocupar um engenho sem a autorização do dono para obter uma parcela de terras desapropriadas dos patrões não fazia parte do seu horizonte de possibilidades. Seu acesso ao engenho sempre se deu por meio da permissão do patrão para prestar serviços e instalando-se em locais determinados. Afirma que isso

pressupunha a presença do patrão e não configurava na idéia de propriedade para o trabalhador.

No caso de Piumhi, as relações sociais estabelecidas no Pântano estavam baseadas na configuração de “parceria” ou “meia” conforme relatado no capítulo anterior deste trabalho. A terra representava o sentido do trabalho e da realização da vida dos parceiros e camponeses. A terra que então emergiu a partir da drenagem do Pântano representou mais uma alternativa no rol de possibilidades de trabalho desses parceiros. As relações pré-estabelecidas com os proprietários de terras orientaram os novos arranjos de exploração e ocupação do Pântano por parte dos parceiros que trabalharam a terra e cultivaram o arroz. Embora a iniciativa da ocupação tenha partido dos próprios parceiros a partir da percepção de que a ocupação de uma terra sem dono é legítima, o fato de grande parte deles concordar com a entrega de porcentagem da colheita aos proprietários reconhece antes uma relação de dominação fortemente estruturada que a constatação da posse da terra. Os parceiros têm clareza de que as terras emersas do Pântano não pertenciam aos proprietários, no entanto, reconhecem a legitimidade da relação de parceria ao reproduzi-la. Assim relata um parceiro:

Na nossa residência lá todo mundo era “direito”. Era “direito” bobo né, porque isso [a terra] não era deles. É uma bobagem. (Homem, aposentado, ex-parceiro).⁷

Neste contexto, um grupo de parceiros no qual estavam incluídos principalmente os camponeses que residiam na região não reivindicou a posse do Pântano, nem participou das lutas encampadas pelo sindicato. A reprodução das relações de dependência se deu pela partilha do alimento, da colheita, ainda diante da certeza de que a terra a ninguém pertencia. A mercê dessas práticas, havia o sonho acalentado de possuir a terra, embora a luta por isso não fizesse parte dos seus horizontes de possibilidades:

LN: O senhor se lembra de falarem que o governo ia arrendar essas terras aos trabalhadores?

LA: Teve esse assunto. Teve esse assunto, mas isso ficou... ficou que nem um sonho. Os poucos pobres ficou só com aquela pouca esperança de ter um pedacinho de terra pra trabalhar. O governo fez

⁷ O uso do termo “direito” nesse contexto aplica-se a uma regra moral que dentro da ética camponesa significa ser um indivíduo que cumpre seus deveres ou acordos constituídos oralmente.

aquela proposta e tal... nada! Coitado do pobre! Só ganhou sofrimento. (Pequeno proprietário, homem, 70 anos).

Por outro lado, o desejo velado pelos parceiros de possuírem sua própria terra, desperta-se, torna-se reconhecido e legalizado pelo próprio Estado, tornando por fim fonte de conflito social. Assim como demonstra o estudo de Borges (1988), o movimento do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Piumhi tornou-se peculiar mediante o apoio institucional via SUPRA à ocupação de terras no Pântano, fato que considera não muito comum nos movimentos sociais rurais no período analisado. Pelo que pôde ser constatado nesta pesquisa, a institucionalização do sindicato em Piumhi foi o que propiciou que a ocupação da terra fosse vislumbrada de outra forma pelos parceiros no Pântano. Nesse caso, diferente do que afirma Borges (1988) a “utopia camponesa” fora despertada e tornada possível mediante a ação política de vários setores da esquerda e da igreja que construíam as bases da sindicalização rural no campo.⁸ Partira, inclusive, de um mecanismo legal baseado na Lei 4.176 de 1962 do deputado Manuel de Almeida. Como foi mostrado, o decreto de execução desta lei constituiu numa das principais estratégias de ação do sindicato.

Portanto, à luz das teorias discutidas e a partir dos relatos construídos na pesquisa de campo, acredita-se que a ocupação de terras em Piumhi possui diversas peculiaridades, levando-se em consideração o contexto social no qual foi realizada. Concorde-se, assim, com o argumento de Sigaud (2005), de que nem sempre o que orienta a ocupação da terra seja um desejo pela sua posse conferindo um sentido de luta à ocupação. Esta pode se realizar a partir do momento que compõe os horizontes de possibilidades dos sujeitos, numa perspectiva sociológica que permite que estes tracem estratégias de ação que contêm um significado para o sentido de sua trajetória de vida. Domesticar a natureza, adentrar o mato, destocá-lo, trabalhar a terra, transformar o mato em “terra de planta”, plantar o arroz e fazer fartura, configurou o horizonte de possibilidades dentro do modo de vida dos camponeses e parceiros que habitavam a região do Pântano. Ainda que para isso, reconheçam que a terra emersa do pantanal a ninguém pertencia, daí a legitimidade da ocupação e a iniciativa do processo, centrada no seu próprio grupo, sem a interferência de agentes externos. A forma como os sujeitos que habitavam o Pântano produziam sua existência estava estruturada numa relação de dependência com os proprietários, expressa nos contratos de parceria, cuja reprodução também fazia parte de

⁸ Para Borges (1988), a “utopia camponesa” relaciona-se à luta pela posse legal da terra.

seus horizontes de possibilidades, ainda que reconhecessem que a terra não tinha dono. A relação com os outros indivíduos e a relação com a terra então constituída configurava um padrão cultural camponês já discutido no capítulo anterior desta dissertação e conferia significado ao trabalho na terra. Assim se deu a ocupação do Pântano, fundamentalmente centrada no *trabalho*, feita por meio dele e para ele. Reconhece-se então que, embora houvesse um “sonho” pela posse terra, o que orientou grande parte dos parceiros na ocupação do Pântano foi a perspectiva de trabalhar a terra. Assim como Sigaud (2005), não pretende-se aqui afirmar que não exista ou não tenha existido a demanda pela terra, ou que ela não seja uma causa legítima. Apenas constata-se que a compreensão da ocupação e dos conflitos de terra no Brasil, desde a década de 1950 não se esgota na fórmula: “luta pela terra”. Há outros aspectos que compõe esse fenômeno social e as suas transformações possibilitaram que as ocupações de terra e seus conflitos inerentes tomassem outras expressões, como a forma “acampamento”, discutida por Sigaud (2005).

Por outro lado, reconhece-se que houve uma parcela considerável de sujeitos que ocuparam o Pântano com a expectativa de tornar-se dono daquela terra devoluta. O processo de ocupar a terra se deu pela valorização da categoria *trabalho*. Ou seja, a exploração da natureza e sua transformação em terra plantada foi o mecanismo que conferiu legitimidade à posse dos parceiros sobre aquela terra. Embora a forma como tenha ocorrido a ocupação tenha se baseado numa prática tradicional que pode ser remetida à cultura camponesa, na qual a terra é trabalho, a possibilidade de transformar a posse em propriedade legítima passava pelo braço institucional do sindicato por um lado, e do Estado por outro. Assim, a “utopia camponesa”, nas palavras de Borges (1988), foi não só percebida e apropriada pelos grupos que encamparam a luta no meio rural, como o PCB, assim como a atuação deste suscitou tal expectativa como um horizonte de possibilidades na vida dos trabalhadores e parceiros no Pântano.

5.2. Ajutório: mutirão e ocupação, reciprocidade e comunidade



Figura 3 - “Ajutório do senhor Zé Cocão”.

A fotografia pertence ao acervo pessoal de um parceiro que gentilmente permitiu a sua cópia. A imagem foi registrada durante a tarefa de “bater arroz”, realizada em mutirão por parceiros que plantavam no Pântano, em abril de 1957.

Diferente das formas contemporâneas de ocupação da terra executadas por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) baseadas na “forma acampamento” (SIGAUD, 2005), a ocupação das terras do Pântano em Piumhi ocorreu pelo que pode-se denominar de “forma trabalho”. O sentido do trabalho traduzido na ocupação do Pântano pode ser percebido em diferentes aspectos. Nas entrevistas realizadas com os parceiros, a simples menção da palavra Pântano suscitava na memória dos interlocutores a descrição do trabalho como modo de vida. As representações sobre o trabalho no Pântano remetem a diversas características já discutidas no primeiro capítulo desta dissertação, mas podem ser resumidas nas imagens de exaustão, fartura e alegria.

A alegria é especialmente relatada em relação à maneira como esse trabalho fora realizado no Pântano, qual seja: o “ajutório”. Esta forma de trabalho é uma denominação local para a categoria de trabalho coletivo chamada de mutirão. É uma forma de ajuda mútua que pode ser desenvolvida a partir de motivações como amizade, compadrio e parentesco, ora tendo um caráter pessoal de prestação recíproca, ora grupal ou coletiva, envolvendo os elementos da vizinhança. Segundo Caldeira (1956), o segundo caso envolve tarefas de necessidade grupal como derrubadas, roçadas, queimas, sementeiras, colheitas ou cobertura de casas. Diante de sua caracterização do trabalho mútuo, poderia-se classificar o “ajutório” realizado no Pântano como de caráter coletivo, uma vez que os mutirões ocorriam especialmente nas derrubadas do mato e na colheita do arroz. Caldeira (1956) ainda ressalta que o mutirão é um trabalho característico das pequenas propriedades desenvolvidas às margens das grandes propriedades e, especialmente, nas formas indiretas de exploração nas grandes propriedades, como no caso dos arrendatários e parceiros.

Interessante observar que o fenômeno do *ajutório* compôs o trabalho no Pântano, enquanto forma de ocupação da terra, tanto entre os parceiros que não tinham a reivindicação da terra dentro do seu horizonte de possibilidades, quanto para aqueles cuja possibilidade compôs suas esperanças de tornar-se dono da terra. Conforme demonstra Caldeira (1956), no município de Pains, próximo a Piumhi, era comum o uso do mutirão no meio rural por parceiros e arrendatários que compunham cerca de 60% da população rural economicamente ativa. Na região tornou-se comum até essa época o trabalho a pedido e o trabalho espontâneo, assim classificado pelo autor. O primeiro trata-se da solicitação de alguém que necessita da ajuda da vizinhança para realizar uma tarefa, como a colheita por exemplo. Este parece ter sido o caso do Pântano, ainda que o autor acredite que a segunda modalidade – o trabalho espontâneo – seja muito comum naquela região. Um dos argumentos de Caldeira (1956) para compreender o motivo do mutirão se fundamenta na existência de trabalhos que demandam rapidez na execução de tarefas, como no caso de culturas cíclicas, na qual se inclui o arroz. A urgência da colheita no Pântano parece ser um dos motivos para a realização do “ajutório”, ainda que não seja o único, uma vez que a ajuda mútua coletiva também ocorreu no momento de derrubar o mato na terra que emergiu do pantanal recém drenado. A justificativa para o trabalho no mutirão torna-se mais pertinente quando se leva em consideração a

perspectiva da reciprocidade que fundamenta essa espécie de trabalho, conforme demonstra Caldeira (1956). Assim descreve o mutirão, citando Freitas Marcondes:

É o mutirão um contrato com fundamento moral e não legal, no qual... existe o importante característico da retribuição, cuja unidade é o dia de serviço (sem que se confunda com a instituição do ‘dia de serviço’, também usado no meio rural, mas diferente do mutirão). O organizador pede ao vizinho ou amigo um dia de serviço, unidade essa que será oportunamente retribuída, de maneira sagrada. Aquele devedor que por qualquer motivo – sem se desculpar – falta ao mutirão do seu credor, sofre a sanção moral coercitiva da comunidade em que vive, a qual, na maioria das vezes, é mais rígida que aquelas previstas nos códigos, porque é simples, dura, impiedosa e não depende de interpretações. (CALDEIRA, 1956, p. 32).

As formas de reciprocidade que revestem o mutirão ou “ajutório” são descritas por Caldeira (1956) a partir do trabalho de Willems no estado de São Paulo: a reciprocidade instantânea e a reciprocidade adiada. As comidas e bebidas oferecidas pelo “dono do mutirão” aos companheiros que o oferecem ajuda é chamada de reciprocidade instantânea. Geralmente é nesse tipo de ajuda que observa-se a divisão de trabalho por gênero, na qual as mulheres participam através do preparo dos alimentos que serão oferecidos aos ajudantes. O outro tipo consiste na reciprocidade adiada, que se baseia na retribuição através de serviço. No caso de Piumhi, os dois tipos de reciprocidade poderiam ocorrer simultaneamente, como se nota na descrição de um parceiro:

É uma barganha de dia. Hoje nós colhia o meu, tinha aqui uns 20 peão. Acabava aquele meu amanhã era do outro e assim, 40, 50 dias colhendo. Com a água na cintura. Então você pegava que nem cê viu aquela banca ali, você pegava o arroz, carregava ele nas costas, levava lá no terreiro pra bater, no meio do... nós colhia lá um murundunzinho pra pôr essa banca. E tinha dia que a enchente chegava e o arroz solto saía ficava só o granado lá no monte quase da banca. Carregava aquilo molhado. Era dureza, minha filha. Hoje não, hoje tá, nós estamos no céu. (Homem aposentado, ex-parceiro, cerca de 65 anos).

A foto ilustrada no início desta seção foi feita no “ajutório” do senhor Zé Cocão, em abril de 1957, com a presença de vários parceiros que se reuniram para colher a lavoura de arroz daquele parceiro, assim como para “bater o arroz” e armazená-lo. Na fotografia

pode-se distinguir os diversos processos realizados no “ajutório”, desde a colheita até o processo de debulhar os feixes de arroz na banca. Alguns parceiros portam na imagem o podão de cortar arroz; outros transportam os feixes após terem sido colhidos na lavoura e por último visualiza-se um grupo de parceiros responsáveis por debulhar o cereal através do processo de “bater” os feixes na “banca”. O “ajutório” da colheita de arroz era realizado com base na divisão de tarefas, assim descritas por um parceiro:

[Trabalhávamos] Separados, de preferência. Ali se tivesse 15 companheiros, tinha 6 ou 8 carregando, tinha 4 – a banca é 4, 2 dum lado, 2 do outro, só, é, não pode ser mais. E os outros, por exemplo, tinha 5 cortando, 3 ou 4 carregando, 4 batendo. Agora, depois de batido todo mundo era dono, aí tinha que carregar. Se um falava: “não, eu não agüento carregar um saco” aí falava: “não, então você não vem de amanhã em diante, cê não agüenta”. Era desse jeito. Dentro d’água. Tinha hora que ia os 14 andando, cada um com um saco nas costas e um à-toa de parelha. Você sabe pra que ia o sobresselente? Porque se atolasse com o saco na “cacunda”, ficava só os ombros pra arriba e o saco na cabeça. Aí vinha aquele que tava de sobresselente pegava nele, sungava ele pr’arriba, pegava o saco ia embora e ele ficava lá saindo. (Homem, aposentado, ex-parceiro, cerca de 60 anos).

Na imagem também visualiza-se na mão do senhor Zé Cocão, “dono” do “ajutório”, uma garrafa de aguardente oferecida aos “companheiros” do mutirão como forma de reciprocidade instantânea. Durante as entrevistas as mulheres relataram terem trabalhado também nos diversos “ajutórios” realizados no Pântano preparando o almoço oferecido aos companheiros, ainda na modalidade da reciprocidade instantânea.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o “ajutório” que caracterizou as formas de ocupação da terra no Pântano estava baseado no código do pedido, no qual a ajuda mútua prestada é solicitada diante do reconhecimento implícito de que haverá retribuição adiada em forma de serviço. Não foi verificada a ocorrência da modalidade de mutirão caracterizada como espontânea que Caldeira (1956) constatou ser comum na região de Piumhi e Pains. Entretanto, observou-se a ocorrência da Encomendação das Almas, ritual religioso local que contém traços característicos que o assemelha a “traição”, modalidade de mutirão espontâneo.

Este ritual religioso, assim como a Folia de Reis, era comum na região do Pântano por volta das décadas de 1950-60, conforme relato dos entrevistados. A Encomendação das

Almas, realizada na Semana Santa, consistia na visita à casa de algum vizinho, pela madrugada, com o objetivo de “pedir pelas almas”. Os habitantes da casa preparavam antes um lanche, que era deixado à porta de sua residência antes de ir dormir. A família então se recolhia e pela madrugada uma procissão de fiéis caminhava até a porta da residência desse núcleo familiar. Assim se iniciavam as preces que suplicavam a salvação às almas dos entes falecidos daquela família ou dos membros que compunham a procissão. A família permanecia durante todo o tempo do ritual dentro da casa, de portas fechadas, assim como o montante de fiéis não eram convidados a entrar na residência, permanecendo no lado de fora. O ritual é uma espécie de acordo velado, a família sabe que receberá a visita da procissão, mas deve agir, segundo o código religioso, como se não o soubesse e fosse “assaltada” pelo ritual enquanto dormia. Prova disso é o lanche preparado com antecedência e deixado na porta, para que os fiéis apreciem, sem que seja preciso “abrir a porta”.

Por outro lado, a Folia de Reis também representou uma das características culturais mais marcantes da vivência local, sendo que o grupo ainda existe entre os moradores na cidade de Piumhi, que eventualmente realizam apresentações. Falando sobre as festas religiosas e laicas comumente realizadas no Pântano, um entrevistado construiu um paralelo a partir das estruturas sociais que conformam a Encomendação das Almas, a Folia de Reis e a Derrubada, tradicional canto de trabalho camponês executado nos “ajutórios”. A descrição de ambos os fenômenos foi feita pelo parceiro a partir do personagem responsável por “puxar” a reza, a festa e o canto, respectivamente.

O responsável por “puxar” a reza para encomendar as almas é o “alertador”, aquele que acordará a família que se encontra dentro da residência e que receberá a visita da procissão. Também é função do “alertador” iniciar as orações a partir de cada “alma” ou nome pronunciado. Na folia de reis, o papel de “puxar” a festa é delegado ao “capitão”, enquanto na derrubada, é o “ladrão” quem coordena os cânticos.

Originariamente, a “derrubada” era um canto executado pelos trabalhos durante a atividade de derrubar o mato, donde a sua denominação. Posteriormente a denominação sobreviveu mesmo quando o canto era realizado em outras atividades. Segundo o estudo de Caldeira (1956), é um canto coletivo no qual predominam motivações de ordem religiosa, principalmente de culto a Nossa Senhora. Os cantos possuem uma expressão bastante rústica, baseadas em finalizações com tons vocálicos para completar os tempos, sempre iniciados pelo “ladrão”.

Os cânticos e orações são características especialmente atribuídas à Encomendação das Almas, podendo entretanto ser identificado em outras manifestações, algumas religiosas populares, outras sob a forma do trabalho. Ouvindo uma fita com o cântico da derrubada, na residência de um indivíduo entrevistado, pôde-se notar a semelhança da forma de se entoar os cânticos, seja na derrubada, na encomendação das almas ou na folia de reis. Além do ritual de Encomendação das Almas ser reconhecidamente uma forma de culto aos mortos e de construção de laços entre estes e os vivos, a principal característica traçada por alguns estudos deve-se ao fato de ser um ritual do catolicismo popular rural que concede certa autonomia aos leigos na ausência de um sacerdote na região (PANIAGO, 1988, GOMES; PEREIRA, 1995).

As festas religiosas e o trabalho em forma de “ajutório” ou mutirão construíram na população de parceiros que residiu no Pântano uma forte rede de sociabilidade que é ainda presente apesar das transformações no espaço, as mudanças no modo de vida e o desenrolar do tempo. A grande parte dos parceiros foi expulsa do Pântano a partir do processo de constituição de pastagens pelos grandes proprietários da localidade, hoje posseiros das terras do Pântano. A partir de então, grande parte desses parceiros passou a residir no meio urbano, no município de Piumhi, alguns continuando a trabalhar no meio rural como diaristas ou assalariados rurais, outros realizando trabalhos informais no próprio meio urbano. A maioria dos parceiros entrevistada nesta pesquisa é residente no meio urbano, outros poucos tornaram-se pequenos proprietários de terras na região do Pântano. Mas apesar das distâncias espaciais que separaram uma comunidade rural ao longo dos anos, pôde-se perceber a existência de uma forte sociabilidade que criou laços indissociáveis de amizade entre os parceiros. Não fosse isso, teria sido bastante difícil encontrá-los para realizar as entrevistas. O processo de entrar em contato com os sujeitos entrevistados só foi possível através da indicação de outros parceiros que cada um oferecia, fornecendo o nome e o local de residência para que fossem contatados para conceder a entrevista. Muitos afirmaram não terem mais um contato direto no dia-a-dia com os vizinhos e “companheiros” do Pântano. Entretanto, as memórias em comum permitem que sejam localizados no mesmo tempo/espaço representado pela vivência no Pântano nas décadas de 1950 e 1960. Como substrato dessa memória comum pôde-se constatar principalmente os trabalhos realizados nos “ajutórios”, a folia de reis e a encomendação das almas, fenômenos que possibilitavam o reforço dos laços de sociabilidade no Pântano, construindo uma identidade e cultura próprias que foram

redimensionadas pela separação do homem da terra, pela reinvenção do trabalho e dos significados da vida. Um traço cultural ainda existente entre os parceiros do Pântano residentes no meio urbano é a folia de reis, ainda atuante no espaço urbano pelos parceiros. A música parece ter sido um componente cultural que os uniu ao longo do tempo, uma vez que alguns deles que residem próximos, no mesmo bairro em Piumhi, ainda se reúnem nos finais de semana para tocarem instrumentos e cantarem. Num desses encontros musicais presenciados após um procedimento de entrevista, foi possível perceber que ainda se locomovem até a residência de amigos que vivem na região do Pântano, para oferecerem à família um momento festivo de música.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás:
pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.*
(Eduardo Galeano)

Para o antropólogo Clifford Geertz (1989), compreender uma cultura:

(...) é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p. 7).

No caso da ocupação e dos conflitos nas terras do Pântano, o “texto” a ser lido foi marcado pela dinâmica inexorável do tempo. Do ponto de vista metodológico, enfrentou-se a ausência de registros escritos; a transformação de várias instituições que possivelmente portavam documentos a respeito do fenômeno; a perda de indivíduos cujo papel no movimento foi de suma importância o que possibilitaria que seus relatos fornecessem pistas fundamentais para compreender o processo aqui estudado.

Diante destas dificuldades e de outras que não puderam ser mencionadas, procurou-se nesta pesquisa compreender as configurações sociais construídas sobre o eixo do trabalho e da terra, assim como as significações culturais e políticas que permeiam tais relações. Para isso, alguns argumentos teóricos foram essenciais para que se elaborasse um esquema interpretativo que permitisse a compreensão da ocupação de terras no Pântano como um evento peculiar. A partir da percepção destas particularidades, acredita-se ter contribuído com este trabalho para a discussão dos processos de ocupação de terras no Brasil, numa perspectiva histórica.

Pode-se destacar o estudo de Sigaud (2005), no qual a autora aponta para a perspectiva dos horizontes de possibilidades dos trabalhadores de forma a compreender sua inserção no processo de ocupação de terras. Tal perspectiva foi importante para analisar a ocupação de terras ocorrida no Pântano na década de 1960 uma vez que se deparou com uma realidade multifacetada, com diferentes motivações e práticas sociais envolvendo o trabalho e a terra.

Diferentes condições políticas, sociais e culturais proporcionaram distintos horizontes de possibilidades para os trabalhadores, camponeses e parceiros diante das terras que emergiram com a drenagem do pantanal. Alguns parceiros ocuparam as terras do Pântano por iniciativa própria, a partir do reconhecimento de que se tratava de uma terra sem dono, antes leito do pantanal que fazia parte do lugar ao qual pertenciam. A terra transformou-se em trabalho, o trabalho em fartura. Não havia ali a disputa pela propriedade da terra, mas esta era vislumbrada como a possibilidade do trabalho na *roça* e da abundância da vida. A parceria, fortemente estruturada como relação de trabalho entre camponeses, parceiros e os proprietários foi reproduzida sobre as terras do Pântano, ainda que os parceiros soubessem que para isso pressupõe-se a posse legítima da terra que os fazendeiros não tinham.

Alguns parceiros que também ocuparam as terras do Pântano se viram diante de um quadro mais amplo de possibilidades a partir da organização do Sindicato de Trabalhadores Autônomos. Através desta instituição outros canais de luta também atuaram visando tornar as terras ocupadas do Pântano pelos parceiros em sua propriedade, sua terra. O papel destas instituições, incluindo a SUPRA e o setor mais progressista da Igreja Católica, foi fundamental para criar entre alguns parceiros a expectativa de que a terra ocupada pudesse ser deles, aumentando seu horizonte de possibilidades diante do Pântano. Seu vínculo com a terra marcado pelo trabalho nela realizado transformou-se em várias possibilidades: a probabilidade de romper com os laços de dependência com os grandes proprietários; a expectativa de possuir aquela terra e nela trabalhar sem o caráter transitório que caracteriza o trabalho de parceria; a participação no processo político de reivindicação pela terra e de representação de classe.

Embora penúltimo capítulo desta dissertação tenha-se discutido a importância do trabalho na *roça* para a população camponesa como uma forma de vincular-se a terra e de realização do seu modo de vida, o significado do trabalho para os parceiros do Pântano tornou-se ainda mais explícito no grupo de trabalhadores que reivindicou a posse da terra. O processo de ocupação da terra em Piumhi na década de 1960 foi realizado por meio do trabalho. Nas terras emersas do antigo pantanal não havia casas, cultivo de árvores ou plantas de ciclo longo, herança ou registro formal da posse da área. Houve sim, o trabalho, o suor, a fartura, “o braço do homem pobre” que transformou a natureza indômita na “terra de planta”, no arrozal colhido com sacrifício.

Diferente das formas recorrentes de ocupação da terra hoje, como demonstra o estudo de Sigaud (2005), que se baseiam no acampamento como um código, uma forma.

O trabalho nas terras do Pântano foi utilizado de duas maneiras na esfera de ação política dos parceiros: primeiramente como forma de legitimar a sua ocupação na terra e reivindicar a posse; por outro como mecanismo para romper com os processos de dominação representados pela parceria com o proprietário. Para isso, suspenderam a entrega de parcela da produção de arroz cultivado no Pântano aos proprietários que o exigiram na tentativa de se apropriar das terras e de reproduzir os laços de dependência com os camponeses e sitiantes que, transformados em parceiros significavam a garantia de produção a baixo custo.

Ressalta-se ainda como contribuição deste trabalho para o debate acerca dos conflitos e das ocupações de terra no Brasil as características peculiares que marcaram a história do Pântano. Como demonstra Borges (1988), o movimento instaurado pelo Sindicato de Trabalhadores Autônomos em Piumhi destaca-se pelo papel da SUPRA no apoio à ocupação das terras do Pântano. Neste caso, o sindicato, juntamente com o trabalho do Partido Comunista Brasileiro, a SUPRA e a Igreja Católica não atuaram somente para resolver problemas de caráter imediato dos parceiros, camponeses e trabalhadores rurais, assim como não pretenderam somente inseri-los nas categorias políticas inauguradas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963. Se não teve um caráter transformador, o movimento de sindicalização rural em Piumhi tentou romper com a velha ordem de dominação e exploração, caracterizada pelos contratos de parceria e pela concentração fundiária. Entretanto, o movimento não logrou êxito e o Pântano representa desde essa época a concentração da propriedade privada, o acúmulo de riqueza, a dominação política e a exploração do trabalho.

A partir desta perspectiva, pode-se inferir uma importante característica constatada em campo a respeito do conflito pelas terras do Pântano. No capítulo sobre os procedimentos metodológicos discutiu-se uma dificuldade encontrada durante os contatos com os participantes da ocupação e conflito no Pântano para a realização das entrevistas. Frequentemente houve relutância e silêncio a respeito do relato sobre o ocorrido nas terras do Pântano. Mais frequente ainda foram comentários a respeito da delicadeza do tema. Desta forma, pôde-se evidenciar que as representações sociais, os significados e a memória social da população local a respeito do Pântano são marcadas pelo que convencionou-se chamar de “tabu”. Não foi possível nos limites deste trabalho

explorar as causas e o sentido social deste tabu em torno do Pântano uma vez que não atendia aos objetivos aqui propostos. Entretanto, aventura-se a afirmar a partir das observações realizadas que o mascaramento da memória social em torno do conflito no Pântano são indícios de uma correlação de forças que configura as relações sociais no município de Piumhi. Apesar do aparentado esquecimento, as relações e o conflito tecido sobre as terras do Pântano ainda exercem uma influência preponderante entre os indivíduos que presenciaram a disputa e assinalam um contexto de violência simbólica que pode ter sustentado a construção das relações de poder estabelecidas ou reforçadas naquela época e ainda hoje presentes. Interessante destacar que as relações sociais hoje estabelecidas entre os proprietários de terras, os trabalhadores e outros indivíduos entrevistados é de aparente cordialidade e tranquilidade. Entretanto, a intervenção causada pelo momento da entrevista, da qual não saem neutros nem o pesquisador nem seu interlocutor, revela denúncias, medos, insatisfações e mágoas acalentadas revelando antes de tudo uma sociedade rigidamente hierarquizada, assentada na segregação social e nas relações de poder. Acredita-se assim na necessidade de novos estudos que possam analisar de maneira mais contundente as conseqüências da disputa pelo Pântano cujo resultado foi a expulsão dos parceiros da terra e a apropriação e concentração fundiária por parte dos grandes proprietários daquela região.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Lutas sociais no campo. In: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL (Botucatu) (Org.). **A mão-de-obra volante na agricultura**. Brasília: CNPq; São Paulo: Polis/UNESP, 1982. pp. 213-223.
- ARRUDA e TENGARRINHA. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. São Paulo, Instituto Camões/EDUSC, 1999.
- AZEVÊDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1982.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- _____. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiados do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- CALDEIRA, Clovis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.
- DEPARTAMENTO DE CULTURA, Prefeitura Municipal de Piumhi. IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Piumhi, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. 2ª Ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria: acumulação e miséria**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v.8).

_____. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT – CNPq, 1989. (Coleção Pensamento Antropológico).

GARCIA JR. Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida Pereira. **Do Presépio à Balança: representações sociais da vida religiosa**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).

JONES, Alberto da Silva. **A Política Fundiária do Regime Militar: Legitimação Privilegiada e Grilagem Especializada (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra)**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

LARA, Evanilde Garcia. **Padre Alberico**. Belo Horizonte: Técnica Majota Editora Gráfica, [s.d.].

LEME, Alessandro André. Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990. In: **Revista de Sociologia e Política**. n. 25. Curitiba, jun. 2006. pp. 165-175.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998. (Coleção Estudos, 157).

LE VEN, Michel; FARIA, Érika; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, Olga de Moraes. (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: UNICAMP Centro de Memória – ABHO, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

- _____. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOREIRA-FILHO, Orlando. Transposição do rio Piumhi, da bacia do rio Grande, para a bacia do rio São Francisco. Comunicação dos sócios II. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Ictiologia** (SBI). Ed. João Pessoa, n. 76, setembro 2004. pp. 05 e 06.
- _____. Uma transposição de rio esquecida. In: **Revista Universidade Federal de Goiás**, VIII, n. 2, dezembro 2006. pp. 77-82.
- MOREIRA-FILHO, Orlando; BUCKUP, Paulo Andreas. A poorly case of watershed transposition between the São Francisco and upper Paraná river bacins. **Neotropical Ichthyology** v. 3, n.3 2005. pp. 449-452.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.
- _____. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- MULS, Nair Costa. **Trabalho, consciência e luta:** a formação do proletariado rural em Minas Gerais. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, São Paulo, 1989.
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Religiosidade Popular:** charolas e encomendas das almas. Rio de Janeiro: Presença, 1988.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. In: **Análise & Conjuntura**. v.6, n.3, set, dez. 1991. pp. 109-127.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3 – 15.
- SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e ventura camponesas:** trabalho, cotidiano e migrações na Bahia: 1950-1980. São Paulo: Anablume, 1998.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979. (Coleção História e Sociedade).
- _____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. In: **Tempo Social**. v. 17, n. 1, São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVEIRA Lidiane Nunes. **Os apanhadores de café no Alto São Francisco.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- _____. História oral e contemporaneidade. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. n.5, jun. 2002. pp. 09-28.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.
- VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto. (coord.) **O desafio da cidade**. Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1980.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

8. ANEXOS

Cria o "Condomínio Rural de Piuí" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Na realização e execução do plano de reajustamento sócio-econômico das áreas atingidas pela inundação consequente da construção da repêsa de Furnas, a União promoverá o aproveitamento racional das terras drenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento nos municípios de Piuí e Capitólio, em Minas Gerais.

Art. 2º São desapropriáveis por interêsse social as áreas descritas no artigo anterior e destinadas à constituição dos lotes agrícolas, bem como as terras adjacentes que devam ser ocupadas com obras ou serviços necessários ao bem-estar dos rurícolas e das respectivas comunidades.

Art. 3º Para efeito das desapropriações previstas no artigo anterior, são considerados justos os preços vigorantes nas zonas onde se operar a desapropriação.

Parágrafo único. Nas desapropriações serão excluídas das indenizações as valorizações decorrentes das obras realizadas pelo Poder Público.

Art. 4º A exploração das terras a que se referem os artigos 1º e 2º da presente lei será efetuada ... (VETADO) ... através do lote agrícola, que não poderá exceder de 10 a 15 hectares, nas áreas drenadas, de acôrdo com a qualidade das terras.

Art. 5º A distribuição dos lotes agrícolas de conformidade com o artigo anterior se a inicialmente feita mediante arrendamento aos agricultores que exerçam diretamente essa profissão em caráter exclusivo.

§ 1º Terão preferência para os arrendamentos os agricultores deslocados da área inundada pela repêsa de Furnas e aquêles que exerciam suas atividades agrícolas como pequenos produtores, à margem da área recuperada.

§ 2º O arrendamento será realizado pelo prazo de cinco anos, devendo o arrendatário, até seis meses antes do término do prazo, optar pela compra ou não do lote.

§ 3º São expressamente proibidos o arrendamento, subarrendamento ou transferência do lote.

§ 4º Os preços do arrendamento e vendas dos lotes serão fixados em tabelas organizadas e aprovadas ... (VETADO) ... constante dos respectivos contratos.

§ 5º A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, por parte do arrendatário ou promitente comprador, importará na rescisão do contrato.

§ 6º Cada arrendatário ou condômino só poderá explorar um (1) lote agrícola.

Art. 7º O pagamento do lote será realizado em 20 (vinte) prestações anuais de igual valor, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, contados de acôrdo com a "Tabela Price".

Art. 8º O lote agrícola é indivisível e só poderá ser vendido a quem não possua outra propriedade no meio rural.

Art. 9º Por morte do arrendatário ou proprietário, havendo sucessores, êstes escolherão entre si o administrador do lote se não pretendem devolvê-lo ... (VETADO) ... mediante indenização das benfeitorias realizadas.

Art. 10. Extingue-se o arrendamento:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) pela rescisão do contrato;
- c) pela morte do proprietário sem deixar sucessor, em condições de explorar diretamente o lote.

Art. 11. Poderá ser rescindido o arrendamento quando:

- a) o arrendatário explorar o lote em desacôrdo com as normas desta lei e de seu regulamento;
- b) o regime de comunhão prejudicar o aproveitamento econômico do lote;
- c) não fôr efetuado o pagamento do aluguel até 180 (cento e oitenta) dias subsequentes ao vencimento, salvo motivo justo ou relevante, ... (VETADO) ...

Art. 12. Extingue-se o condomínio:

- a) pela adjudicação das partes indivisas ao cônjuge sobrevivente ou um dos condôminos, tendo preferência, por ordem de idade, o herdeiro varão, ou marido da herdeira domiciliado no lote e com experiência agrícola;
- b) pela venda do lote, nos têmos dos artigos 5º, 6º e 7º.

Art. 13. ... (VETADO) ... qualquer condômino, poderá ter a iniciativa dos processos de extinção da comunhão do arrendamento ou do condomínio, no caso de infração das cláusulas anteriores.

Art. 14. Em qualquer dos casos de reversão do lote agrícola ao condomínio, ou posse direta do Poder Público, são assegurados ao arrendatário ou proprietário:

- a) o direito à escolha da lavoura que já tenha feito no terreno;
- b) indenização de benfeitoria, à base do respectivo custo histórico, reajustado de acôrdo com os índices de oscilação da moeda e desvalorização do uso, segundo avaliação dos órgãos competentes.

Art. 15. Para auxiliar a execução dos objetivos da presente lei, na parte referente às terras descritas nos seus artigos 1º e 2º, fica instituído, ... (VETADO) ... o "Fundo de Desenvolvimento da Propriedade Rural do Piuí", que será formado com:

- a) alugueres dos lotes arrendados;

- b) preços das revendas das áreas desapropriadas, quando as indenizações tiverem sido efetuadas com recursos do "Fundo";
- c) lucros obtidos nas revendas das terras abrangidas pelos planos agrícolas;
- d) dotações orçamentárias;
- e) doações.

Art. 16. Os recursos do "Fundo" serão movimentados ... (VETADO) ... à base de orçamentos anuais de aplicação, aprovados pelo Poder Executivo, para os seguintes fins:

- a) desapropriação de novas áreas para atividades agrícolas;
aquisição de máquinas, implementos agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e
- b) fungicidas, plantas e animais para serem cedidos aos condôminos ou a suas organizações, mediante aluguel ou revenda;
- c) preparo dos lotes agrícolas, para efeito de exploração racional;
- d) subscrição de cotas de capital de cooperativas dos condôminos;
garantia de empréstimos contraídos em bancos, para efeitos de exploração e
- e) melhoramentos do lote, de acordo com o convênio entre a administração do "Fundo" e o estabelecimento bancário.

Art. 17. Ficam isentos de quaisquer impostos e taxas os contratos, termos, ajustes, e registros relativos à esta lei, inclusive para concessão de financiamento.

Art. 18. As dotações orçamentárias para o ano de 1962 e créditos especiais destinados à execução dos planos, programas e projetos de que trata esta Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará no Banco do Brasil, ... (VETADO) ... em conta especial.

Parágrafo único. O saldo das referidas dotações e créditos, quando não utilizados, serão escriturados como "restos a pagar" com vigência de 5 (cinco) anos.

Art. 19. Caberá ... (VETADO) ... dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, ao Poder Executivo, a regulamentação da presente lei.

Art. 20. Fica aberto um crédito de Cr\$50.000.000,00 para atender as necessidades iniciais do Plano, e, nos Orçamentos futuros serão incluídas verbas específicas correspondentes a desapropriação para utilidade social.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Hélio de Almeida

Publicação:

- Coleção de Leis do Brasil - 1962, Página 62 (Publicação)
- Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/12/1962, Página 13039 (Publicação)

Disponível em: www.camara.gov.br

Acessado em: 25 de fevereiro de 2008.



Vista parcial do Pântano atualmente



Vista parcial do Pântano atualmente



Vista parcial de pastagem no Pântano atualmente



Vista parcial do Pântano atualmente



Vista parcial do rio Piumhi